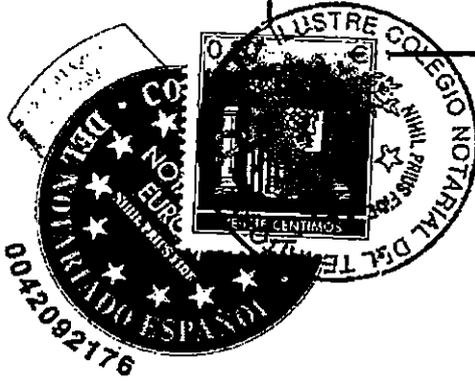


Apostille (o legalización única)
(Convention de La Haye du 5 octobre 1961)
(Real Decreto 2433/1978, de 2 de octubre)

1. País: *España*
El presente documento público
2. Ha sido firmado por D. José Manuel
García Collantes
3. Actuando en calidad de *NOTARIO*
4. Se halla sellado/timbrado con *el de su Notaría*
5. En Madrid 6. El: 21 OCT. 2008
7. Por el Decano del Colegio Notarial de Madrid
8. Con el número 75725
9. Sello/timbre: 10. Firma:

Don Juan Enrique Prieto Orzanco
Miembro de la Junta Directiva en funciones de Decano



**CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN
FINANCIERA, S.A., E.F.C.
(SOCIEDADE UNIPessoAL)**

Relatório de auditoria, Contas anuais e
relatório de gestão em 31 de Dezembro de 2007



PRICEWATERHOUSECOOPERS

RELATÓRIO DE AUDITORÍA DE CONTAS ANUAIS INDIVIDUAIS

Ao Accionista Único de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedade Unipessoal)

Realizamos a auditoria das contas anuais de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedade Unipessoal), que compreendem o balanço da situação em 31 de Dezembro de 2007, a conta de custos e proveitos, o estado de fluxos de efectivo, o estado de câmbio no património líquido e a Relatório de contas anuais correspondentes ao exercício anual finalizado nessa data, cuja formulação é da responsabilidade dos Administradores da Sociedade. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as citadas contas anuais no seu conjunto, com base no trabalho realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites na Espanha, que requerem o exame, através de realização de provas selectivas, dos justificativos evidentes das contas anuais e a avaliação da sua apresentação, dos princípios contabilísticos aplicados e das estimativas realizadas.

De acordo com a legislação mercantil, os Administradores apresentam, para efeitos comparativos, com cada um dos elementos do balanço da situação da conta de custos e proveitos, o estado de fluxos de efectivo, o estado de câmbio no património líquido e a Relatório de contas anuais, além dos valores do exercício de 2007, as correspondentes ao exercício anterior. A nossa opinião refere-se exclusivamente às contas anuais do exercício de 2007. Com data de 15 de Junho de 2007 realizámos o nosso Relatório de Auditoria sobre as contas anuais do exercício de 2006, no qual expressávamos uma opinião com algumas ressalvas

Na nossa opinião, as contas anuais do exercício de 2007 anexas expressam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património e da situação financeira de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedade Unipessoal) em 31 de Dezembro de 2007 e dos resultados das suas operações, das câmbios no património líquido e de seus fluxos de efectivo correspondentes ao exercício anual terminado nesta data e contém a informação necessária e suficiente à sua interpretação e compreensão adequada, em conformidade com as normas contabilísticas contidas na circular 4/2004 de Banco da Espanha, que aguardam uniformidade com os aplicados na preparação das contas anuais correspondentes no exercício anterior.

O Relatório de gestão do exercício 2007 anexo, contém as explicações que os Administradores consideram oportunas sobre a situação de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A. E.F.C. (Sociedade Unipessoal), a evolução dos seus negócios e outros assuntos e não é parte integrante das contas anuais. Verificámos que a informação contabilística que contém o citado relatório de gestão concorda com a informação das contas anuais do exercício 2007. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório de gestão com o seguimento já mencionado neste mesmo ponto e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registos contabilísticos da Sociedade.

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L.

Assinatura ilegível

Alejandro Esnal Elorrieta
Sócio – Auditor de Contas

23 de Junho de 2008

No verso da folha está um carimbo rectangular que diz:

INSTITUTO DE CENSORES JURADOS
DE CUENTAS DE ESPAÑA
Membro no exercício:
PRICEWATERHOUSECOOPERS
AUDITORES, S.L.

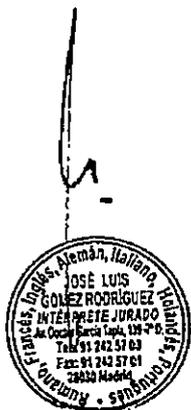
Ano 2008 N-01/08/15188

COPIA GRATUITA
Este relatório está sujeito à taxa
aplicável estabelecida na
Lei 44/2002 de 22 de Novembro.



**CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN
FINANCIERA, S.A., E.F.C.
(SOCIEDADE UNIPessoAL)**

Relatório de autoria,
Contas anuais em 31 de Dezembro de 2007
e Relatório de gestão do exercício 2007



CATERPILLAR FINANCIAR CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C.
(SOCIEDADE UNIPessoAL)

BALANÇOS DA SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Expressos em milhares de euros)

ACTIVO	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa e depósitos em Bancos Centrais (Nota 17)	4	6
Carteira de negociação - derivados de negociação (Nota 20)	1412	1946
Investimentos creditícias (Nota 18)	<u>671 805</u>	<u>576 766</u>
Depósitos em Entidades de Crédito	4 069	4 756
Créditos sobre clientes	665 825	571 839
Outros activos financeiros	1 911	171
Activos não correntes a venda - activo corpóreo (Nota 19)	1 003	1 038
Activos corpóreo (Nota 21)	<u>4 009</u>	<u>2 824</u>
De uso próprio	452	463
Outros activos cedidos em arrendamento operativo	3 557	2 361
Activo intangível – outros activo intangível (Nota 22)	129	3
Activos fiscais (Nota 23)	<u>43 030</u>	<u>38 709</u>
Correntes	39 881	36 439
Diferidos	3 149	2 270
Periodificações (Nota 24)	785	609
Outros activos (Nota 25)	<u>5 176</u>	<u>7 101</u>
Total activo	<u>727 353</u>	<u>628 902</u>
PASSIVO		
Carteira de negociação - derivados de negociação (Nota 20)	-	5
Passivos financeiros a custo amortizado (Nota 26)	<u>608 096</u>	<u>511 482</u>
Depósitos em Entidades de Crédito	1 044	2 695
Depósitos sobre clientes	603 793	507 491
Outros passivos financeiros	3 259	1 296
Provisões (Nota 27)	<u>1 192</u>	<u>1 082</u>
Provisões para riscos e compromissos contingentes	80	26
Outras provisões	1 112	1 056
Passivos fiscais – correntes (Nota 23)	31 811	31 619
Periodificações (Nota 24)	2 030	1 629
Outros passivos – Resto (Nota 25)	<u>3 438</u>	<u>1 921</u>
Total passivo	<u>646 567</u>	<u>547 738</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Fundos próprios (Nota 28)	<u>80 786</u>	<u>81 164</u>
Capital – Emitido	72 487	72 487
Reservas acumuladas	8 677	5 261
Resultado do exercício	<u>(378)</u>	<u>3 416</u>
Total património líquido e passivo	<u>727 353</u>	<u>628 902</u>
MEMÓRIA		
Riscos contingentes - Garantias financeiras	3 673	1 333
Compromissos contingentes - Disponíveis por terceiros (Nota 31)	23 227	6 024

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C.
(SOCIEDADE UNIPESSOAL)

CONTAS DE CUSTOS E PROVEITOS CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Expressos em milhares de euros)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Juros e rendimentos assimilados (Nota 32)	38 143	32 471
Juros e cargas assimiladas - Outros (Nota 33)	<u>(24 423)</u>	<u>(17 321)</u>
Margem Intermédia	13 720	15 150
Comissões recebidas (Nota 34)	765	628
Comissões pagas (Nota 34)	(247)	(356)
Resultados por operações financeiras (líquido) - Carteira de negociação (Nota 35)	1 260	1 346
Diferenças de câmbio (líquido)	<u>1</u>	<u>6</u>
Margem ordinária	15 499	16 774
Outros produtos de exploração	1 154	525
Despesas de Pessoal (Nota 36)	(4 569)	(4 536)
Outras despesas gerais de administração (Nota 37)	(6 841)	(5 719)
Amortização (Nota 38)	<u>(866)</u>	<u>(411)</u>
Activo corpóreo	(850)	(403)
Activo intangível	(16)	(8)
Margem de exploração	4 377	6 633
Custos por deterioração de activos (líquido) (Nota 39)	<u>(5 606)</u>	<u>(3 223)</u>
Investimentos creditícias	(5 604)	(3 222)
Activos não correntes a venda	(2)	(1)
Dotações a provisões (líquido) (Nota 40)	(110)	(501)
Outros proveitos (Nota 41)	<u>2 330</u>	<u>3 231</u>
Proveitos por venda de activo corpóreo	1 165	2 050
Outros conceitos	1 165	1 181
Outros custos (Nota 41)	<u>(140)</u>	<u>(235)</u>
Custos por venda de activo corpóreo	(102)	(130)
Outros conceitos	(38)	(105)
Resultado antes de impostos	<u>851</u>	<u>5 905</u>
Imposto sobre benefícios (Nota 29)	<u>(1 229)</u>	<u>(2 489)</u>
Resultado do exercício	<u>(378)</u>	<u>3 416</u>

margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



**CATERPILLAR FINANCIAR CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C.
(SOCIEDADE UNIPessoAL)**

**ESTADOS DE CÂMBIO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Expressos em milhares de euros)**

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ingressos líquidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido	-	..
Resultado do exercício	<u>(378)</u>	<u>3 416</u>
Resultado publicado	(378)	3 416
Juros e despesas totais do exercício	(378)	3 416
Pró memória: ajuste no patrimônio líquido imputáveis a períodos anteriores	-	-

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



**CATERPILLAR FINANCIAR CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C.
(SOCIEDADE UNIPessoal)**

**ESTADOS DE FLUXOS DE EFECTIVO CORRESPONDENTES AOS
EXERCÍCIOS ANUAIS TERMINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Expressos em milhares de euros)**

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fluxos de efectivo das actividades de exploração		
Resultada do exercício	(378)	3 416
Ajuste ao resultado:	<u>6 748</u>	<u>4 704</u>
Amortização de activos materiais (+)	850	403
Amortização de activos intangíveis (+)	16	8
Perdas por deterioração de activos (líquido) (+/-)	5 606	3 223
Dotações a provisões (líquido) (+/-)	110	501
Proveitos/Custos por venda de activo corpóreo (+/-)	(1 063)	(1 920)
Impostos (+/-)	<u>1 229</u>	<u>2 489</u>
Resultado ajustado - Subtotal	<u>6 370</u>	<u>8 120</u>
Aumento/Diminuição líquida nos activos de exploração		
Carteira de negociação - Derivados de negociação	534	(1 079)
Investimentos creditícios	<u>(101 330)</u>	<u>29 843</u>
Depósitos em entidades de crédito	-	-
Crédito sobre cliente	(99 590)	29 966
Outros activos financeiros	(1 740)	(123)
Outros activos de exploração	<u>(1576)</u>	<u>2 785</u>
Subtotal	<u>(102 372)</u>	<u>31 549</u>
Aumento/Diminuição líquida nos passivos de exploração		
Carteira de negociação - Derivados de negociação	(5)	(32)
Passivos financeiros a custo amortizado	<u>96 614</u>	<u>(31 829)</u>
Depósitos de entidades de crédito	(1 651)	(1 185)
Depósitos sobre clientes	96 302	(28 524)
Outros passivos financeiros	1 963	(2 120)
Outros passivos de exploração	<u>881</u>	<u>(1 035)</u>
Subtotal	<u>97 490</u>	<u>(32 896)</u>
Total fluxos de efectivo líquidos das actividades de exploração (1)	<u>1 488</u>	<u>6 773</u>
Fluxos de efectivo das actividades de investimento		
Investimentos (-)		
Activos corpóreos	(2 035)	(2 098)
Activos intangíveis	<u>(142)</u>	<u>(2)</u>
Subtotal	<u>(2 177)</u>	<u>(2 100)</u>
Desinvestimentos (+)		
Activos corpóreos	-	-
Activos intangíveis	-	-
Subtotal	-	-
Total fluxos de efectivo líquidos das actividades de investimento (2)	<u>(2 177)</u>	<u>(2 100)</u>
Fluxos de efectivo das actividades de financiamento		
Total fluxos de efectivo líquidos das actividades de financiamento (3)	-	-
Efeito da variação das taxas de câmbio efectivo ou equivalentes (4)		
	-	-
Aumento/diminuição líquida do efectivo ou equivalentes (1+2+3+4)	<u>(689)</u>	<u>4 673</u>
Efectivo ou equivalentes no começo do exercício	4 762	89
Efectivo ou equivalentes no final de exercício	4 073	4 762

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



**CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C.
(SOCIEDADE UNIPESSOAL)**

**MEMÓRIA DAS CONTAS ANUAIS CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO
FINALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Expressos em milhares de euros)**

1. Natureza da Sociedade

A Sociedade foi constituída em Espanha por tempo indefinido em 6 de Dezembro de 1963 com a denominação de *Alquiler de Equipos Industriales, S.A.*, tendo sido modificada esta denominação para Caterpillar Financial Leasing, S.A., S.A.F. em 29 de Março de 1994, como consequência da sua aquisição por parte de Caterpillar Financial Services Corporation, em 31 de Dezembro de 1993.

Com data de 28 de Junho de 1996, a Junta Geral de Accionistas acordou a fusão por absorção de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., Entidade de Financiamento, sociedade com participação de 100% e a transformação simultânea em Estabelecimento Financeiro de Crédito de acordo com o disposto no Real Decreto 692/1996, de 26 de Abril, alterando a sua denominação social para Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., Establecimiento Financiero de Crédito (E.F.C.). Os acordos resultantes desta fusão foram levados a escritura pública em 6 de Novembro de 1996.

O seu objectivo social está constituído pelas actividades principais dos estabelecimentos financeiros de crédito: empréstimos e créditos quer seja para consumo quer hipotecários e o financiamento de transacções comerciais, factoring e seus complementos, arrendamento financeiro incluindo as suas actividades complementares, a emissão e a gestão de cartões de crédito e a concessão e apresentação de avales e garantias.

A Sociedade tem o seu domicilio em Pozuelo de Alarcón (Madrid), Via de las Dos Castillas, 33, planta 4ª, Edificio Ática 6 e desenvolve a sua actividade através dos seus escritórios em Espanha e das suas sucursais em Itália e Portugal.

Caterpillar Financial Services Corporation (Nashville, Tennessee – U.S.A.) filial de Caterpillar Inc. (Peoria, Illinois – U.S.A.) é possuidora de 100% das acções da Sociedade pela qual e de acordo com o disposto no artigo 311 da Lei de Sociedades Anónimas, esta goza de carácter de Sociedade Anónima Unipessoal, tendo sido registada esta situação no Registo Mercantil com data de 12 de Março de 1996.

2. Bases de apresentação das contas anuais

As contas anuais anexas se prepararam a partir dos registos de contabilidade da Sociedade e de conformidade com o estabelecido pela mencionada Circular 4/2004, de 22 de dezembro, de Banco da Espanha, de modo que mostrem a imagem fiel do património e da situação financeira da Sociedade ao 31 de dezembro de 2007 e dos resultados de suas operações, das câmbios no património líquido e dos fluxos de efectivo correspondentes ao exercício anual terminado em dita data. Não existe nenhum princípio e norma contábil nem critério de valoração obrigatório que, sendo significactivo seu efeito, se tenha deixado de aplicar na sua preparação, incluyéndose na Nota 11 um resumo dos princípios e normas contábeis e dos critérios de valoração mais significactivos aplicados nas presentes contas anuais. A informação contido nas presentes contas anuais é responsabilidade dos Administradores da Sociedade.

A informação contábil formulada em relação com o exercício 2007 se apresenta em todos os casos, a efeitos comparativos, fazendo referência às cifras correspondentes ao exercício 2006.

As contas anuais do exercício 2007 foram formuladas pelos Administradores da Sociedade na reunião do Conselho de Administração de data 31 de março de 2008, estando penderes de aprovação pela Junta Geral de Accionistas da mesma, a qual se espera que as aprove sem câmbio significactivos.

As presentes contas anuais, salvo menção em contrário, se apresentam em milhares de euros.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita

3. Estimativas contábeis

A informação incluída nas presentes contas anuais é responsabilidade dos Administradores da Sociedade. Nas presentes contas anuais se utilizaram, no seu caso, estimativas para a valoração de determinados activos, passivos, ingressos, despesas e compromissos que foram realizadas pela Alta Direção da Sociedade e ratificadas pelos seus Administradores. Ditas estimativas correspondem a:

- As perdas por deterioração de determinados activos (Nota 18)
- A vida útil aplicada aos elementos do Activo corporeo e do Activo intangível (Nota 10 m) e n))
- O custo e a evolução esperada das provisões e passivos contingentes (Nota 27)
- O valor razoável de determinados activos financeiros não cotados (Nota 20)

Dado que estas estimativas se realizaram de acordo com a melhor informação disponível ao 31 de dezembro de 2007 sobre as partidas afetadas, é possível que eventos que possam acontecer no futuro obriguem a modificá-las em qualquer sentido nos próximos exercícios. Dita modificação se realizaria, no seu caso, de forma prospectiva, reconhecendo os efeitos de câmbio de estimativa em a correspondente conta de custos e proveitos.

4. Distribuição do resultado do exercício

A proposta de distribuição do resultado do exercício 2007 que o Conselho de Administração da Sociedade submeterá à aprovação de seu Junta Geral, assim como a já aprovada para o exercício 2006, é a seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Distribuição:		
Reserva Legal	-	342
Reserva voluntárias	-	3 074
Para compensação de resultados de exercícios anteriores	<u>(378)</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício	<u>(378)</u>	<u>3.416</u>

5. Recursos próprios mínimos

O cumprimento de recursos próprios mínimos nas Entidades de Crédito na Espanha, tanto em nível individual como de grupo consolidado, vem estabelecido pela Lei 13/1992, de 1 de junho, que se desenvolve pelo Real Decreto 1343/1992, de 6 de novembro, e a Ordem de 10 de dezembro de 1992, assim como pela Circular 5/1993, de 26 de março, de Banco da Espanha e suas sucessivas modificações. A circular 3/2005, de 30 de junho e 2/2006 de 30 de junho de Banco da Espanha modificou a mencionada Circular 5/1993, de 26 de março, entrando em virgor para as declarações de recursos próprios mínimos realizadas a partir do primeiro semestre de 2005 e primeiro semestre de 2006 respectivamente.

Ao 31 de dezembro de 2007 e 2006, os recursos próprios calculáveis da Sociedade, excedem dos requerimentos mínimos exigidos pela citada normativa.

Além disso, a Circular 5/1993 estabelece que os Activos materiais líquidos e o conjunto dos riscos dos grupos consolidables de entidades de crédito com uma mesma pessoa ou grupo econômico, não poderão exceder de determinados percentagens dos recursos próprios, estabelecendo-se também limites às posições em divisas. Ao 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Sociedade cumpre com os mencionados limites.

Além disso a Sociedade não excede em nenhum caso os limites aos grandes riscos ou ao imobilizado.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



6. Retribuições dos Administradores e da Alta Direção da Entidade

a) Retribuições e outros compromissos com os Administradores

Os membros do Conselho de Administração não perceberam durante os exercícios 2007 e 2006 remuneração alguma em função de seu cargo como Administradores.

As retribuições salariais percebidas no exercício 2007 e 2006 pelos Conselheiros da Sociedade com responsabilidades executivas se detalham no apartado b), seguinte:

Não existem antecipações nem créditos concedidos a membros do Conselho de Administração, assim como outros compromissos por pensões, seguros, créditos, avais ou outros conceitos durante os exercícios 2007 e 2006, em função de seu cargo como Administradores.

b) Retribuições com a Alta Direção

As retribuições percebidas pela Alta Direção da Sociedade durante os exercícios 2007 e 2006 são as seguintes:

Número de Cargos: 1

Identificação de cargos: Diretor-Geral.

Retribuições durante 2007: 298 milhares de euros.

Retribuições durante 2006: 296 milhares de euros.

Ao 31 de dezembro de 2007 não existem empréstimos da Sociedade com os componentes da Alta Direção ascendem o importe por estos conceitos ao 31 de dezembro de 2006 a 3 milhares de euros, tendo sido formalizados a uma taxa de juros embaixo de as condições de mercado.

A despesa na conta de custos e proveitos dos exercícios 2007 e 2006 em conceito dos seuros nos quais os componentes da Alta Direção da Sociedade são beneficiários ou tomadores ascende a 60 milhares de euros e 58 milhares de euros, respectivamente.

c) Compromissos com partes vinculadas

Não existem antecipações nem créditos concedidos a partes vinculadas, assim como outros compromissos por pensões, seguros, créditos, avais ou outros conceitos durante os exercícios 2007 e 2006.

7. Impacto meio ambiental

As operações globais da Sociedade se regem por Leis relativas à proteção do meio ambiente (Leis meio ambientais). A Sociedade considera que cumpre substancialmente tais Leis e que mantém procedimentos desenhados para garantir e fomentar seu cumprimento. A Sociedade considera que adotou as medidas oportunas em relação com a proteção e melhora do meio ambiente e a minimización, no seu caso, do impacto meio ambiental, cumprindo a normativa vigente ao respecto.

Durante os exercícios 2007 e 2006, a Sociedade não tem realizado investimentos significativas de caráter meio ambiental nem considerou necessário registrar nenhuma provisão para riscos e cargas de caráter meio ambiental, nem considera que existam contingências significativas relacionadas com a proteção e melhora do meio ambiente.



margin esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margin direita

8. Honorários de auditoria

O importe dos honorários pagados a PriceWaterhouseCoopers Auditores, S.L. pelos serviços de auditoria das contas anuais do exercício 2007 da Entidade e por outros serviços vinculados ascendeu a um importe de 87 milhares de euros (128 milhares de euros no exercício 2006). Adicionalmente, o importe dos honorários faturados por outros serviços emprestados por essa assinatura ascendeu no exercício 2007 e 2006 a um importe de 5 milhares de euros. Além disso, os honorários pagados a outras companhias baixo o nome de PricewaterhouseCoopers por outros serviços de auditoria das Sucursais da Itália e Portugal ascenderam durante o exercício 2007 a 57 milhares de euros (56 milhares de euros no exercício 2006).

9. Eventos posteriores

Em 1 de Janeiro de 2008 ocorreu a incorporação na Sociedade da totalidade dos empregados de uma das empresas do Grupo, tendo-se verificado uma incorporação parcial prévia em Outubro de 2007.

Em 18 de Fevereiro de 2008 o Conselho de Administração da Sociedade acordou unanimemente a aprovação da cessão, no mês de Março de 2008, à sociedade do grupo Caterpillar International Finance Luxemburgo, S.à r.l (sociedade domiciliada no Luxemburgo) por parte da Caterpillar International Finance, Plc. (sociedade do grupo domiciliada em Dublin) (Nota 26) dos contratos de todos os financiamentos, subrogando-se a filial luxemburguesa na posição da actual entidade de crédito, a filial irlandesa Caterpillar International Finance, Plc.

Exceptuando os acontecimentos comentados nos parágrafos anteriores, no período compreendido entre 31 de Dezembro de 2007 e a data de formulação das presentes contas anuais não ocorreu qualquer acontecimento que afecte significativamente a Sociedade.

10. Princípios e normas contábeis e critérios de valoração aplicados

Os princípios e normas contábeis e critérios de valoração mais significativos aplicados para a elaboração das presentes contas anuais, se descrevem a continuação:

a) Princípio de empresa em funcionamento

Na elaboração das contas anuais se considerou que a gestão da Sociedade continuará no futuro previsível. No entanto, a aplicação das normas contábeis não está encaminhada a determinar o valor do património líquido para efeito de sua transmissão global ou parcial nem o importe resultante em caso de sua liquidação.

b) Princípio do mereço

As presentes contas anuais, salvo, no seu caso, no relacionado com os Estados de fluxos de efectivo, se elaboraram em função da corrente real de bens e serviços, com independência da data de seu pagamento ou de sua cobrança.

c) Outros princípios gerais

As contas anuais se não elaborado de acordo com o enfoque de custo histórico, mesmo que modificado pela revalorização, no seu caso, de activos e passivos financeiros (incluídos derivados) a valor razoável.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita

A preparação das contas anuais exige o uso de certas estimativas contábeis. Além disso, exige à Direção que exerça seu julgamento no processo de aplicar as políticas contábeis da Sociedade. Ditas estimativas podem afetar ao importe dos activos e passivos e o desdobramento dos activos e passivos contingentes à data das contas anuais e o importe das receitas e despesas durante o período das contas anuais. Mesmo que as estimativas estão baseadas no melhor conhecimento da Direção das circunstâncias atuais e previsíveis, os resultados finais poderiam diferir destas estimativas.

d) Derivados financeiros

Os derivados financeiros são instrumentos que além de proporcionar uma perda ou um ganho, podem permitir, baixo determinadas condições, compensar a totalidade ou parte dos riscos de crédito e/ou de mercado associados a saldos e transações, utilizando como elementos subjacentes tipos de juro, determinados índices, os preços de alguns valores, os tipos de câmbio cruzado de distintas moedas ou outras referências similares. A Sociedade utiliza derivados financeiros negociados bilateralmente com a contraparte fora de feiras livres organizados (OTC).

Os derivados financeiros são utilizados para a gestão dos riscos das posições próprias da Sociedade (derivados de cobertura) ou para beneficiar-se das câmbio nos preços dos mesmos. Os derivados financeiros que não podem ser considerados de cobertura se consideram como derivados de negociação. As condições para que um derivado financeiro possa ser considerado como de cobertura são as seguintes:

i) O derivado financeiro deve cobrir o risco de variações no valor dos activos e passivos devidas a oscilações do tipos de juro e/ou do tipo de câmbio (cobertura de valores razoáveis), o risco de alterações nos fluxos de efectivo estimados com origem em activos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (cobertura de fluxos de efectivo) ou o risco do investimento líquido em um negócio no estrangeiro (cobertura de investimentos líquidas em negócios no estrangeiro).

ii) O derivado financeiro deve eliminar eficazmente algum risco inerente ao elemento ou posição coberto durante todo o prazo previsto de cobertura. No entanto, deve ter eficácia retrospectiva, eficácia no momento de contratação da cobertura em condições normais, e eficácia prospectiva, evidência suficiente que a eficácia da cobertura se manterá durante toda a vida do elemento ou posição coberto.

iii) Se deve documentar adequadamente que a contratação do derivado financeiro teve lugar especificamente para servir de cobertura de determinados saldos ou transações e a forma em que se pensava conseguir e medir essa cobertura eficaz, sempre que esta forma seja coerente com a gestão dos riscos próprios que leva a cabo a Sociedade.

As coberturas se podem aplicar a elementos ou saldos individuais ou a carteiras de activos e passivos financeiros. Neste último caso, o conjunto dos activos ou passivos financeiros a cobrir deve compartilhar o mesmo tipo de risco, entendiéndose que se cumpre quando a sensibilidade à câmbio de tipo de juro dos elementos individuais cobertos é similar.

Ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 todos os derivados financeiros da Sociedade foram considerados derivados de negociação.

e) Activos financeiros

Os activos financeiros se classificam no balanço de situação de acordo com os seguintes critérios:

i) Caixa e depósitos em bancos centrais que correspondem aos saldos com dinheiro e aos saldos mantidos em Banco da Espanha e em outros bancos centrais.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen derecha



ii) Carteira de negociação que inclui instrumentos derivados não designados como instrumentos de cobertura contábil.

iii) Investimentos creditícias que inclui os activos financeiros que, não negociándose em mercado activo nem sendo obrigatório valorá-los pelo seu valor razoável, seus fluxos de efectivo são de importe determinado ou determinable e nos quais se recuperará todo o desembolso realizado pela Sociedade, excluídas as razões imputáveis à solvência do devedor. Recolhe o investimento procedente de sua principal actividade, operações factoring, financiamento das vendas a prazos e arrendamento financeiro (leasing) dos produtos do Grupo Caterpillar, principalmente.

Os activos financeiros registam-se inicialmente, em geral, pelo seu custo de aquisição. Sua valoração posterior em cada fechamento contábil se realiza de acordo com os seguintes critérios:

i) Os activos financeiros se avaliam a seu valor razoável exceto os Investimentos creditícias.

ii) Se entende por valor razoável de um activo financeiro em uma data dada o importe pelo que poderia ser entregue entre partes interessadas devidamente informadas, em uma transação realizada em condições de independência mutua. A melhor evidência do valor razonable é o preço de cotação em um mercado activo que corresponde a um mercado organizado, transparente e profundo.

Quando não existe preço de mercado para um determinado activo financeiro, se recorre para estimar seu valor razoável ao estabelecido em transações recentes de instrumentos análogos e, no seu defeito, a modelos de valoração suficientemente contrastados. Além disso, se levam em conta as peculiaridades específicas do activo a valorar e, muito especialmente, os diferentes tipos de riscos que o activo financeiro leva associados. Não obstante, as próprias limitações dos modelos de valoração desenvolvidos e as possíveis inexatidões nas assunções exigidas por estes modelos podem dar lugar a que o valor razoável assim estimado de um activo financeiro não coincida exatamente com o preço ao que o mesmo poderia ser comprado ou vendido na data de sua valoração.

iii) O valor razoável dos derivados financeiros OTC é a soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontados à data da valoração, utilizando-se métodos reconhecidos pelos mercados financeiros.

iv) Os investimentos creditícias se avaliam a seu custo amortizado, utilizando-se na sua determinação o método do tipo de juro efectivo. Por custo amortizado se entende o custo de aquisição de um activo financeiro corrigido pelos reembolsos de principal e a parte imputada na conta de custos e proveitos, mediante a utilização do método do tipo de juro efectivo, da diferença entre o custo inicial e o correspondente valor de reembolso ao vencimiento e menos qualquer redução de valor por deterioração reconhecida directamente como uma diminuição do importe do activo ou mediante uma conta corretora de seu valor. No caso que se encontrem cobertas em operações de cobertura de valor razoável, registam-se aquelas variações que se produzam no seu valor razoável relacionadas com o risco ou com os riscos cobertos em ditas operações de cobertura.

O tipo de juro efectivo é o tipo de atualização que iguala exatamente o valor de um instrumento financeiro com os fluxos de efectivo estimados ao longo da vida esperada do instrumento, a partir de suas condições contratuais, tal como opções de amortização antecipada, mas sem considerar perdas por risco de crédito futuras. Para os instrumentos financeiros a tipo de juro fixo, o tipo de juro efectivo coincide com o tipo de juro contratual estabelecido no momento de sua aquisição mais, no seu caso, as comissões que, pela sua natureza, sejam assimiláveis a um tipo de juro. Nos instrumentos financeiros a tipos de juros variável, a tipos de juros efectivo coincide com a taxa de rendimento vigente por todos os conceitos até a primeira revisão de tipo de juro de referência que se acontecer.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita

As variações no valor em livros dos activos financeiros se registram, em geral, com contrapartida na conta de custos e proveitos, diferenciándose entre as que têm sua origem no mereço de juros e conceitos assimilados, que registam-se na epígrafe de Juros e rendimentos assimilados, e as que correspondem a outras causas, que registam-se, por seu importe líquido, na epígrafe de Resultados de operações financeiras da conta de custos e proveitos.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros se classificam no balanço de situação de acordo com os seguintes critérios:

i) Carteira de negociação que inclui instrumentos derivados não designados como instrumentos de cobertura contábil.

ii) Passivos financeiros a custo amortizado que corresponde aos passivos financeiros que não têm cabimento nos restantes capítulos do balanço de situação e que respondem às actividades típicas de captação de fundos das entidades financeiras, qualquer que seja sua forma de instrumentalização e seu prazo de vencimento.

Os passivos financeiros registam-se a seu custo amortizado, tal e como se define para os activos financeiros na Nota 10 e), exceto no caso dos passivos financeiros incluídos nas epígrafes de Carteira de negociação que se avaliam a valor razoável, tal e como se define para os activos financeiros na Nota 10 e).

As variações no valor em livros dos passivos financeiros registam-se, em geral, com contrapartida na conta de custos e proveitos, diferenciándose entre as que têm sua origem no mereço de juros e conceitos assimilados, que registam-se na epígrafe de Juros e cargas assimiladas, e as que correspondem a outras causas, que registam-se, por seu importe líquido, na epígrafe de Resultados de operações financeiras da conta de custos e proveitos.

g) Deterioração do valor dos activos financeiros

O valor em livros dos activos financeiros se corrige, em geral, com cargo à conta de custos e proveitos quando existe uma evidência objetiva que se produziu uma perda por deterioração, o que se produz, no caso de instrumentos de dívida, entendidas como os créditos concedidos, quando depois que seu reconhecimento inicial ocorra um evento ou se produza o efeito combinado de vários eventos que suponha um impacto negativo nos seus fluxos de efectivo futuros.

Como norma geral, a correção do valor em livros dos instrumentos financeiros por deterioração se efectua com cargo à conta de custos e proveitos do período no qual tal deterioração se manifesta e a recuperação das perdas por deterioração previamente registradas, em caso de produzir-se, se reconhece na conta de custos e proveitos do período no qual a deterioração se elimina ou se reduz. No caso que se considere remota a recuperação de qualquer importe por deterioração registrado, este se elimina do balanço de situação, mesmo que a Sociedade possa levar a cabo as atuações necessárias para tentar conseguir sua cobrança até tanto não se tenham extinguido definitivamente seus direitos por prescrição, perdão ou outras causas.

No caso dos instrumentos de dívida valorados pelo seu custo amortizado o impo de perdas por deterioração incorridas é igual à diferença negativa entre seu valor em livros e o valor actual de seus fluxos de efectivo futuros estimados.

Os fluxos de efectivo futuros estimados de um instrumento de dívida são todos os importe, principal e juros, que a Sociedade estima que obterá durante a vida do instrumento. Em dita estimativa se considera toda a informação relevante que se encontra disponível na data de elaboração dos estados financeiros, e se proporcione dados sobre a possibilidade de cobrança futuro dos fluxos de efectivo contratuais. Além disso, na estimativa dos fluxos de efectivo futuros de instrumentos que contem com garantias reais, se levam em conta os fluxos que se obteriam de sua realização, menos o importe dos custos necessários para sua obtenção e posterior venda, com independência da probabilidade da execução da garantia.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita



No cálculo do valor atual dos fluxos de efectivo futuros estimados se utiliza como tipo de atualização o tipo de juro efectivo original do instrumento, se seu tipo contratual é fixo, ou tipo de juro efectivo à data a que se referam os estados financeiros determinado de acordo com as condições do contrato, quando seja variável.

As carteiras de instrumentos de dívida, riscos contingentes e compromissos contingentes, qualquer que seja seu titular, instrumentação ou garantia, se analisam para determinar o risco de crédito ao que está exposta a Sociedade e estimar as necessidades de cobertura por deterioração de seu valor. Para a confecção dos estados financeiros, a Sociedade classifica suas operações em função de seu risco de crédito analisando, separadamente, o risco de insolvência imputável ao cliente e o risco-país ao que, no seu caso, estejam expostas.

A evidência objetiva de deterioração se determinará individualmente para todos os instrumentos de dívida que sejam significativos e individual ou coletivamente para os grupos de instrumentos de dívida que não sejam individualmente significativos. Quando um instrumento concreto não se possa incluir em nenhum grupo de activos com características de risco similares, se analisará exclusivamente de forma individual para determinar se está deteriorado e, no seu caso, para estimar a perda por deterioração.

A avaliação colectiva de um grupo de activos financeiros para estimar suas perdas por deterioração se realiza da seguinte forma:

i) Os instrumentos de dívida se incluem em grupos que tenham características de risco de crédito similares, indicativas da capacidade dos devedores para pagar todos os importe, principal e juros, de acordo com as condições contratuais. As características de risco de crédito que se consideram para agrupar aos activos são, entre outras, o tipo de instrumento, o setor de actividade do devedor, a área geográfica da actividade, o tipo em confiança, a antiguidade dos importe vencidos e qualquer outro factor que seja relevante para a estimativa dos fluxos de efectivo futuros.

ii) Os fluxos de efectivo futuros de cada grupo de instrumentos de dívida se estima sobre a base da experiência de perdas históricas da Sociedade para instrumentos com características de risco de crédito similares às do respectivo grupo, uma vez realizados os ajustes necessários para adaptar os dados históricos às condições atuais do mercado.

iii) A perda por deterioração de cada grupo é a diferença entre o valor em livros de todos os instrumentos de dívida do grupo e o valor atual de seus fluxos de efectivo estimados

Os instrumentos de dívida não valorados pelo seu valor razoável com câmbio na conta de custos e proveitos, os regas contingentes e os compromissos contingentes se classificam, em função do risco de insolvência imputável ao cliente ou à operação, nas seguintes categorias: risco normal, risco substándar, risco duvidoso por razão da morosidade do cliente, risco duvidoso por razões diferentes da morosidade do cliente e risco falido. Para os instrumentos de dívida não classificados como risco normal se estimam, sobre a base da experiência da Sociedade e do sector, as coberturas específicas necessárias por deterioração, levando em conta a antiguidade dos importe impagados, as garantias contribuídas e a situação econômica do cliente e, no seu caso, dos fiadores. Dita estimativa se realiza, em geral, sobre a base de calendários de morosidade elaborados sobre a base da experiência da Sociedade e da informação que tem o setor.

A Sociedade não incorre em risco de crédito de razão de risco-país.

Adicionalmente às coberturas específicas por deterioração indicadas anteriormente, a Sociedade cobre as perdas inerentes incorridas dos instrumentos de dívida não valorados pelo seu valor razoável com câmbio na conta de custos e proveitos e dos riscos contingentes classificados como risco normal mediante uma cobertura coletiva genérica. Dita cobertura coletiva, que se corresponde com a perda estatística, se realiza levando em conta a experiência histórica da deterioração e as demais circunstâncias conhecidas no momento da avaliação e correspondem às perdas inerentes incorridas à data dos estados financeiros, calculadas com procedimentos estatísticos, que estão pendentes de atribuir a operações concretas.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



Neste sentido, a Sociedade utilizou, dado que não dispõe de suficiente experiência histórica e estatística própria ao respeito, os parâmetros estabelecidos por Banco da Espanha, sobre a base de sua experiência e da informação que tem o setor, que determinam o método e importe a utilizar para a cobertura das perdas por deterioração inerentes incorridas nos instrumentos de dívida e riscos contingentes classificados como risco normal, que se modificam periodicamente de acordo com a evolução dos dados mencionados. Dito método de determinação da cobertura das perdas por deterioração inerentes incorridas nos instrumentos de dívida se realiza mediante a aplicação de umas percentagens aos instrumentos de dívida não valorados pelo seu valor razoável com câmbio na conta de custos e proveitos e dos riscos continentes classificados como risco normal. Os mencionados percentagens variam em função da classificação realizada de ditos instrumentos de dívida dentro do risco normal entre as seguintes subcategorias: Sem risco apreciável, Risco baixo, Risco meio - baixo, Risco meio, Risco meio - alto e Risco alto.

O reconhecimento na conta de custos e proveitos do mereço de juros sobre a base dos termos contratuais se interrompe para todos os instrumentos de dívida qualificados individualmente como deteriorados e para aqueles para os que se tivessem calculado colectivamente perdas por deterioração por ter importe vencidos com um antiguidade superior a três meses.

h) Valoração das contas em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sociedade é o Euro. Em consequência, todos os saldos e transações denominados em moedas diferentes ao Euro se consideram denominados em moeda estrangeira.

O contravalor em Euros dos Ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 não existem activos e passivos em moeda estrangeira mantidos pela Sociedade.

No reconhecimento inicial, os saldos devedores e credores denominados em moeda estrangeira se transformam à moeda funcional utilizando o tipo de câmbio de contado da data de reconhecimento, entendido como o tipo de câmbio para entrega imediata. Posteriormente ao reconhecimento inicial se aplicam as seguintes regras para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira à moeda funcional:

i) Os activos e passivos de carácter monetário, se transformam ao tipo de câmbio de fechamento, entendido como o tipo de câmbio meio de contado da data a que se referem os estados financeiros.

ii) As partidas não monetárias valoradas ao custo histórico, se transformam ao tipo de câmbio da data de aquisição.

iii) As partidas não monetárias valoradas ao valor razoável, se transformam ao tipo de câmbio da data em que se determina o valor razoável.

iv) As receitas e despesas se convieten aplicando o tipo de câmbio da data da operação. Não obstante, se utiliza um tipo de câmbio meio do período para todas as operações realizadas no mesmo, salvo que tenha sofrido variações significativas. As amortizações se transformam ao tipo de câmbio aplicado ao correspondente activo.

As diferenças de câmbio surgidas na conversão dos saldos devedores e credores denominados em moeda estrangeira se registram, em geral, na conta de custos e proveitos.

i) Reconhecimento de ingressos e despesas

As receitas e despesas por juros e conceitos assimiláveis a eles registram-se contabilmente, em geral, em função de seu período de mereço e por aplicação do método de tipo de juro efectivo.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita

As cominsiones pagadas ou cobradas por serviços financeiros, com independência da denominação que recebam contratualmente, se classificam nas seguintes categorias, que determinam sua imputação na conta de custos e proveitos:

i) Comissões financeiras que são aquelas que formam parte integral do rendimento ou custo efectivo de uma operação financeira e se imputam à conta de custos e proveitos ao longo da vida esperada da operação como ajuste ao custo ou rendimento efectivo da mesma.

ii) Comissões não financeiras que são aquelas derivadas das prestações de serviços e podem surgir na execução de um serviço que se realiza durante um período de tempo e na prestação de um serviço que se executa em um acto singular.

As receitas e despesas em conceito de comissões e honorários assimilados registam-se na conta de custos e proveitos, em geral, de acordo aos seguintes critérios:

i) Os que correspondem a transações ou serviços que se realizam durante um período de tempo registam-se durante o período de tais transações ou serviços.

ii) Os que correspondem a uma transação ou serviço que se executa em um ato singular registam-se quando se produz o acto que os origina.

As receitas e despesas não financeiros registam-se contabilmente em função de princípio do mereço. As cobranças e pagamentos diferidos no tempo registam-se contabilmente pelo importe resultante de actualizar financeiramente os fluxos de efectivo previstos a taxas de mercado.

j) Garantias financeiras

Se consideram garantias financeiras os contratos pelos quais a Segurança se obriga a pagar umas quantidades específicas por um terceiro no suposto de não fazê-lo este, com independência de sua forma jurídica que pode ser, entre outras, a de fiança, aval financeiro ou técnico e crédito documentario irrevogável emitido ou confirmado pela Sociedade.

As garantias financeiras se classificam, em função do risco de insolvência imputável ao cliente ou à operação e, no seu caso, se estima a necessidade de constituir provisões para elas mediante a aplicação de critérios similares aos indicados na Nota 10 g) para os instrumentos de dívida valorados a seu custo amortizado.

No caso que seja necessário constituir uma provisão pelas garantias financeiras, as comissões pendentes de mereço, que registam-se na epígrafe Periodificaciones do passivo do balanço de situação, se reclassificam à correspondente provisão.

k) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento se apresentam em função do fundo económico da operação com independência de sua forma jurídica e se classificam desde o início como arrendamentos financeiros ou operativos.

i) Um arrendamento se considera como arrendamento financeiro quando se transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo objeto do contrato.

Quando a Sociedade actua como arrendadora de um ben, a soma dos valores atuais dos importe que receberá do arrendatário mais valor residual garantido, habitualmente o preço de exercício da opção de compra do arrendatário à finalização do contrato, se registra como um financiamento emprestado a terceiros, por isso se inclui na epígrafe de Investimentos Crediticias do balanço de situação, de acordo com a natureza o arrendatário.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita

Por outra parte, quando a Sociedade actua como arrendatária, se regista o custo dos activos arrendados no balanço de situação, segundo a natureza do ben objeto do contrato, e, simultaneamente, um passivo pelo mesmo importe, que será o mais novo do valor razoável do ben arrendado ou da soma dos valores atuais das quantidades a pagar ao arrendador mais, no seu caso, o preço de exercício da opção de compra. Estes activos se amortizam com critérios similares aos aplicados ao conjunto dos activos materiais de uso próprio.

As receitas e despesas financeiros com origem nestes contratos se abonam e carregam, respectivamente, à conta de custos e proveitos de modo que o rendimento se mantenha constante ao longo da vida dos contratos.

ii) Os contratos de arrendamento que não se consideram arrendamentos financeiros se classificam como arrendamentos operativos.

Quando a Sociedade atua como arrendadora, se regista o custo de aquisição dos bens arrendados na epígrafe de Activo Corporeo. Ditos activos se amortizam de acordo com as políticas adotadas para os activos corporeos similares de uso próprio e as receitas procedentes dos contratos de arrendamento se reconhecem na conta de custos e proveitos de forma linear.

Por outra parte, quando a Sociedade atua como arrendatária, as despesas do arrendamento incluindo incentivos concedidos, no seu caso, pelo arrendador, registam-se linealmente na conta de custos e proveitos.

l) Imposto sobre beneficios

O Imposto sobre Sociedades se considera como uma despesa e se regista na epígrafe de Imposto sobre beneficios da conta de custos e proveitos exceto quando é consequência de uma transação registrada diretamente no patrimônio Líquido, em cujo suposto se registra diretamente no patrimônio Líquido, e de uma combinação de negócios, na qual o imposto diferido se registra como um elemento patrimonial mais da mesma.

A despesa da epígrafe de Imposto sobre beneficios vem determinado pelo imposto a pagar calculado respeito à base tributável do exercício, uma vez consideradas as variações durante dito exercício derivadas das diferenças temporárias, dos créditos por deduções e bonificações e de bases tributáveis negativas. A base tributável do exercício pode diferir do resultado líquido do exercício apresentado na conta de custos e proveitos já que excluem as partidas de ingressos ou despesas que são gravables ou dedutíveis em outros exercícios e as partidas que nunca o são.

Os activos e passivos por impostos diferidos correspondem àqueles impostos que se prevêm pagáveis ou recuperáveis nas diferenças entre os importe em livros dos activos e passivos nos estados financeiros e as bases tributáveis correspondentes, se contabilizam utilizando o método do passivo no balanço de situação e se quantificam aplicando à diferença temporária ou crédito que corresponda o tipo de encargo ao que se espera recuperar ou liquidar.

Um activo por imposto diferido, tal como um imposto antecipado, um crédito de deduções e bonificações e um crédito de bases tributáveis negativas, se reconhece sempre que seja provável que a Sociedade obtenha no futuro suficientes ganhos fiscais contra as que possa fazê-lo efectivo. Se considera provável que a Sociedade obterá no futuro suficientes ganhos fiscais, entre outros supostos, quando:

i) Existem passivos por impostos diferidos cancelables no mesmo exercício que o da realização do activo por imposto diferido ou em outro posterior no qual possa compensar a base tributável negativa existente ou produzida pelo importe antecipado.

As bases tributáveis negativas foram produzidas por causas identificadas que é improvável que se repitam.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



Os passivos por impostos diferidos se contabilizam sempre.

Em cada fechamento contábil se revisam os impostos diferidos registrados, tanto activos como passivos, com o objetivo de comprovar que se mantêm vigentes e efectuándose as oportunas correções nos mesmos.

m) Activo material

O activo material de uso próprio corresponde ao imobilizado corporeo que se estima que se lhe dará um uso continuado pela Sociedade. Se avalia a seu custo de aquisição menos sua correspondente amortização acumulada e, no seu caso, menos qualquer perda por deterioração que resulte de comparar o valor líquido de cada elemento com seu correspondente importe recuperável.

As amortizações se calculam sistematicamente segundo o método linear, aplicando os anos de vida útil estimada dos diferente elementos sobre o custo de aquisição dos activos menos seu valor residual. As dotações anuais em conceito de amortização do activo material registam-se com cargo na conta de custos e proveitos e se calculam em função dos seguintes anos de vida útil estimada, como média, dos diferentes grupos de elementos:

	<u>Anos de vida útil estimada</u>
Outras instalações, conjunto de utensilios ou ferramentas e mobília	6 – 10 años
Equipes para processos de informação	4 años

Em cada fechamento contábil, a Sociedade analisa se existem indícios, tanto internos como externos, que o valor líquido dos elementos de seu activo material excede de seu correspondente importe recuperável. Em dito caso, a Sociedade reduz o valor em livros do correspondente elemento até seu importe recuperável e ajusta os cargos futuros em conceito de amortização em proporção a seu valor em livros ajustado e a sua nova vida útil remanescente, no caso de ser necesarea uma reestimación da mesma. Por outra parte, quando existem indícios que se recuperou o valor de um elemento, a Sociedade registra a reversão da perda por deterioração contabilizada em períodos anteriores e ajusta os cargos futuros em cocepto de sua amortização. A reversão da perda por deterioração de um elemento em nenhum caso pode supor o aumento de seu valor em livros acima daquele que teria se não se tivessem reconhecido perdas por deterioração em exercicios anteriores.

A Sociedade, pelo menos no final de cada exercicio, procede a revisar a vida útil estimada dos elementos do activo material de uso próprio com a finalidad de detectar câmbio significativos na mesma que, no caso de produzir-se, se ajustam mediante a correspondente correção do registro na conta de custos e proveitos de exercicios futuros da dotação a sua amortização em virtude da nova vida útil estimada.

As despesas de conservação e manutenção dos activos materiais de uso próprio registam-se na conta de custos e proveitos do exercicio em que se incorrem.

Os critérios aplicados pela Sociedade para o reconhecimento do custo de aquisição dos activos cedidos em arrendamento operativo, para sua amortização e para a estimativa de suas respectivas vidas úteis e para o resgistro de suas perdas por deterioração coincidem com os descritos em relação com os activos materiais de uso próprio.

n) Activo intangível

Os activos intangíveis são activos não monetários identificáveis mas sem aparência física. Se considera que os activos intangíveis são identificáveis quando são separáveis de outros activos porque se podem alienar, arrendar ou dispor deles de forma individual ou surgem como consequência de um contrato ou de outro tipo de negócio jurídico. Se reconhece um activo intangível quando, além de satisfazer a definição anterior, a Sociedade estima provável a percepção de beneficios económicos derivados de dito elemento e seu custo pode estimar-se de maneira confiável.

O activo intangível corresponde às aplicações informáticas que possui a Sociedade.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita



Os activos intangíveis se reconhecem inicialmente pelo seu custo, já seja este o de aquisição ou de produção, e, posteriormente, se avaliam pelo seu custo menos, quando proceda, a amortização acumulada e qualquer perda por deterioração.

Os activos intangíveis com vida definida se amortizam em função da mesma, aplicándose critérios similares aos do activo material. A média de vida útil estimada para o activo intangível é de 3 anos.

Em qualquer caso, a Sociedade registra contabilmente qualquer perda que tenha podido produzir-se no valor registrado destes activos com origem na sua deterioração com contrapartida na conta de custos e proveitos. Os critérios para o reconhecimento das perdas por deterioração destes activos e, no seu caso, das recuperações das perdas por deterioração registradas em exercícios anteriores são similares aos do activo material.

ñ) Provisões e passivos contingentes

Se consideram provisões as obrigações atuais da Sociedade, surgidas como conseqüência de fatos passados, que se encontram claramente especificadas quanto a sua natureza à data dos estados financeiros, mas resultam indeterminadas quanto a seu importe ou momento de cancelamento, ao vencimento das quais e para cancelá-las, a Sociedade espera que deverá desprender-se de recursos que incorporam benefícios econômicos. Ditas obrigações podem surgir pelos aspectos seguintes:

i) Uma disposição legal ou contratual.

ii) Uma obrigação implícita ou tácita, cujo nascimento se situa em uma expectativa válida criada pela Sociedade frente a terceiros respeito da assunção de certos tipos de responsabilidades. Tais expectativas se acham quando a Sociedade aceita publicamente responsabilidades, se derivam de comportamentos passados ou de políticas empresariais de domínio público.

iii) A evolução praticamente segura do regulamento em determinados aspectos, em particular, projetos normativos dos que a Sociedade não poderá subtrair-se.

São passivos contingentes as obrigações possíveis da Sociedade, surgidas como conseqüência de fatos passados, cuja existência está condicionada a que ocorra ou não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade da Sociedade. Os passivos contingentes incluem as obrigações atuais da Sociedade cuja cancelamento não seja provável que origine uma diminuição de recursos que incorporam benefícios econômicos ou cujo importe, em casos extremamente raros, não possa ser quantificado com a suficiente fiabilidade.

As provisões e os passivos contingentes se qualificam como prováveis quando existe maior verossimilhança que ocorram que em caso contrário, possíveis quando existe menor verossimilhança que ocorram que do contrário e remotos quando sua aparição é extremamente rara.

A Sociedade inclui nas contas anuais todas as provisões significativas com relação às quais se estima que a probabilidade que se tenha que atender a obrigação é maior que em caso contrário. Os passivos contingentes não se reconhecem nas contas anuais mas se informa sobre os mesmos a não ser que se considere remota a possibilidade que se produza uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

As provisões se quantificam tendo em consideração a melhor informação disponível sobre as conseqüências do fato que as originam e são estimadas em cada fechamento contábil. As mesmas são utilizadas para enfrentar as obrigações específicas para as quais foram reconhecidas, procediéndose a sua reversão, total ou parcial, quando ditas obrigações deixam de existir ou cessarem.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



Ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 se encontravam em andamento diferentes procedimentos judiciais e reclamações entabulados contra a Sociedade com origem no desenvolvimento habitual de suas actividades. Tanto os assessores legais da Sociedade como seus Administradores entendem que a conclusão destes procedimentos e reclamações não produzirá um efeito significativo, adicional ao, no seu caso, incluído como provisão, na contas anuais dos exercícios nos quais finalizem.

Ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 a Sociedade tem registrada uma provisão por importe de 1.056 milhares de euros em relação às atas fiscais elevadas pelas autoridades tributárias a seu Filial de Portugal em exercícios anteriores.

Adicionalmente, em Maio de 2007 procedeu-se ao aumento da provisão existente em 56 milhares de euros correspondentes ao montante pendente de devolução por parte das Finanças Públicas Portuguesas do reembolso do IVA do ano de 2005 à Sucursal de Portugal.

Por isso, em 31 de Dezembro de 2007 a Sociedade tem registada uma provisão de um montante de 1.112 milhares de euros (1.056 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006) relacionada com as actas fiscais levantadas pelas autoridades tributárias à sua Sucursal de Portugal em exercícios anteriores e às reclamações comentadas nos parágrafos anteriores, embora as mesmas tenham sido objecto de recurso (NOTA 27).

o) Activos não correntes a venda

A epígrafe de Activos não correntes a venda do balanço de situação inclui o valor em livros das partidas individuais cuja venda é altamente provável que tenha lugar, nas condições nas quais tais activos se encontram actualmente, no prazo de um ano a contar desde a data à qual se referem as conta anuais.

A recuperação do valor em livros destas partidas, que podem ser de natureza financeira e não financeira, previsivelmente terá lugar através do preço que se obtenha na sua transferência, em lugar de mediante seu uso continuado.

Os activos recebidos pela Sociedade para a satisfação, total ou parcial, das obrigações de pagamento frente a ela de seus devedores se consideram activos não correntes a venda, salvo que a Sociedade tenha decidido fazer um uso continuado desses activos.

Os activos classificados como Activos não correntes a venda se avaliam, em geral, pelo menor importe entre seu valor em livros no momento no qual são considerados como tais e seu valor razoável líquido dos custos de venda estimados de ditos activos. Enquanto que permanecem classificados como Activos não correntes a venda, os activos materiais e imateriais amortizables pela sua natureza não se amortizam.

No caso que o valor em livros exceda ao valor razoável dos activos líquido de seus custos de venda, a Sociedade ajusta o valor em livros dos activos pelo importe de dito excesso, com contrapartida na epígrafe de Perdas por deterioração de activos (líquido) - Activos não correntes em veta da conta de custos e proveitos. No caso de produzir-se posteriores incrementos do valor razoável dos activos, a Sociedade reverte as perdas anteriormente contabilizadas, aumentando o valor em livros dos activos com o limite do importe anterior a sua possível deterioração, com contrapartida na epígrafe de Perdas por deterioração de activos (líquido) - Activos não correntes a venda da conta de custos e proveitos.

Despesas de pessoal e retribuições post-emprego

Se consideram retribuições post-emprego as remunerações aos empregados que se liquidam depois da terminação de seu período de emprego.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita

Com data 15 de junho de 1998 se formalizou um contrato de seguro coletivo de rendas diferidas com reembolso de gratificações com a companhia La Estrella Seguros que garante a cobertura futura dos compromissos que a Sociedade tem contraídos por prestações de aposentadoria com o pessoal com direito a dita cobertura. (Compromisso de contribuição definida).

Este contrato se instrumentalizó através de uma apólice que comporta o pagamento periódico pela Sociedade de uma contribuição definida (prima mensal, actualizable anualmente), registrada como despesa na rubrica "Despesas de pessoal" da Conta de custos e proveitos adjunto, e que no exercício 2007 ascendio a 165 milhares de euros (151 milhares de euros em 2006) (Nota 36).

Por outra parte, a Sociedade não mantém acordos específicos com Administradores e/ou pessoal da Alta Dirección com a finalidade de indemnizarles no momento em que se interrompa seu contrato.

q) Estado de fluxos de efectivo

No estado de fluxos de efectivo se utilizam determinados conceitos que têm as definições seguintes:

- i) Fluxos de efectivo, que são as entradas e saídas de dinheiro e de seus equivalente, entendendo por estes os investimentos a curto prazo de grande liquidez e sob risco de alterações no seu valor.
- ii) Actividades de exploração, que são as actividades típicas da Sociedade e outras actividades que não podem ser qualificadas como de investimento ou de financiamento.
- iii) Actividades de investimento, que são as correspondentes à aquisição, transferência ou disposição por outros meios de activos a longo prazo e outros investimentos não incluídas no efectivo e seus equivalentes.
- iv) Actividades de financiamento, que são as actividades que produzem câmbio no tamanho e composição do Patrimônio líquido e dos passivos que não fazem parte das actividades de exploração.

11. Deveres de lealdade dos Administradores

Relativamente aos requisitos da secção 4 do artigo 127.ter da Lei sobre as Sociedades Anónimas, indica-se em seguida a relação dos membros do Conselho de Administração que mantêm participações em sociedades com género de actividade igual ou análogo ao que constitui o objecto social da Sociedade e/ou desempenham cargos ou funções em tais sociedades.

- José Coronel de Palma y Martínez Agulló:

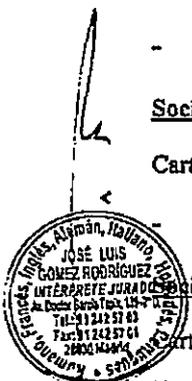
<u>Sociedade</u>	<u>Funcão / Cargo</u>	<u>% Participação</u>
Carterpillar Financial Renting, S.A.	Conselheiro Delegado	-

- Kent Adams

<u>Sociedade</u>	<u>Funcão / Cargo</u>	<u>% Participação</u>
Carterpillar Financial Renting, S.A.	Conselheiro	-

- Joel Anquetil

<u>Sociedade</u>	<u>Funcão / Cargo</u>	<u>% Participação</u>
Carterpillar Financial Renting, S.A.	Conselheiro	-



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita

12. Atendimento ao cliente

O artigo 17.2 da Ordem ECO/734/2004, de 11 de março, sobre Departamentos e Serviços de Atendimento ao Cliente e o Defensor do Cliente das Entidades Financeiras, indica que na memória das contas anuais se deve resumir, brevemente, o conteúdo da memória do Serviço de Atendimento ao Cliente da Sociedade.

Durante os exercícios 2007 e 2006 não se recebeu nenhuma reclamação nem queixa na qual o Serviço de Atendimento ao Cliente tenha tido que intervir.

13. Risco de crédito

A regra geral de Caterpillar Financial Services Corporation (a seguir, CFSC ou a Casa Matriz) em matéria de risco de crédito é que todas as operações (leasing financeiro, leasing operativo, venda a prazos) devem ter um caráter finalista (não cerca o financiamento pura), isto é, só cerca financiar ou arrendar financeiramente bens, devendo ficar vinculada a propriedade à Sociedade em todos os casos, ben seja por ser proprietário dos bens ben pela reserva de domínio sobre os mesmos.

Qualquer exceção ao anterior (empréstimos para financiamento de inventários ou outros péstamos ocasionais) deverá ser submetida à autorização prévia, expressa e por escrito da Direção de Riscos da Casa Matriz.

Os bens suscetíveis de operações por parte da Sociedade são bens móveis. Qualquer exceção ao anterior (por exemplo um imóvel), deverá ser submetida, igualmente, à autorização prévia, expressa e por escrito do Comitê de Riscos de CFSC.

Podem ser objeto das operações da Sociedade bens móveis novos ou usados, marca Caterpillar ou do Grupo Caterpillar ou marca não Caterpillar, sempre que seu provedor seja um distribuidor exclusivo ou autorizado do Grupo Caterpillar.

As faculdades para autorizar riscos de crédito são concedidas por CFSC e têm caráter individual. Qualquer denegação de uma operação requereria a revisão por parte do nível superior, que poderá reconsiderar a decisão do nível inferior.

As operações que excedam dos limites de faculdades concedidas à Sociedade, deverão ser submetidas a aprovação e a Direção de Riscos da Casa Matriz.

O prazo máximo das operações não poderá exceder dos 60 meses. Qualquer exceção a ditos prazos deverá ser submetida à aprovação prévia, expressa e por escrito da Direção de Riscos da Casa Matriz.

A prática habitual é a periodicidade mensal das quotas a cobrar, sem prejuízo de as exceções pontuais serem aprovadas pelo respectivo Nível de Autorização de Riscos.

A assunção de riscos de valor residual deverá ajustar-se à política corporativa que exige uma comprovação interna do valor antنديendo ao modelo do ben, a seu preço, ao prazo da operação e ao número de horas grau de aproveitamento previstas.

Os critérios de política expostos são válidos para os países nos quais opera a Sociedade (a Espanha, Portugal, a Itália, Grécia e a Bulgária).

Quanto à gestion de cobrança de impagados, as pautas seguidas, de acordo com o "Credit Policy Manual" são a seguintes:

Impagados com mais de 1 dia e menos de 90 dias de antigüidade: gestão amistosa.

- Impagados com mais de 90 dias de antigüidade: gestão pre-disputadora ou disputadora.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



As reposições de equipas suportam o passe à conta de inventário (ou equipas recuperados), aplicándose o critério de valoração estabelecido na Circular 4/2004 de Banco da Espanha. Para estimar o valor de feira livre dos bens se acudirá aos que resultem dos livros de valoração existentes nos diversos países nos quais se opera ou à valoração que dão os serviços internos do Grupo (o mais novo deles).

14. Risco de liquidez

A Sociedade não apresenta um risco de liquidez significactivo logo que não está exposta a demandas diárias de efectivo por parte de terceiros. Em consequência, a Sociedade não mantém recursos em efectivo significativos já que não são necessários para sua actividade fundamental.

Quanto ao mais, o grosso da carteira de investimentos crediticias (cujo vencimento está descrito na Nota 18) está financiado por linhas de crédito concedidas por Caterpillar International Finance, Plc., sociedade do Grupo domiciliada em Dublin.

Ditas linhas têm em todos os casos um vencimento indefinido, exigíéndose para seu cancelamento, em qualquer caso, um pré-aviso de dois anos e um mês (Nota 26).

15. Risco do tipo de juro

A actividade da Sociedade consiste fundamentalmente no financiamento da compra de produtos Caterpillar através de contratos de arrendamento financeiro e contratos de empréstimo. Tanto o sucesso na realização desta actividade de financiamento como o custo dos fundos necessários são muito sensíveis às câmbio nos tipos de juros.

Estas operações de arrendamento financeiro e empréstimo podem estar baseadas tanto em tipos de juros fixos como volúveis. Uma gestão prudente do risco do tipo de juro requer que os activos a tipo de juro fixo estejam financiados completamente com passivo a tipo de juro fixo e que os activos a tipo de juro variável estejam financiados completamente com passivo a tipo de juro variável. Existe uma exposição ao risco de taxas de juros quando o anterior não se cumpre. Os limites de exposição ao risco de taxas de juros da Sociedade são definidos em termos de percentagem de cobertura.

A gestão do risco do tipo de juro está centralizada em nível europeu em Caterpillar International Finance Plc., sociedade do Grupo com sede em Dublin, que é responsável da manutenção de uma percentagem de cobertura aceitável, definido este com base na experiência, em uma categoria dentre 75% e 90%. O limite superior está baseado na experiência da Sociedade que aproximadamente 10% dos activos em carteira são cancelados pelo cliente antes de seu vencimento e, portanto, não devem ser cobertos. O limite de 75% está baseado na situação actual dos tipos de juros e na estimativa de sua evolução futura. Exceções a esta política devem ser autorizadas pelo presidente da Divisão Financeira da Casa Matriz. A percentagem de cobertura ao 31 de dezembro de 2007 foi de 85% (92% ao 31 de dezembro de 2006).

O risco de tipo de juro é administrado mediante a quantificação por intervalos de tempo das posições abertas de risco e sua cobertura externa mediante derivados financeiros que reduzam o risco derivado de ditas posições abertas. O valor nominal dos derivados financeiros ao 31 de dezembro de 2007 foi de 360 milhões de Euros (347 milhões de Euros ao 31 de dezembro de 2006) (Nota 20).

16. Concentração de riscos

A Sociedade analisa a concentração de riscos com sujeitos ou grupos, seguindo as diretrizes da normativa sobre recursos próprios do Banco da Espanha.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita

Com relação ao cumprimento por parte da Sociedade do limite aos grandes riscos e à concentração, é preciso assinalar que a Sociedade obtém garantias dinheiramas de Caterpillar International Finance Plc. (entidade do Grupo) para aquelas contrapartes cujo risco acumulado supera o limite de concentração de 25% exigido pela legislação do Banco da Espanha.

Finalmente, a Sociedade, na queas operações nas quais se obtêm avais a terceiros, a efeitos da análise da concentração, aplica o critério de não incluí-los, ao estar considerado como risco direto do primeiro obrigado ao pagamento.

17. Caixa e depósitos em bancos centrais

O desdobramento desta epígrafe dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa	4	5
Depósitos em Banco da Espanha - Obrigatórios	-	1
	<u>4</u>	<u>6</u>

18. Investimentos creditícias

O desdobramento desta epígrafe dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

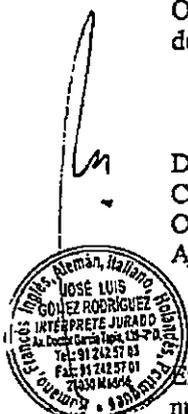
	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos em entidades de crédito	4 069	4 756
Crédito sobre clientes	703 298	606 209
Outros activos financeiros	<u>1 911</u>	<u>171</u>
	<u>709 278</u>	<u>611 136</u>
Ajustes por valoração		
Crédito sobre clientes	<u>(37 473)</u>	<u>(34 370)</u>
	<u>671 805</u>	<u>576 766</u>

O desdobramento, por modalidade e situação, da epígrafe de Depósitos em entidades de crédito ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos em Entidades de Crédito		
Contas a prazo	-	4 550
Outras contas	4 069	206
Ajustes por valoração - Juros merecidos	-	-
	<u>4 069</u>	<u>4 756</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 na epígrafe de Depósitos em entidades de crédito foi incluído um saldo num montante de 4.550 milhares de euros, correspondente a um tributo a prazo fixo, denominado em euros, que vencia um juro de mercado, com vencimento em 2 de Janeiro de 2007.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



O tipo de juros meio merecido pelos Depósitos em Entidades de Crédito durante os exercícios 2007 e 2006 foi de 2,02% e 1,17%, respectivamente.

Todos os Depósitos em Entidades de Crédito estão denominados em Euros.

O desdobramento, por modalidade e situação, da epígrafe de Crédito à clientela ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Crédito às Administrações Públicas Espanholas	68	100
Crédito a outros setores residentes	<u>314 637</u>	<u>243 594</u>
Crédito comercial operações sem recurso	9 615	6 109
Outros devedores a prazo	53 578	25 724
Arrendamentos financeiros	235 524	199 381
Devedores à vista e vários	1 534	2 129
Activos duvidosos	14 386	10 251
Crédito às Administrações Públicas não residentes	-	22
Crédito a outros setores não residentes	<u>388 594</u>	<u>362 493</u>
Crédito comercial	7 956	14 978
Outros devedores a prazo	60 604	52 764
Arrendamentos financeiros	296 010	273 343
Devedores à vista e vários	4 311	3 274
Activos duvidosos	19 713	18 134
Ajustes por valoração setor residente	<u>(17 208)</u>	<u>(14 560)</u>
Correções de valor por deterioração de activos	(13 408)	(9 694)
Juros merecidos	623	263
Descontos na aquisição	(91)	50
Comissões	(4 332)	(5 079)
Ajustes por valoração setor não residente	<u>(20 266)</u>	<u>(19 810)</u>
Correções de valor por deterioração de activos	(15 488)	(15 001)
Juros merecidos	1 848	3 705
Descontos na aquisição	(1 439)	(2 946)
Comissões	<u>(5 187)</u>	<u>(5 568)</u>
	<u>665 825</u>	<u>571 839</u>

Toda a carteira de Investimentos creditícias ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 se tenha denominada em euros.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a epígrafe "Outros activos financeiros" na carteira de "Investimentos de crédito" regista principalmente os saldos devedores mantidos com outras empresas do Grupo derivados da imputação de despesas suportadas a tais empresas do Grupo (Nota 42).

A concentração do risco, por tipo de instrumento, da carteira de Investimentos creditícias ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é a seguinte:



margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita

	Milhares de euros			
	2007		2006	
	Importe	%	Importe	%
Arrendamento financeiro	561 704	80,16%	494 200	82,17%
Financiamento a prazo	113 394	16,18%	80 298	13,35%
Crédito comercial	17 504	2,50%	21 008	3,49%
Outros	8 099	1,16%	5 955	0,99%
	<u>700 701</u>	<u>100,00%</u>	<u>601 461</u>	<u>100,00%</u>
Correções valor deterioração	(28 896)		(24 695)	
	<u>671 805</u>		<u>576 766</u>	

A distribuição geográfica do risco da carteira de Investimentos creditícias, em função da localização da contraparte, ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é a seguinte:

	Milhares de euros			
	2007		2006	
	Importe	%	Importe	%
Espanha	303 477	45,17%	234 061	40,58%
Portugal	48 111	7,16%	34 804	6,04%
Itália	314 627	46,83%	302 705	52,48%
Grécia	5 601	0,76%	4 571	0,79%
Bulgária	199	0,03%	101	0,02%
Outros	<u>330</u>	<u>0,05%</u>	<u>524</u>	<u>0,09%</u>
	<u>671 805</u>	<u>100,00%</u>	<u>576 766</u>	<u>100,00%</u>

A prática totalidade da clientela da Sociedade está composta por empresas, empresários individuais e, em menor medida, administrações públicas. Dada a natureza dos activos financiados pela Sociedade (bens de investimento) não existem riscos significativos com lares. A concentração do risco, por setor de actividade do credenciado, da carteira de Investimentos creditícias ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é a seguinte:

	Milhares de euros			
	2007		2006	
	Importe	%	Importe	%
Instituições públicas residentes	68	0,01%	100	0,02%
Residentes				
Agricultura, gado caça e silvicultura	1 792	0,27%	967	0,17%
Indústrias extractivas	9 681	1,44%	9 956	1,73%
Indústrias manufatureiras	5 406	0,80%	4 525	0,78%
Produção e distribuição de energia elétrica, gás e água	25	-	9	-
Construção	238 218	35,46%	167 754	29,08%
Comércio e consertos	22 483	3,35%	21 904	3,80%
Hoteleria	126	0,02%	61	0,01%
Transporte, armazenamento e comunicações	14 047	2,09%	15 956	2,77%
Intermediação financeira (excepto entidades de crédito)	56	0,01%	431	0,07%
Actividades imobiliárias e serviços empresariais	11 274	1,68%	11 975	2,08%
Outros serviços	369	0,05%	523	0,09%
Não residentes	367 998	54,78%	342 181	59,33%
Outros/Sem classificar	<u>262</u>	<u>0,04%</u>	<u>424</u>	<u>0,07%</u>
	<u>671 805</u>	<u>100,00%</u>	<u>576 766</u>	<u>100,00%</u>

Detalhe, por prazos de vencimento remanescentes, da carteira de Investimentos creditícias ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é a seguinte:

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
À vista	14 921	8 975
Até um mês	14 092	20 066
Mais de um mês e até três meses	12 113	9 981
Mais de três meses e até seis meses	13 001	11 278
Mais de seis meses e até um ano	48 886	52 369
Mais de um ano e até cinco anos	584 034	484 331
Mais de cinco anos	20 321	23 965
Outros/Sem classificar	1 911	171
Ajustes por valoração	<u>(37 474)</u>	<u>(34 370)</u>
	<u>671 805</u>	<u>576 766</u>

O detalhe, por áreas geográficas, dos activos deteriorações ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>			
	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	<u>Importe</u>	<u>%</u>	<u>Importe</u>	<u>%</u>
Espanha	14 386	42,19%	10 251	36,11%
Portugal	2 037	5,97%	2 138	7,53%
Itália	<u>17 676</u>	<u>51,84%</u>	<u>15 996</u>	<u>56,36%</u>
	<u>34 099</u>	<u>100,00%</u>	<u>28 385</u>	<u>100,00%</u>

O detalhe ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 do saldo de Correcciones de valor por deterioração de activos da epígrafe de Investimentos crediticias é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Pelo tipo de cobertura:		
Cobertura específica	15 040	14 194
Cobertura genérica	<u>13 856</u>	<u>10 501</u>
	<u>28 896</u>	<u>24 695</u>

O movimento durante o exercício 2007 e 2006 do saldo de Correções de valor por deterioração de activos da epígrafe de Investimentos crediticias é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>		
	<u>Cobertura específica</u>	<u>Cobertura genérica</u>	<u>Total</u>
Saldo a 1 de janeiro de 2006	12 459	11 596	24 055
Dotações líquidas com cargo a resultados	4 464	(1 095)	3 369
Transferência a falidos contra fundos constituídos	(1 071)	-	(1 071)
Outros movimentos	<u>(1 658)</u>	<u>-</u>	<u>(1 658)</u>
Saldo a 31 de dezembro de 2006	<u>14 194</u>	<u>10 501</u>	<u>24 695</u>
Dotações líquidas com cargo a resultados	2 261	3 355	5 616
Transferência a falidos contra fundos constituídos	(366)	-	(366)
Outros movimentos	<u>(1 049)</u>	<u>-</u>	<u>(1 049)</u>
Saldo ao 31 de dezembro de 2007	<u>15 040</u>	<u>13 856</u>	<u>28 896</u>

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



O desdobramento das correções de valor constituídas para a cobertura do risco de crédito de área geográfica é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2007		2006	
	Importe	%	Importe	%
Espanha	13 408	46,40%	9 694	39,25%
Portugal	2 167	7,50%	1 740	7,05%
Itália	13 275	45,94%	13 194	53,43%
Grécia	43	0,15%	66	0,27%
Bulgária	3	0,01%	1	-
	28 896	100,00%	24 695	100,00%

O importe das receitas financeiros acumulados e não reconhecidos na conta de custos e proveitos dos activos financeiros deteriorados ascende ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 a 968 milhares de euros e 820 milhares de euros, respectivamente.

O movimento dos activos financeiros deteriorados dados de baixa do activo ao considerar-se remota sua recuperação, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2007	2006
Saldo ao início do período	10 660	9 736
Altas - com cargo a correções de valor por deterioração de activos	366	1 071
Baixas - por recuperação com dinheiro de principal com cargo a resultados	(12)	(147)
Saldo ao final do período	11 014	10 660

19. Activos não correntes a venda

O importe registrado na epígrafe Activos não correntes a venda dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 corresponde, fundamentalmente, a maquinaria adjudicada como consequência de descumprimentos de contrato em operações de financiamento e destinados a sua venda.

O valor razoável da maquinaria recuperada se determinou tomando como referência as minutas de preços publicados por fontes externas e a valoração obtida através de Caterpillar Redistribution Services Inc., Sociedade do Grupo dedicada exclusivamente à compra e venda de maquinaria usada, tomando em consideração diversas circunstâncias do bem, como seu modelo, o ano de fabricação e o uso dado o bem.

20. Derivados de negociação

Esta epígrafe inclui o valor razoável dos derivados que não formam parte de coberturas contábeis por não haver-se realizado teste de efectividade.

O valor razoável dos elementos incluídos na Carteira de negociação de activos e passivo ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 foi determinado diretamente pela Casa Matriz utilizando a técnica de valoração de "Descontos de fluxos de efectivo", com base em curvas de tipos de juros de mercado.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita



O desdobramento do saldo de Derivados de negociação do activo e do passivo dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	Milhares de euros					
	2007			2006		
	Valor Nocial	Valor razoável Activo	Valor razoável Passivo	Valor Nocial	Valor razoável Activo	Valor razoável Passivo
Permutas financeiras	<u>360 450</u>	<u>1 412</u>	<u>-</u>	<u>347 350</u>	<u>1 946</u>	<u>5</u>

O importe notional e/ou contratual dos contratos de Derivados de negociação não supõe uma quantificação do risco assumido pelo Grupo já que sua posição líquida se obtém da compensação e/ou combinação de ditos instrumentos.

21. Activo material

O desdobramento desta epígrafe dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2007	2006
De uso próprio:	<u>452</u>	<u>463</u>
Equipamentos informáticos e suas instalações	89	102
Mobiliária, veículos e resto de instalações	363	361
Outros activos cedidos em arrendamento operativo	<u>3 557</u>	<u>2 361</u>
	<u>4 009</u>	<u>2 824</u>

O movimento durante os exercícios 2007 e 2006 do saldo da epígrafe de Activo material é o seguinte:

	Milhares de euros		
	Importe bruto	Amortização acumulada	Líquido
Saldo ao 1 de janeiro de 2006	1 828	(699)	1 129
Adições / Dotações	2 123	(403)	1 720
Retiradas	(147)	122	(25)
Saldo ao 31 de dezembro de 2006	<u>3 804</u>	<u>(980)</u>	<u>2 824</u>
Adições / Dotações	2 116	(850)	1 266
Retiradas	(306)	225	(81)
Saldo ao 31 de dezembro de 2007	<u>5 614</u>	<u>(1 605)</u>	<u>4 009</u>

O saldo líquido ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 do Activo material de uso próprio inclui:

Um importe de 3.624 milhares de euros e 2.449 milhares de euros, aproximada e respectivamente correspondentes a Activo material propriedade de filiais da Sociedade radicadas em países estrangeiros.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita

b) O valor bruto dos elementos do Activo material de uso próprio que se encontravam em uso e totalmente amortizados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 ascende a um importe de 259 milhares de euros e 369 milhares de euros, aproximada e respectivamente.

Ao 31 de dezembro de 2007 a Sociedade mantinha activos cedidos em arrendamento operativo por importe líquido de 3.557 milhares de euros (2.361 milhares de euros ao 31 de dezembro de 2006).

As receitas derivadas de rendas provenientes dos Activos cedidos em arrendamento operativo da Sociedade durante o exercício 2007 ascenderam a 809 milhares de euros (328 milhares de euros durante o exercício 2006).

22. Activo intangível

O desdobramento e o movimento durante os exercícios 2007 e 2006 do saldo da epígrafe de Activo imaterial é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>		
	<u>Importe bruto</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Saldo ao 1 de janeiro de 2006	133	(124)	9
Adições / Dotações	2	(8)	(6)
Retiradas	(2)	2	-
Saldo ao 31 de dezembro de 2006	<u>133</u>	<u>(130)</u>	<u>3</u>
Adições / Dotações	<u>142</u>	<u>(16)</u>	<u>126</u>
Saldo ao 31 de dezembro de 2007	<u>275</u>	<u>(146)</u>	<u>129</u>

O valor bruto dos elementos de Outro activo intangível que se encontravam em uso e totalmente amortizados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 ascende a um importe de 113 milhares de euros e 112 milhares de euros, aproximada e respectivamente.

23. Activo e passivos fiscais

O desdobramento destas epígrafes dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>			
	<u>Activo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Impostos correntes:	<u>39 981</u>	<u>36 439</u>	<u>31 811</u>	<u>31 619</u>
Imposto sobre Sociedades	527	1 940	1 865	2 191
IVA e IGIC	38 906	34 284	29 693	29 104
IRPF e outras retenções	-	-	93	174
Organismos da Segurança Social credores	-	-	160	138
Outros	448	215	-	12
Impostos diferidos:	<u>3 149</u>	<u>2 270</u>	-	-
Perdas por deterioração de investimentos creditícias	2 568	1 793	-	-
Dotações a Fundos de pensão	429	360	-	-
Outras provisões não dedutíveis	123	110	-	-
Por amortizações não dedutíveis	<u>29</u>	<u>7</u>	-	-
	<u>43 030</u>	<u>38 709</u>	<u>31 811</u>	<u>31 619</u>

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



O desdobramento por âmbito geográfico da epígrafe "Fazenda Pública saldos fiscais recuperáveis por IVA e IGIC sustentados" se amostra a continuação:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Portugal	2 966	372
Espanha	65	157
Itália	<u>35 875</u>	<u>33 755</u>
	<u>38 414</u>	<u>34 284</u>

De acordo com a legislação sobre IVA em vigor na Itália, a Sociedade registrou ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 juros a cobrar pelo IVA pendentes de receber dos anos anteriores por um importe de 55 milhares de euros e 82 milhares de euros, respectivamente. O importe merecido durante o exercício 2007 e 2006 se encontra incluído dentro da epígrafe de Outros proveitos (Nota 41).

Durante o exercício 2006 a Sociedade recebeu das autoridades fiscais italianas o abono do IVA pendente dos exercícios 2003 junto com os juros merecidos, por um total de 3.099 milhares de euros. Durante o exercício de 2007 a Sociedade não recebeu qualquer pagamento por este conceito pelo que em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 apenas fica pendente de cobrança o IVA do exercício de 2004. Na opinião dos Administradores da Sociedade, a mesma recuperará integralmente dito IVA pendente de cobrança junto com os juros merecidos.

Como consequência da normativa fiscal vigente do Imposto sobre Sociedades aplicável à Sociedade, nos exercícios 2007 e 2006 surgiram determinadas diferenças entre os critérios contábeis e fiscais que foram registradas como Impostos diferidos de activo e de passivo ao calcular e registrar o correspondente imposto sobre Sociedades.

Os movimentos experimentados durante os exercícios 2007 e 2006 nos saldos de Impostos diferidos de activo se mostram a continuação:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Saldo ao início do exercício	2 270	1 685
Perdas por deterioração de investimentos creditícias	796	897
Dotações a Fundos de pensão	70	60
Outras provisões não dedutíveis	13	-
Por amortizações não dedutíveis	22	6
Efeito revisão tipo impositivo (Nota 29)	<u>(22)</u>	<u>(378)</u>
Saldo ao fechamento do exercício	<u>3 149</u>	<u>2 270</u>

Na Nota 29 se incluem os detalhes correspondentes à situação fiscal da Sociedade.

24. Periodificaciones de activo e de passivo

O importe que figura nestas epígrafes dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 corresponde ao saldo de todas as contas de periodificación de activo e passivo, exceto as correspondentes a juros devengos, comissões de abertura e descontos na aquisição.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita



25. Outros activos e outros passivos

O importe que figura nestas epígrafes dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 corresponde a contas de caráter transitório surgidas como consequência da operativa da Sociedade. Em 31 de Dezembro de 2007 a epígrafe "Outros activos do balanço de situação" é composta, fundamentalmente, por pagamentos antecipados efectuados aos fornecedores pela compra de maquinaria. Em 31 de Dezembro de 2007 a epígrafe "Outros passivos do balanço de situação" é composta, fundamentalmente, por cobranças pendentes de aplicação que serão regularizadas nos primeiros dias do mês seguinte.

26. Passivos financeiros a custo amortizado

O desdobramento do saldo da epígrafe Depósitos em entidades crédito dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outras contas	1 010	2 673
Ajustes por valoração	<u>34</u>	<u>22</u>
	<u>1 044</u>	<u>2 695</u>

O tipo de juro meio anual durante os exercícios 2007 e 2006 dos Depósitos em entidades de crédito ascendeu a 4,5% e 3,3%, respectivamente.

O vencimento dos Depósitos em entidades de crédito durante os exercícios 2007 e 2006 é à vista.

O desdobramento do saldo da epígrafe Depósitos sobre clientes dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outros setores não residentes		
Depósitos com pré-aviso (Nota 14)	601 118	505 760
Ajustes por valoração	<u>2 675</u>	<u>1 731</u>
	<u>603 793</u>	<u>507 491</u>

O saldo desta epígrafe, ao 31 de dezembro de 2007 e 2006, está composto na sua totalidade pelo financiamentos recebidas de Caterpillar International Finance, Plc., sociedade do grupo domiciliada em Dublin.

Ditos importes figuram denominados em euros, merecendo interesse nos seguintes terminos:

Euribor a um mês aumentado em 45 pontos básicos no caso de uma linha de empréstimo por importe de 555.463 milhares de euros ao 31 de dezembro de 2007. (479.760 milhares de euros ao 31 de dezembro de 2006).

Em todos os casos seu vencimento é indefinido, e exigíendose para seu cancelamento, em qualquer caso, um pré-aviso de dois anos e um mês.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita



O importe de 45.655 milhares de euros restante (26.000 milhares de euros em 2006) corresponde a garantias recebidas pela Sociedade de Caterpillar Internacional Finance, Plc., para cobrir o risco contraído com alguns de seus clientes. Estas garantias vencem juros médios Euribor a um mês com um aumento de 45 pontos básicos, estão sujeitas ao pagamento de uma comissão única de 100 pontos básicos sobre o montante da garantia no início das mesmas e têm um período de vigência indefinido.

O desdobramento do saldo de Outros passivos financeiros dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Obrigações a pagar	3 212	1 258
Credores comerciais (a)	2 309	1 199
Outras (b)	903	59
Fianças recebidas	38	38
Outros conceitos	9	-
	<u>3 259</u>	<u>1 296</u>

(a) Na epígrafe "Credores comerciais" encontra-se, fundamentalmente, a dívida pendente para com as empresas de seguros pelos seguros financiados pela Sociedade nas operações dos seus clientes, assim como a dívida pendente com os dealers pela compra de maquinaria.

(b) Na epígrafe "Outras" regista-se, fundamentalmente, a dívida pendente para com outras sociedades do Grupo (Nota 42).

27. Provisões

O desdobramento desta epígrafe dos balanços de situação ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Provisões para riscos e compromissos contingentes	80	26
Outras provisões	1 112	1 056
	<u>1 192</u>	<u>1 082</u>

A epígrafe "Outras provisões" inclui o importe dotado pela Sociedade para cobrir possíveis contingências derivadas das atas fiscais elevadas pelas autoridades tributários a seu Sucursal de Portugal, em exercícios anteriores assim como uma provisão correspondente ao montante pendente de devolução por parte das Finanças Públicas Portuguesas do reembolso do IVA do ano de 2005 (Nota 10 ñ). Durante o exercício de 2007, a dotação para tal provisão foi de 56 milhares de euros, tendo sido contabilizada na epígrafe "Dotações para provisões" da conta de custos e proveitos (Nota 40).



z margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita

Os movimentos experimentados nas Provisões se mostram a continuação:

	<u>Milhares de euros</u>
Saldo ao 1 de janeiro de 2006	581
Dotações a provisões	<u>501</u>
Saldo ao 31 de dezembro de 2006	1 082
Dotações a provisões	<u>110</u>
Saldo ao 31 de dezembro de 2007	<u>1 192</u>

28. Fundos próprios

O desdobramento e movimentos desta epígrafe é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>			
	<u>2006</u>	<u>Distribuição resultados</u>	<u>Resultados do exercício</u>	<u>2007</u>
Capital	72 487	-	-	72 487
Reserva	<u>5 261</u>	<u>3 416</u>	-	<u>8 677</u>
Reserva legal	1 030	342	-	1 372
Reservas voluntárias	5 399	3 074	-	8 476
Outras reservas	(1 168)	-	-	(1 168)
Resultado do exercício	<u>3 416</u>	<u>(3 416)</u>	<u>(378)</u>	<u>(376)</u>
	<u>81 164</u>	<u>-</u>	<u>(378)</u>	<u>80 786</u>

O capital social, ao 31 de dezembro de 2007 e 2006, está representado por 599.070 ações nominativas com um valor nominal de 121 euros cada uma delas, totalmente assinadas e desembolsadas pelo único acionista, Caterpillar Financial Services Corporation.

De acordo com o Texto Refundido da Lei de Sociedades Anônimas, as entidades que obtenham benefícios em um exercício econômico deverão dotar 10% do benefício do exercício à Reserva legal. Estas dotações deverão fazer-se até que a Reserva legal alcance pelo menos 20% do Capital social desembolsado. A Reserva legal poderá utilizar-se para aumentar o Capital social na parte de seu saldo que excede de 10% do Capital social já aumentado. Enquanto não supere 20% do Capital social, a Reserva legal só poderá destinarse à compensação de perdas e sempre que não existam outras reservas disponíveis suficientes para este fim.

Ao 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Sociedade cumpre com o coeficiente de recursos próprios de acordo com o estabelecido na Circular 5/93 do Banco da Espanha.

29. Situação fiscal

A Sociedade apresenta individualmente suas declarações do Imposto sobre Sociedades de acordo com a normativa fiscal aplicável.

Ao 31 de dezembro de 2007, a Sociedade tem pendentes de inspeção pelas Autoridades fiscais todos os principais impostos que lhe são de aplicação para os últimos quatro exercícios na Espanha, para os últimos cinco exercícios em Portugal e na Itália desde o exercício 2003 no caso do Imposto de Sociedades e desde os exercícios 2002, 2003, 2004 e 2005 no caso do IVA.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita

Tendo em consideração as provisões registradas pela Sociedade (descritas na Nota 27 com relação às atas elevadas pelas autoridades fiscais portuguesas descritas na Nota 10ª)), seus Administradores estimam que os passivos que, no seu caso, se possam derivar como resultado das atas incoadas não terão um efeito significactivo na contas anuais do exercício 2007.

Devido às diferentes interpretações que possam fazer-se das normas fiscais aplicáveis às operações realizadas pela Sociedade, poderiam existir, para os anos pendentes de inspeção, determinados passivos fiscais de carácter contingente que não são suscetíveis de quantificação objetiva. No entanto, na opinião dos Administradores da Sociedade, a possibilidade que em futuras inspeções se materializem ditos passivos contingentes é remota e, em qualquer caso, a dívida tributária que deles pudesse derivar-se não afetaria significativamente às presentes contas anuais.

A conciliação do resultado contábil dos exercícios 2007 e 2006 com a base tributável do Imposto sobre Sociedades é a seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultado contábil antes do imposto	851	5 905
Outros impostos dedutíveis	(300)	(245)
Diferenças entre as bases contábil e fiscal	<u>2 807</u>	<u>(27)</u>
Diferenças permanentes -- outros custos não dedutíveis	33	75
Diferenças temporárias positivas	2 802	232
Diferenças temporárias negativas	(28)	(334)
Base imponible fiscal	<u>3 358</u>	<u>5 633</u>
Quota íntegra (32,5% / 35%)	1 901	1 971
Deduções e bonificações	(4)	(4)
Retenções e pagamentos a conta	<u>(478)</u>	<u>(1 822)</u>
Quota a pagar	<u>609</u>	<u>145</u>

A composição da epígrafe da despesa pelo imposto sobre os lucros da conta de custos e proveitos dos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultado contabilístico antes do imposto	851	5 905
Outros impostos dedutíveis	(300)	(245)
Diferenças permanentes	<u>33</u>	<u>75</u>
Resultado contabilístico ajustado	584	5 735
Imposto bruto (32,5% - 35%)	190	2 007
Deduções	<u>(4)</u>	<u>(4)</u>
Despesa pelo Imposto sobre as Sociedades	186	2 003
Alteração da taxa impositiva	<u>22</u>	<u>378</u>
Despesa pelo Imposto sobre as Sociedades	<u>208</u>	<u>2 381</u>

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



Ao 31 de dezembro de 2007, a epígrafe de Impostos sobre benefícios da conta de custos e proveitos inclui um importe de 1.229 milhares de euros, do qual uma despesa de 186 milhares de euros correspondem à provisão ao Imposto de Sociedades do exercício 2007, 22 milhares de euros correspondem ao efeito da revisão do tipo impositivo e 1.021 milhares de euros correspondem às sucursais da Itália e Portugal.

Ao 31 de dezembro de 2006, a epígrafe de Impostos sobre benefícios da conta de custos e proveitos inclui um importe de 2.489 milhares de euros, do qual 154 milhares de euros correspondem à ajuste do Imposto de Sociedades do exercício 2005, 2.003 milhares de euros correspondem à provisão ao Imposto de Sociedades do exercício 2006, 378 milhares de euros correspondem ao efeito da revisão do tipo impositivo, 365 milhares de euros correspondem às sucursais da Itália e Portugal e um importe acreedor de 411 milhares de euros correspondem a ajustes efectuados aos saldos de impostos diferidos.

A lei 35/2006 de 28 de Novembro do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Físicas e a modificação parcial dos Impostos sobre as Sociedades, sobre o Rendimento dos Não Residentes e sobre o Património, reformou a taxa fiscal de ónus do Imposto sobre as sociedades de 35% para 32,5% em 2007 e para 30% a partir de 2008. Em resultado disso, os activos e passivos fiscais registados no balanço da situação em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foram ajustados a tais taxas num montante de 22 milhares de euros e 39 milhares de euros, respectivamente, com contrapartida na epígrafe Imposto sobre os Lucros da conta de resultados de tais exercícios.

30. Valor razoável dos activos e passivos del balanço de situação

Os activos e passivos financeiros da Sociedade aparecem valorados no balanço de situação seguindo as diretrizes da normativa do Banco da Espanha (valor razoável ou custo amortizado, basicamente)

Os principais activos e passivos não registados com valor razoável correspondem a investimentos de crédito e Passivos financeiros a custo amortizado, se bem que, embora tal como descrito na Nota 15, o risco da taxa de juro destes activos e passivos seja gerido de forma conjunta, o efeito de da sua valorização conjuntamente com um valor razoável não seria significativo nas contas anuais em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

No caso do resto dos activos e passivos financeiros pode estimar-se que seu valor contábil é similar ao valor razoável.

31. Compromissos contingentes

O desdobramento desta epígrafe 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2007	2006
Disponíveis por terceiros - por outros setores residentes		
Outros de disponibilidade imediata (a)	510	10
Condicionais (b)	<u>22 717</u>	<u>6 014</u>
	<u>22 227</u>	<u>6 024</u>



2 margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita

(a) Corresponde ao disponível pelo financiamento concedida por uma operação com as seguintes condições:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Limite concedido	1 503	1 503
Importe utilizado	(993)	(1 493)
Disponível	<u>510</u>	<u>10</u>

(b) Corresponde a pedidos de compra fixado definitivamente efetuados a provedores respeito a maquinaria adquirida para ser cedida em arrendamento financeiro cujos contratos já foram assinados pelo arrendatário.

32. Juros e rendimentos assimilados

O desdobramento desta epígrafe da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados no dia 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos em entidades de crédito	58	5
Crédito sobre clientes	37 720	32 169
Juros de mora	<u>365</u>	<u>297</u>
	<u>38 143</u>	<u>32 471</u>

33. Juros e cargas assimiladas

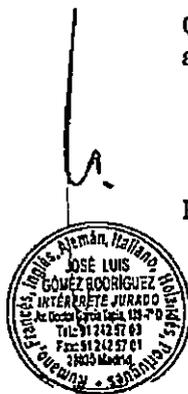
O desdobramento desta epígrafe da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados no dia 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos em entidades de crédito	131	86
Crédito sobre clientes	<u>24 292</u>	<u>17 235</u>
	<u>24 423</u>	<u>17 321</u>

34. Comissões percebidas e comissões pagadas

O desdobramento da epígrafe de comissões percebidas da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Por serviços de cobrança e pagamentos-letas	3	-
Outras comissões	762	628
Por cancelamento antecipado	162	277
Por gastos de recobrança	157	183
Por seguro	157	-
Outros	<u>286</u>	<u>168</u>
	<u>765</u>	<u>628</u>



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita

O desdobramento da epígrafe de comissões pagadas da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Outras comissões		
Por avais e garantias adicionais	29	47
Por giros e transferências	12	11
Por inscrição no Registro de bens imóveis	64	129
Por efeitos remetidos ao cliente	100	111
Outros	<u>42</u>	<u>58</u>
	<u>247</u>	<u>356</u>

35. Resultados de operações financeiras (líquidos) - Carteira de negociação

O desdobramento da epígrafe da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Carteira de negociação		
Benefícios	2 415	1 962
Perdas	<u>(1 155)</u>	<u>(616)</u>
	<u>1 260</u>	<u>1 346</u>

36. Despesas de pessoal

O desdobramento da epígrafe da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Salários e gratificações ao pessoal activo	3 129	2 915
Quotas da Segurança Social	718	678
Dotações a planos de contribuição definida (Nota 10 p)	165	151
Indenizações por despedidos	119	352
Despesas de formação	65	48
Outras despesas de pessoal	<u>373</u>	<u>392</u>
	<u>4 569</u>	<u>4 536</u>

O número médio de empregados da Sociedade nos exercícios 2007 e 2006 distribuído por categorias é o seguinte:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	<u>Homens</u>	<u>Mulheres</u>	<u>Homens</u>	<u>Mulheres</u>
Direção	3	1	4	1
Comandos técnicos e especializados	6	2	6	2
Técnicos e administrativos	<u>33</u>	<u>27</u>	<u>30</u>	<u>23</u>
	<u>42</u>	<u>30</u>	<u>40</u>	<u>26</u>

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



As remunerações consideradas retribuição em espécie concedidas aos empregados da Sociedade durante os exercícios 2007 e 2006 ascenderam a 70 milhares de euros e 65 milhares de euros, respectivamente.

37. Outras despesas gerais de administração

O desdobramento desta epígrafe da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
De imóveis, instalações e material	522	542
Informática	718	182
Comunicações	274	297
Publicidade e propaganda	151	157
Despesas judiciais e de letrados	397	369
Relatórios técnicos	69	60
Gratificações de seguro e autoseguro	46	46
Despesas de representação e deslocamento do pessoal	525	439
Quotas de associações	54	51
Imputação de despesas da Central a sucursais estrangeiras	1 736	926
Serviços de administração subcontratados	18	15
Contribuições e impostos	87	99
Outras despesas	<u>2 244</u>	<u>2 536</u>
	<u>6 841</u>	<u>5 719</u>

38. Amortização

O desdobramento da epígrafe da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Activo material	<u>850</u>	<u>403</u>
De uso próprio	138	123
Outros activos cedidos em arrendamento financeiro	712	280
Activo intangível	<u>16</u>	<u>8</u>
	<u>866</u>	<u>411</u>

39. Perdas por deterioração de activos (líquido)

O desdobramento da epígrafe da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Investimentos crediticias – Créditos	5 604	3 222
Activos não correntes a venda	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>5 606</u>	<u>3 223</u>

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



40. Dotações a provisões (líquido)

O desdobramento da epígrafe da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Provisões para riscos contingentes (Nota 27)	54	8
Outras provisões (Nota 27 e 10 ñ))	<u>56</u>	<u>493</u>
	<u>110</u>	<u>501</u>

41. Outros proveitos e custos

O desdobramento da epígrafe de Outros ganhos da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Proveitos por venda de activo material	1 165	2 050
Outros conceitos	<u>1 165</u>	<u>1 181</u>
Ingressos a cobrar por IVA (Nota 23)	55	82
Ingressos extraordinários do Grupo (Nota 42)	770	705
Comissões por seguros	300	229
Outras receitas	<u>40</u>	<u>165</u>
	<u>2 330</u>	<u>3 231</u>

O desdobramento da epígrafe de Outros perdas da conta de custos e proveitos dos exercícios anuais terminados ao 31 de dezembro de 2007 e 2006 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Perdas por venda de activo material	102	130
Outros conceitos	<u>38</u>	<u>105</u>
	<u>140</u>	<u>235</u>

42. Operações com empresas do grupo

O detalhe dos saldos significativos mantidos a 31 de dezembro de 2007 e 2006 pela Sociedade com as empresas do Grupo e o efeito das transações realizadas pela Sociedade com as mesmas durante os exercícios anuais terminados em ditas datas, é o seguinte:



2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Balço de situaço		
Activo		
Crédito sobre clientes		
Devedores à vista e vários (a)	457	656
Ajustes por valorizaço - Comissões (a)	(5 537)	(5 946)
Outros activos financeiros (b)	1 597	-
Outros activos	23	6
Regularizaço (c)	435	-
Passivo		
Depósito sobre clientes		
Depósito com pré-aviso (d)	601 118	505 760
Juros merecidos (d)	2 675	1 731
Outros passivos financeiros - obrigaço a pagar (e)	889	-
Conta de custos e proveitos		
Deve		
Juros e cargas assimiladas - Depósito sobre clientes (f)	24 292	17 235
Outras despesas gerais de administraço (g)	2 491	1 759
Haver		
Juros e rendimentos assimilados - Crédito sobre clientes (h)	5 509	2 821
Outras receitas diversos (i)	770	705

(a) Corresponde aos saldos de activo surgidos da operativa de subsídios concedidos por Caterpillar Overseas, S.A.R.L.

b) Corresponde aos saldos devedores pela facturaço a outra sociedade do Grupo derivados da imputaço de custos de apoio e administraço (secço (i) desta Nota) repercutidos pela Sociedade em tal empresa (Nota 18).

(c) Corresponde ao pagamento antecipado da comissão correspondente às garantias recebidas da Caterpillar International Finance, Plc (Nota 26).

(d) Corresponde aos financiamentos recebidos de Caterpillar Internacional Finance, Plc. (Nota 26).

(e) Corresponde aos saldos pendentes de pagamento pela facturaço de uma das sociedades do Grupo que presta serviços de consultoria e assessoria à Sociedade, assim como de outra sociedade do Grupo que dá apoio à Sociedade por custos gerais e de manutenço (secço (g) desta Nota). Adicionalmente, regista-se o montante pendente de pagamento pela comissão a pagar antecipadamente (secço c desta Nota) pelas garantias recebidas da Caterpillar International Finance, Plc. (secço (d) desta Nota).

(f) Corresponde aos juros merecidos pelo financiamento recebido de Caterpillar Internacional Finance, Plc (apartado (d) desta Nota).

(g) Corresponde aos custos gerais e de manutenço merecidos durante o exercicio em conceito de gestão e administraço repercutidos pela Casa Matriz e outras sociedades do Grupo Caterpillar que emprestam suporte à Sociedade. Estas despesas se imputaram de acordo com uma base económica, repercutiéndose proporcionalmente a todas as sociedades que integram o Grupo Caterpillar Financial na Espanha.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margen direita

A Sociedade recebe serviços técnicos, criativos, de marketing, financeiros e de gestão emprestados pela sua Casa Matriz, com base no contrato de serviços assinado entre ambas partes de data 31 de dezembro de 1993.

(h) Corresponde aos receitas por subsídios concedidos por Caterpillar Overseas, S.A.R.L.

(i) Corresponde, fundamentalmente, a custos de suporte e administração repercutidos pela Sociedade a outras sociedades do Grupo, assim como o reembolso dos salários pagados pela Sociedade pela conta de Marine Division.

Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita



CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C.

RELATÓRIO DE GESTÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Em conformidade com o disposto nos artigos 171 e 202 do Texto Reformado da Lei de Sociedades Anónimas (Real Decreto 1564/1989 de 22 de Dezembro em vigor, parcialmente modificado pela Lei 62/2003 de medidas fiscais, administrativas e de ordem social), procede-se à emissão do presente Relatório de Gestão desta Entidade referente aos preceptivos aspectos legais.

Evolução do negócio e situação da Entidade

Durante o exercício de 2007 o nosso negócio de leasing e de financiamento na Região Mediterrânea de Caterpillar Financial (Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Bulgária) continuou a sua evolução positiva.

No entanto, a subida do custo de financiamento provocou uma diminuição da margem de intermediação, ao que se somou um certo aumento da morosidade do valor dos activos duvidosos que provocaram um aumento da cobertura por insolvências e por isso, da despesa por deterioração de activos.

Nosso principal risco de feira livre vem determinado como consequência das possíveis variações do tipo de juro.

Dito risco de tipo de juros é administrado mediante a quantificação por intervalos de tempo das posições abertas de risco e sua cobertura externa mediante derivados financeiros que eliminem ditas posições abertas, tal e como se explica de forma mais extensa na memória.

Acontecimentos relevantes posteriores ao fecho do exercício

Posteriores ao fecho do exercício 2007 não existem acontecimentos relevantes.

Evolução previsível da Entidade

Espera-se que, no exercício de 2008, se reduza sensivelmente a linha de negócios tanto em leasing como em financiamento seguindo as previsões de todos os Organismos Públicos.

Actividades em matéria de investigação e desenvolvimento

Durante o exercício 2007 a empresa não desenvolveu actividades em matéria de investigação e desenvolvimento.

Aquisições de acções próprias

A empresa não adquiriu acções próprias durante o exercício de 2007.

Informação medio ambiental

A empresa cumpre com a legislação vigente em matéria meio ambiental. A empresa não desenvolve nenhuma atividade que pudesse ter impacto no meio ambiente, portanto não existe nenhuma política Corporativa neste sentido.



Na margem esquerda 2 rubricas ilegíveis e 1 rubrica ilegível na margem direita

O Conselho de Administração de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedade Unipessoal), formulou, para efeitos do determinado no artigo 171 do texto revisto da Lei de Sociedades Anónimas, as Contas Anuais e o Relatório de Gestão correspondentes ao exercício de 2007 da Sociedade.

Madrid, em 31 de Março de 2008

Assinatura ilegível

D. José Coronel de Palma y Martínez Agulló

Assinatura ilegível

D. Kent Adams

Assinatura ilegível

D. Joel Anquetil

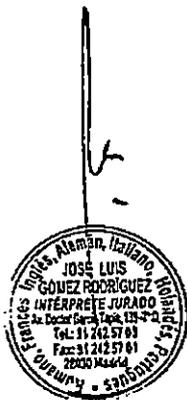
Carimbos presentes:

0,15 CARIMBO DE
e LEGITIMAÇÕES E
LEGALIZAÇÕES
Colégios Notariais
Nihil Prius Fide
Nº ilegível

FÉ PÚBLICA NOTARIAL
CONSELHO GERAL DO NOTARIADO ESPANHOL
NOTARIADO EUROPA
Nihil Prius Fide
0116076769
D. JOSE MANUEL GARCIA COLLANTES
Notário de Madrid

LEGITIMAÇÃO: Eu, JOSE MANUEL GARCIA COLLANTES, Notário de Madrid e do seu Ilustre Colégio, LEGÍTIMO a/s assinatura/s e rubrica/s antecedente/s de JOSÉ CORONEL DE PALMA Y MARTINEZ AGULLÓ E KENT ADAMS, pelo seu cotejo com outras indubitadas no meu protocolo, números 1247/2006 e 1364/2006, respectivamente; e SENHOR JOEL SIMON RAYMOND ANQUETIL, com passaporte de nacionalidade francesa número 99LC04276, por ser igual à que figura no seu documento de identidade apresentado DOU FE, em Madrid a 16 de Outubro de 2008 Anotado no livro indicador, com o nº 1.677

Assinatura ilegível



FÉ PÚBLICA NOTARIAL
CONSELHO GERAL DO NOTARIADO ESPANHOL
NOTARIADO EUROPA
Nihil Prius Fide
0042092176

Selo fiscal de
0,20€ VINTE CENTIMOS

Carimbo circular
ILUSTRE COLEGIO NOTARIAL DO TERRITÓRIO
NIHIL PRIUS FIDE
MADRID

Apostilha (ou legalização única)
(Convenção de La Haya de 5 de Outubro de 1961)
(Real Decreto 2433/1978 de 2 de Outubro)

1. País: Espanha
2. O presente documento público:
3. Foi assinado por **D. José Manuel Garcia Collantes**
4. Actuando na qualidade de NOTÁRIO
5. Encontra-se carimbado/timbrado com o correspondente ao do seu NOTÁRIO

CERTIFICADO

5. Em Madrid
6. Em 21 de Outubro de 2008
7. Pelo Decano do Colégio Notarial de Madrid
8. Com o número 75125
9. Carimbo/timbre:
10. Assinatura:

Assinatura ilegível

Dom Juan Enrique Prieto Orzanco
Membro da Junta Directiva em funções de Decano



**CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN
FINANCIERA, S.A., E.F.C.
(SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

Informe de auditoría, cuentas anuales e
Informe de gestión al 31 de diciembre de 2007

INFORME DE AUDITORÍA DE CUENTAS ANUALES INDIVIDUALES

Al Accionista Único de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedad Unipersonal)

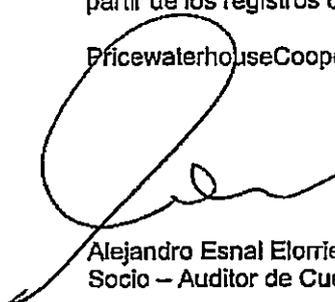
Hemos auditado las cuentas anuales de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedad Unipersonal) que comprenden el balance de situación al 31 de diciembre de 2007, la cuenta de pérdidas y ganancias, el estado de flujos de efectivo, el estado de cambios en el patrimonio neto y la memoria de las cuentas anuales correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha, cuya formulación es responsabilidad de los administradores de la Sociedad. Nuestra responsabilidad es expresar una opinión sobre las citadas cuentas anuales en su conjunto, basada en el trabajo realizado de acuerdo con normas de auditoría generalmente aceptadas en España, que requieren el examen, mediante la realización de pruebas selectivas, de la evidencia justificativa de las cuentas anuales y la evaluación de su presentación, de los principios contables aplicados y de las estimaciones realizadas.

De acuerdo con la legislación mercantil, los administradores presentan, a efectos comparativos, con cada una de las partidas del balance de situación, de la cuenta de pérdidas y ganancias, del estado de flujos de efectivo, del estado de cambios en el patrimonio neto y de la memoria de cuentas anuales, además de las cifras del ejercicio 2007, las correspondientes al ejercicio anterior. Nuestra opinión se refiere exclusivamente a las cuentas anuales del ejercicio 2007. Con fecha 15 de junio de 2007 emitimos nuestro informe de auditoría acerca de las cuentas anuales del ejercicio 2006 en el que expresamos una opinión con salvedades.

En nuestra opinión, las cuentas anuales del ejercicio 2007 adjuntas expresan, en todos los aspectos significativos, la imagen fiel del patrimonio y de la situación financiera de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedad Unipersonal) al 31 de diciembre de 2007 y de los resultados de sus operaciones, de los cambios en el patrimonio neto y de sus flujos de efectivo correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha y contienen la información necesaria y suficiente para su interpretación y comprensión adecuada, de conformidad con las normas contables contenidas en la Circular 4/2004 de Banco de España, que guardan uniformidad con las aplicadas en la preparación de las cuentas anuales correspondientes al ejercicio anterior.

El informe de gestión adjunto del ejercicio 2007 contiene las explicaciones que los administradores consideran oportunas sobre la situación de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedad Unipersonal), la evolución de sus negocios y sobre otros asuntos y no forma parte integrante de las cuentas anuales. Hemos verificado que la información contable que contiene el citado Informe de gestión concuerda con la de las cuentas anuales del ejercicio 2007. Nuestro trabajo como auditores se limita a la verificación del informe de gestión con el alcance mencionado en este mismo párrafo y no incluye la revisión de información distinta de la obtenida a partir de los registros contables de la Sociedad.

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L.



Alejandro Esnal Elorrieta
Socio – Auditor de Cuentas

23 de junio de 2008

**CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN
FINANCIERA, S.A., E.F.C.
(SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

Informe de auditoría, cuentas anuales e
Informe de gestión al 31 de diciembre de 2007

INFORME DE AUDITORÍA DE CUENTAS ANUALES INDIVIDUALES

Al Accionista Único de Caterpillar Financiar Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedad Unipersonal)

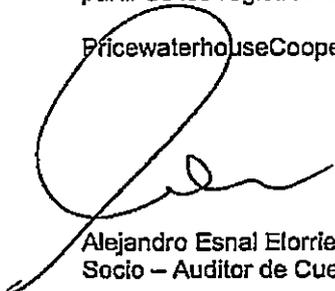
Hemos auditado las cuentas anuales de Caterpillar Financiar Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedad Unipersonal) que comprenden el balance de situación al 31 de diciembre de 2007, la cuenta de pérdidas y ganancias, el estado de flujos de efectivo, el estado de cambios en el patrimonio neto y la memoria de las cuentas anuales correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha, cuya formulación es responsabilidad de los administradores de la Sociedad. Nuestra responsabilidad es expresar una opinión sobre las citadas cuentas anuales en su conjunto, basada en el trabajo realizado de acuerdo con normas de auditoría generalmente aceptadas en España, que requieren el examen, mediante la realización de pruebas selectivas, de la evidencia justificativa de las cuentas anuales y la evaluación de su presentación, de los principios contables aplicados y de las estimaciones realizadas.

De acuerdo con la legislación mercantil, los administradores presentan, a efectos comparativos, con cada una de las partidas del balance de situación, de la cuenta de pérdidas y ganancias, del estado de flujos de efectivo, del estado de cambios en el patrimonio neto y de la memoria de cuentas anuales, además de las cifras del ejercicio 2007, las correspondientes al ejercicio anterior. Nuestra opinión se refiere exclusivamente a las cuentas anuales del ejercicio 2007. Con fecha 15 de junio de 2007 emitimos nuestro informe de auditoría acerca de las cuentas anuales del ejercicio 2006 en el que expresamos una opinión con salvedades.

En nuestra opinión, las cuentas anuales del ejercicio 2007 adjuntas expresan, en todos los aspectos significativos, la imagen fiel del patrimonio y de la situación financiera de Caterpillar Financiar Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedad Unipersonal) al 31 de diciembre de 2007 y de los resultados de sus operaciones, de los cambios en el patrimonio neto y de sus flujos de efectivo correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha y contienen la información necesaria y suficiente para su interpretación y comprensión adecuada, de conformidad con las normas contables contenidas en la Circular 4/2004 de Banco de España, que guardan uniformidad con las aplicadas en la preparación de las cuentas anuales correspondientes al ejercicio anterior.

El informe de gestión adjunto del ejercicio 2007 contiene las explicaciones que los administradores consideran oportunas sobre la situación de Caterpillar Financiar Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedad Unipersonal), la evolución de sus negocios y sobre otros asuntos y no forma parte integrante de las cuentas anuales. Hemos verificado que la información contable que contiene el citado informe de gestión concuerda con la de las cuentas anuales del ejercicio 2007. Nuestro trabajo como auditores se limita a la verificación del informe de gestión con el alcance mencionado en este mismo párrafo y no incluye la revisión de información distinta de la obtenida a partir de los registros contables de la Sociedad.

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L.



Alejandro Esnal Elorrieta
Socio – Auditor de Cuentas

23 de junio de 2008

**CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN
FINANCIERA, S.A., E.F.C
(SOCIEDAD UNIPERSONAL)**

Informe de auditoría,
Cuentas anuales al 31 de diciembre de 2007
e Informe de gestión del ejercicio 2007

CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

**BALANCES DE SITUACIÓN AL 31 DE DICIEMBRE DE 2007 Y 2006
(Expresados en miles de euros)**

ACTIVO	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caja y depósitos en bancos centrales (Nota 17)	4	6
Cartera de negociación – Derivados de negociación (Nota 20)	1 412	1 948
Inversiones crediticias (Nota 18)	<u>671 805</u>	<u>576 786</u>
Depósitos en entidades de crédito	4 069	4 756
Crédito a la clientela	665 825	571 839
Otros activos financieros	1 911	171
Activos no corrientes en venta – Activo material (Nota 19)	1 003	1 038
Activo material (Nota 21)	<u>4 009</u>	<u>2 824</u>
De uso propio	452	463
Otros activos cedidos en arrendamiento operativo	3 557	2 361
Activo intangible – Otro activo intangible (Nota 22)	129	3
Activos fiscales (Nota 23)	<u>43 030</u>	<u>38 709</u>
Corrientes	39 881	36 439
Diferidos	3 149	2 270
Periodificaciones (Nota 24)	785	609
Otros activos (Nota 25)	<u>5 176</u>	<u>7 001</u>
Total activo	<u>727 353</u>	<u>628 902</u>
PASIVO		
Cartera de negociación – Derivados de negociación (Nota 20)	-	5
Pasivos financieros a coste amortizado (Nota 26)	<u>608 096</u>	<u>511 482</u>
Depósitos de entidades de crédito	1 044	2 695
Depósitos de la clientela	603 793	507 491
Otros pasivos financieros	3 259	1 296
Provisiones (Nota 27)	<u>1 192</u>	<u>1 082</u>
Provisiones para riesgos y compromisos contingentes	80	26
Otras provisiones	1 112	1 056
Pasivos fiscales – Corrientes (Nota 23)	31 811	31 619
Periodificaciones (Nota 24)	2 030	1 629
Otros pasivos – Resto (Nota 25)	<u>3 438</u>	<u>1 921</u>
Total pasivo	<u>646 557</u>	<u>547 738</u>
PATRIMONIO NETO		
Fondos propios (Nota 28)	<u>80 786</u>	<u>81 164</u>
Capital emitido	72 487	72 487
Reservas acumuladas	8 677	5 261
Resultado del ejercicio	(378)	3 416
Total patrimonio neto y pasivo	<u>727 353</u>	<u>628 902</u>
PRO MEMORIA		
Riesgos contingentes – Garantías financieras	3 673	1 333
Compromisos contingentes – Disponibles por terceros (Nota 31)	23 227	6 024

JK

X

CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

CUENTAS DE PÉRDIDAS Y GANANCIAS CORRESPONDIENTES A LOS EJERCICIOS ANUALES TERMINADOS EL 31 DE DICIEMBRE DE 2007 Y 2006
(Expresadas en miles de euros)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Intereses y rendimientos asimilados (Nota 32)	38 143	32 471
Intereses y cargas asimiladas – Otros (Nota 33)	<u>(24 423)</u>	<u>(17 321)</u>
Margen de intermediación	13 720	15 150
Comisiones percibidas (Nota 34)	765	628
Comisiones pagadas (Nota 34)	(247)	(356)
Resultados por operaciones financieras (neto) – Cartera de negociación (Nota 35)	1 260	1 346
Diferencias de cambio (neto)	<u>1</u>	<u>6</u>
Margen ordinario	15 499	16 774
Otros productos de explotación	1 154	525
Gastos de personal (Nota 36)	(4 569)	(4 536)
Otros gastos generales de administración (Nota 37)	(6 841)	(5 719)
Amortización (Nota 38)	<u>(866)</u>	<u>(411)</u>
Activo material	(850)	(403)
Activo intangible	(16)	(8)
Margen de explotación	4 377	6 633
Pérdidas por deterioro de activos (neto) (Nota 39)	<u>(5 606)</u>	<u>(3 223)</u>
Inversiones crediticias	(5 604)	(3 222)
Activos no corrientes en venta	(2)	(1)
Dotaciones a provisiones (neto) (Nota 40)	(110)	(501)
Otras ganancias (Nota 41)	<u>2 330</u>	<u>3 231</u>
Ganancias por venta de activo material	1 165	2 050
Otros conceptos	1 165	1 181
Otras pérdidas (Nota 41)	<u>(140)</u>	<u>(235)</u>
Pérdidas por venta de activo material	(102)	(130)
Otros conceptos	(38)	(105)
Resultado antes de impuestos	<u>851</u>	<u>5 905</u>
Impuesto sobre beneficios (Nota 29)	<u>(1 229)</u>	<u>(2 489)</u>
Resultado del ejercicio	<u>(378)</u>	<u>3 416</u>

CATERPILLAR FINANCIAR CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

ESTADOS DE CAMBIOS EN EL PATRIMONIO NETO CORRESPONDIENTES A LOS EJERCICIOS ANUALES TERMINADOS EL 31 DE DICIEMBRE DE 2007 Y 2006
(Expresados en miles de euros)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ingresos netos reconocidos directamente en el patrimonio neto	-	-
Resultado del ejercicio	<u>(378)</u>	<u>3 416</u>
Resultado publicado	(378)	3 416
Ingresos y gastos totales del ejercicio	(378)	3 416
Pro memoria: ajustes en el patrimonio neto imputables a períodos anteriores	-	-

j
k

8

CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

ESTADOS DE FLUJOS DE EFECTIVO CORRESPONDIENTES A LOS EJERCICIOS ANUALES TERMINADOS EL 31 DE DICIEMBRE DE 2007 Y 2006
(Expresados en miles de euros)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Flujos de efectivo de las actividades de explotación		
Resultado del ejercicio	(378)	3 416
Ajustes al resultado:	<u>6 748</u>	<u>4 704</u>
Amortización de activos materiales (+)	850	403
Amortización de activos intangibles (+)	15	8
Pérdidas por deterioro de activos (neto) (+/-)	5 606	3 223
Dotaciones a provisiones (neto) (+/-)	110	501
Ganancias/Pérdidas por venta de activo material (+/-)	(1 063)	(1 920)
Impuestos (+/-)	<u>1 229</u>	<u>2 489</u>
Resultado ajustado - Subtotal	<u>6 370</u>	<u>8 120</u>
Aumento/Disminución neta en los activos de explotación		
Cartera de negociación - Derivados de negociación	534	(1 079)
Inversiones crediticias	<u>(101 330)</u>	<u>29 843</u>
Depósitos en entidades de crédito	-	-
Crédito a la clientela	(99 590)	29 866
Otros activos financieros	(1 740)	(123)
Otros activos de explotación	<u>(1 576)</u>	<u>2 785</u>
Subtotal	<u>(102 372)</u>	<u>31 549</u>
Aumento/Disminución neta en los pasivos de explotación		
Cartera de negociación - Derivados de negociación	(5)	(32)
Pasivos financieros a coste amortizado	<u>96 614</u>	<u>(31 829)</u>
Depósitos de entidades de crédito	(1 651)	(1 185)
Depósitos de la clientela	96 302	(28 524)
Otros pasivos financieros	1 963	(2 120)
Otros pasivos de explotación	<u>881</u>	<u>(1 035)</u>
Subtotal	<u>97 490</u>	<u>(32 896)</u>
Total flujos de efectivo netos de las actividades de explotación (1)	<u>1 488</u>	<u>6 773</u>
Flujos de efectivo de las actividades de inversión		
Inversiones (-)		
Activos materiales	(2 035)	(2 098)
Activos intangibles	(142)	(2)
Subtotal	<u>(2 177)</u>	<u>(2 100)</u>
Desinversiones (+)		
Activos materiales	-	-
Activos intangibles	-	-
Subtotal	<u>-</u>	<u>-</u>
Total flujos de efectivo netos de las actividades de inversión (2)	<u>(2 177)</u>	<u>(2 100)</u>
Flujos de efectivo de las actividades de financiación	-	-
Total flujos de efectivo netos de las actividades de financiación (3)	<u>-</u>	<u>-</u>
Efecto de la variación de los tipos de cambio en el efectivo o equivalentes (4)	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento/disminución neta del efectivo o equivalentes (1+2+3+4)	<u>(689)</u>	<u>(4 673)</u>
Efectivo o equivalentes al comienzo del ejercicio	4 762	89
Efectivo o equivalentes al final del ejercicio	4 073	4 762

K J

X

CATERPILLAR FINANCIAR CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C. (SOCIEDAD UNIPERSONAL)

MEMORIA DE LAS CUENTAS ANUALES CORRESPONDIENTES AL EJERCICIO ANUAL TERMINADO EL 31 DE DICIEMBRE DE 2007
(Expresada en miles de euros)

1. Naturaleza de la Sociedad

La Sociedad se constituyó en España por tiempo indefinido el 6 de diciembre de 1963 con la denominación de Alquiler de Equipos Industriales, S.A., modificando dicha denominación por Caterpillar Financial Leasing, S.A., S.A.F. el 29 de marzo de 1994, como consecuencia de su adquisición el 31 de diciembre de 1993 por parte de Caterpillar Financial Services Corporation.

Con fecha 28 de junio de 1996, la Junta General de Accionistas acordó la fusión por absorción de Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., Entidad de Financiación, sociedad participada al 100%, y la simultánea transformación en Establecimiento Financiero de Crédito de acuerdo con lo dispuesto en el Real Decreto 692/1996, de 26 de abril, modificando su denominación social a Caterpillar Financial Corporación Financiera, S.A., Establecimiento Financiero de Crédito (E.F.C.). Los acuerdos de fusión fueron elevados a escritura pública con fecha 6 de noviembre de 1996.

Su objeto social lo constituyen las actividades principales de los Establecimientos Financieros de Crédito: préstamo y crédito, tanto al consumo como hipotecario y la financiación de transacciones comerciales, las de factoring y sus complementarios, las de arrendamiento financiero, con inclusión de sus actividades complementarias, la emisión y gestión de tarjetas de crédito y la concesión y presentación de avales y garantías.

La Sociedad tiene su domicilio en Pozuelo de Alarcón (Madrid), Vía de las Dos Castillas, 33, planta 4ª, Edificio Atica 6 y desarrolla su actividad a través de su oficina en España y sus sucursales en Italia y Portugal.

Caterpillar Financial Services Corporation (Nashville, Tennessee - U.S.A.) filial de Caterpillar Inc. (Peoria, Illinois - U.S.A.) posee el 100% de las acciones de la Sociedad por lo que, de acuerdo con lo dispuesto en el artículo 311 de la Ley de Sociedades Anónimas, ésta tiene el carácter de Sociedad Anónima Unipersonal, habiéndose registrado dicha situación en el Registro Mercantil con fecha 12 de marzo de 1996.

2. Bases de presentación de las cuentas anuales

Las cuentas anuales adjuntas se han preparado a partir de los registros de contabilidad de la Sociedad y de conformidad con lo establecido por la Circular 4/2004, de 22 de diciembre, de Banco de España, de forma que muestren la imagen fiel del patrimonio y de la situación financiera de la Sociedad al 31 de diciembre de 2007 y de los resultados de sus operaciones, de los cambios en el patrimonio neto y de los flujos de efectivo correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha. No existe ningún principio y norma contable ni criterio de valoración obligatorio que, siendo significativo su efecto, se haya dejado de aplicar en su preparación, incluyéndose en la Nota 10 un resumen de los principios y normas contables y de los criterios de valoración más significativos aplicados en las presentes cuentas anuales. La información contenida en las presentes cuentas anuales es responsabilidad de los Administradores de la Sociedad.

La información contable formulada en relación con el ejercicio 2007 se presenta en todos los casos, a efectos comparativos, haciendo referencia a las cifras correspondientes al ejercicio 2006.

Las cuentas anuales del ejercicio 2007 han sido formuladas por los Administradores de la Sociedad en la reunión del Consejo de Administración de fecha 31 de marzo de 2008, estando pendientes de aprobación por la Junta General de Accionistas de la misma, la cual se espera que las apruebe sin cambios significativos.

Las presentes cuentas anuales, salvo mención en contrario, se presentan en miles de euros.

3. Estimaciones contables

La información incluida en las presentes cuentas anuales es responsabilidad de los Administradores de la Sociedad. En las presentes cuentas anuales se han utilizado, en su caso, estimaciones para la valoración de determinados activos, pasivos, ingresos, gastos y compromisos que han sido realizadas por la Alta Dirección de la Sociedad y ratificadas por sus Administradores. Dichas estimaciones corresponden a:

- Las pérdidas por deterioro de determinados activos (Nota 18)
- La vida útil aplicada a los elementos del Activo material y del Activo intangible (Notas 10 m) y n))
- El coste y la evolución esperada de las provisiones y pasivos contingentes (Nota 27)
- El valor razonable de determinados activos financieros no cotizados (Nota 20)

Dado que estas estimaciones se han realizado de acuerdo con la mejor información disponible al 31 de diciembre de 2007 sobre las partidas afectadas, es posible que acontecimientos que puedan tener lugar en el futuro obliguen a modificarlas en cualquier sentido en los próximos ejercicios. Dicha modificación se realizaría, en su caso, de forma prospectiva, reconociendo los efectos del cambio de estimación en la correspondiente cuenta de pérdidas y ganancias.

4. Distribución del resultado del ejercicio

La propuesta de distribución del resultado del ejercicio 2007 que el Consejo de Administración de la Sociedad someterá a la aprobación de su Junta General, así como la ya aprobada para el ejercicio 2006, es la siguiente:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Distribución:		
Reserva legal	-	342
Reserva voluntarias	-	3 074
Resultados negativos de ejercicios anteriores	<u>(378)</u>	<u>-</u>
Resultado del ejercicio	<u>(378)</u>	<u>3 416</u>

5. Recursos propios mínimos

El cumplimiento de recursos propios mínimos en las Entidades de Crédito en España, tanto a nivel individual como de grupo consolidado, viene establecido por la Ley 13/1992, de 1 de junio, que se desarrolla por el Real Decreto 1343/1992, de 6 de noviembre, y la Orden de 10 de diciembre de 1992, así como por la Circular 5/1993, de 26 de marzo, de Banco de España y sus sucesivas modificaciones. Las Circulares 3/2005, de 30 de junio y 2/2006, de 30 de junio de Banco de España han modificado la mencionada Circular 5/1993, de 26 de marzo, entrando en vigor para las declaraciones de recursos propios mínimos realizadas a partir del primer semestre de 2005 y primer semestre de 2006, respectivamente.

Al 31 de diciembre de 2007 y 2006, los recursos propios computables de la Sociedad, exceden de los requerimientos mínimos exigidos por la citada normativa.

Asimismo, la Circular 5/1993 establece que los Activos materiales netos y el conjunto de los riesgos de los grupos consolidables de entidades de crédito con una misma persona o grupo económico, no podrán exceder de determinados porcentajes de los recursos propios, estableciéndose también límites a las posiciones en divisas. Al 31 de diciembre de 2007 y 2006, la Sociedad cumple con los mencionados límites.

Asimismo la Sociedad no excede en ningún caso los límites a los grandes riesgos o al inmovilizado.

6. Retribuciones de los Administradores y de la Alta Dirección de la Entidad

a) Retribuciones y otros compromisos con los Administradores

Los miembros del Consejo de Administración no percibieron durante los ejercicios 2007 y 2006 remuneración alguna en función de su cargo como Administradores.

Las retribuciones salariales percibidas en los ejercicios 2007 y 2006 por los Consejeros de la Sociedad con responsabilidades ejecutivas se detallan en el apartado b), siguiente.

No existen anticipos ni créditos concedidos a miembros del Consejo de Administración, así como otros compromisos por pensiones, seguros, créditos, avales u otros conceptos durante los ejercicios 2007 y 2006, en función de su cargo como Administradores.

b) Retribuciones con la Alta Dirección

Las retribuciones percibidas por la Alta Dirección de la Sociedad durante los ejercicios 2007 y 2006 son las siguientes:

Número de Cargos: 1

Identificación de cargos: Director General.

Retribuciones durante 2007: 298 miles de euros.

Retribuciones durante 2006: 296 miles de euros.

Al 31 de diciembre de 2007 no existen préstamos de la Sociedad con los componentes de la Alta Dirección ascendiendo el importe por estos conceptos al 31 de diciembre de 2006 a 3 miles de euros, habiendo sido formalizados a un tipo de interés por debajo de las condiciones de mercado.

El gasto en la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2007 y 2006 en concepto de los seguros en los que los componentes de la Alta Dirección de la Sociedad son beneficiarios o tomadores asciende a 60 miles de euros y 58 miles de euros, respectivamente.

c) **Compromisos con partes vinculadas**

No existen anticipos ni créditos concedidos a partes vinculadas, así como otros compromisos por pensiones, seguros, créditos, avales u otros conceptos durante los ejercicios 2007 y 2006.

7. Impacto medioambiental

Las operaciones globales de la Sociedad se rigen por Leyes relativas a la protección del medioambiente (Leyes medioambientales). La Sociedad considera que cumple sustancialmente tales Leyes y que mantiene procedimientos diseñados para garantizar y fomentar su cumplimiento. La Sociedad considera que ha adoptado las medidas oportunas en relación con la protección y mejora del medioambiente y la minimización, en su caso, del impacto medioambiental, cumpliendo la normativa vigente al respecto.

Durante los ejercicios 2007 y 2006, la Sociedad no ha realizado inversiones significativas de carácter medioambiental ni ha considerado necesario registrar ninguna provisión para riesgos y cargas de carácter medioambiental, ni considera que existan contingencias significativas relacionadas con la protección y mejora del medioambiente.

8. Honorarios de auditoría

El importe de los honorarios pagados a PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. por los servicios de auditoría de las cuentas anuales del ejercicio 2007 de la Sociedad y por otros servicios vinculados ha ascendido a un importe de 87 miles de euros (128 miles de euros en el ejercicio 2006). Adicionalmente, el importe de los honorarios facturados por otros servicios prestados por dicha firma en los ejercicios 2007 y 2006 ha ascendido a un importe de 5 miles de euros en ambos ejercicios. Asimismo, los honorarios pagados a otras compañías bajo el nombre de PricewaterhouseCoopers por otros servicios de auditoría de las Sucursales de Italia y Portugal han ascendido durante el ejercicio 2007 a 57 miles de euros (56 miles de euros en el ejercicio 2006).

9. Acontecimientos posteriores

Con fecha 1 de enero de 2008 se produjo la incorporación a la Sociedad de la totalidad de los empleados de una de las compañías del Grupo, habiéndose producido una incorporación parcial previa en octubre de 2007.

Con fecha 18 de febrero de 2008 el Consejo de Administración de la Sociedad acuerda unánimemente aprobar la cesión en el mes de marzo de 2008 a la sociedad del grupo Caterpillar International Finance Luxemburgo, S.à r.l (sociedad domiciliada en Luxemburgo) por parte de Caterpillar International Finance, Plc. (sociedad del grupo domiciliada en Dublín) (Nota 26) de los contratos de todas las financiaciones, subrogándose la filial luxemburguesa en la posición de la actual entidad crediticia, la filial irlandesa Caterpillar International Finance, Plc.

Excepto por los acontecimientos comentados en los párrafos anteriores, en el período comprendido entre el 31 de diciembre de 2007 y la fecha de formulación de las presentes cuentas anuales no se ha producido ningún acontecimiento que afecte significativamente a la Sociedad.

10. Principios y normas contables y criterios de valoración aplicados

Los principios y normas contables y criterios de valoración más significativos aplicados para la elaboración de las presentes cuentas anuales, se describen a continuación:

a) Principio de empresa en funcionamiento

En la elaboración de las cuentas anuales se ha considerado que la gestión de la Sociedad continuará en el futuro previsible. Por tanto, la aplicación de las normas contables no está encaminada a determinar el valor del patrimonio neto a efectos de su transmisión global o parcial ni el importe resultante en caso de su liquidación.

b) Principio del devengo

Las presentes cuentas anuales, salvo, en su caso, en lo relacionado con los Estados de flujos de efectivo, se han elaborado en función de la corriente real de bienes y servicios, con independencia de la fecha de su pago o de su cobro.

c) Otros principios generales

Las cuentas anuales se han elaborado de acuerdo con el enfoque de coste histórico, aunque modificado por la revalorización, en su caso, de activos y pasivos financieros (incluidos derivados) a valor razonable.

La preparación de las cuentas anuales exige el uso de ciertas estimaciones contables. Asimismo, exige a la Dirección que ejerza su juicio en el proceso de aplicar las políticas contables de la Sociedad. Dichas estimaciones pueden afectar al importe de los activos y pasivos y al desglose de los activos y pasivos contingentes a la fecha de las cuentas anuales y el importe de los ingresos y gastos durante el período de las cuentas anuales. Aunque las estimaciones están basadas en el mejor conocimiento de la Dirección de las circunstancias actuales y previsibles, los resultados finales podrían diferir de estas estimaciones.

d) Derivados financieros

Los derivados financieros son instrumentos que además de proporcionar una pérdida o una ganancia, pueden permitir, bajo determinadas condiciones, compensar la totalidad o parte de los riesgos de crédito y/ o de mercado asociados a saldos y transacciones, utilizando como elementos subyacentes tipos de interés, determinados índices, los precios de algunos valores, los tipos de cambio cruzado de distintas monedas u otras referencias similares. La Sociedad utiliza derivados financieros negociados bilateralmente con la contraparte fuera de mercados organizados (OTC).

Los derivados financieros son utilizados para la gestión de los riesgos de las posiciones propias de la Sociedad (derivados de cobertura) o para beneficiarse de los cambios en los precios de los mismos. Los derivados financieros que no pueden ser considerados de cobertura se consideran como derivados de negociación. Las condiciones para que un derivado financiero pueda ser considerado como de cobertura son las siguientes:

- i) El derivado financiero debe cubrir el riesgo de variaciones en el valor de los activos y pasivos debidas a oscilaciones del tipo de interés y/o del tipo de cambio (cobertura de valores razonables), el riesgo de alteraciones en los flujos de efectivo estimados con origen en activos y pasivos financieros, compromisos y transacciones previstas altamente probables (cobertura de flujos de efectivo) o el riesgo de la inversión neta en un negocio en el extranjero (cobertura de inversiones netas en negocios en el extranjero).
- ii) El derivado financiero debe eliminar eficazmente algún riesgo inherente al elemento o posición cubierto durante todo el plazo previsto de cobertura. Por tanto, debe tener eficacia retrospectiva, eficacia en el momento de contratación de la cobertura en condiciones normales, y eficacia prospectiva, evidencia suficiente de que la eficacia de la cobertura se mantendrá durante toda la vida del elemento o posición cubierto.
- iii) Se debe documentar adecuadamente que la contratación del derivado financiero tuvo lugar específicamente para servir de cobertura de determinados saldos o transacciones y la forma en que se pensaba conseguir y medir esa cobertura eficaz, siempre que esta forma sea coherente con la gestión de los riesgos propios que lleva a cabo la Sociedad.

Las coberturas se pueden aplicar a elementos o saldos individuales o a carteras de activos y pasivos financieros. En este último caso, el conjunto de los activos o pasivos financieros a cubrir debe compartir el mismo tipo de riesgo, entendiéndose que se cumple cuando la sensibilidad al cambio de tipo de interés de los elementos individuales cubiertos es similar.

Al 31 de diciembre de 2007 y 2006 todos los derivados financieros de la Sociedad han sido considerados derivados de negociación.

~~X~~

e) Activos financieros

Los activos financieros se clasifican en el balance de situación de acuerdo con los siguientes criterios:

- i) Caja y depósitos en bancos centrales que corresponden a los saldos en efectivo y a los saldos mantenidos en Banco de España y en otros bancos centrales.
- ii) Cartera de negociación que incluye instrumentos derivados no designados como instrumentos de cobertura contable.
- iii) Inversiones crediticias que incluye los activos financieros que, no negociándose en un mercado activo ni siendo obligatorio valorarlos por su valor razonable, sus flujos de efectivo son de importe determinado o determinable y en los que se recuperará todo el desembolso realizado por la Sociedad, excluidas las razones imputables a la solvencia del deudor. Recoge la inversión procedente de su principal actividad, operaciones de factoring, financiación de las ventas a plazos y arrendamiento financiero (leasing) de los productos del Grupo Caterpillar, principalmente.

Los activos financieros se registran inicialmente, en general, por su coste de adquisición. Su valoración posterior en cada cierre contable se realiza de acuerdo con los siguientes criterios:

- i) Los activos financieros se valoran a su valor razonable excepto las inversiones crediticias.
- ii) Se entiende por valor razonable de un activo financiero en una fecha dada el importe por el que podría ser entregado entre partes interesadas debidamente informadas, en una transacción realizada en condiciones de independencia mutua. La mejor evidencia del valor razonable es el precio de cotización en un mercado activo que corresponde a un mercado organizado, transparente y profundo.

Cuando no existe precio de mercado para un determinado activo financiero, se recurre para estimar su valor razonable al establecido en transacciones recientes de instrumentos análogos y, en su defecto, a modelos de valoración suficientemente contrastados. Asimismo, se tienen en cuenta las peculiaridades específicas del activo a valorar y, muy especialmente, los distintos tipos de riesgos que el activo financiero lleva asociados. No obstante, las propias limitaciones de los modelos de valoración desarrollados y las posibles inexactitudes en las asunciones exigidas por estos modelos pueden dar lugar a que el valor razonable así estimado de un activo financiero no coincida exactamente con el precio al que el mismo podría ser comprado o vendido en la fecha de su valoración.

- iii) El valor razonable de los derivados financieros OTC es la suma de los flujos de caja futuros con origen en el instrumento, descontados a la fecha de valoración, utilizándose métodos reconocidos por los mercados financieros.

iv) Las inversiones crediticias se valoran a su coste amortizado, utilizándose en su determinación el método del tipo de interés efectivo. Por coste amortizado se entiende el coste de adquisición de un activo financiero corregido por los reembolsos de principal y la parte imputada en la cuenta de pérdidas y ganancias, mediante la utilización del método del tipo de interés efectivo, de la diferencia entre el coste inicial y el correspondiente valor de reembolso al vencimiento y menos cualquier reducción de valor por deterioro reconocida directamente como una disminución del importe del activo o mediante una cuenta correctora de su valor. En el caso de que se encuentren cubiertas en operaciones de cobertura de valor razonable, se registran aquellas variaciones que se produzcan en su valor razonable relacionadas con el riesgo o con los riesgos cubiertos en dichas operaciones de cobertura.

El tipo de interés efectivo es el tipo de actualización que iguala exactamente el valor de un instrumento financiero con los flujos de efectivo estimados a lo largo de la vida esperada del instrumento, a partir de sus condiciones contractuales, tal como opciones de amortización anticipada, pero sin considerar pérdidas por riesgo de crédito futuras. Para los instrumentos financieros a tipo de interés fijo, el tipo de interés efectivo coincide con el tipo de interés contractual establecido en el momento de su adquisición más, en su caso, las comisiones que, por su naturaleza, sean asimilables a un tipo de interés. En los instrumentos financieros a tipos de interés variable, el tipo de interés efectivo coincide con la tasa de rendimiento vigente por todos los conceptos hasta la primera revisión del tipo de interés de referencia que vaya a tener lugar.

Las variaciones en el valor en libros de los activos financieros se registran, en general, con contrapartida en la cuenta de pérdidas y ganancias, diferenciándose entre las que tienen su origen en el devengo de intereses y conceptos asimilados, que se registran en el epígrafe de Intereses y rendimientos asimilados, y las que corresponden a otras causas, que se registran, por su importe neto, en el epígrafe de Resultados de operaciones financieras de la cuenta de pérdidas y ganancias.

f) Pasivos financieros

Los pasivos financieros se clasifican en el balance de situación de acuerdo con los siguientes criterios:

- i) Cartera de negociación que incluye instrumentos derivados no designados como instrumentos de cobertura contable.
- ii) Pasivos financieros a coste amortizado que corresponde a los pasivos financieros que no tienen cabida en los restantes capítulos del balance de situación y que responden a las actividades típicas de captación de fondos de las entidades financieras, cualquiera que sea su forma de instrumentalización y su plazo de vencimiento.

Los pasivos financieros se registran a su coste amortizado, tal y como se define para los activos financieros en la Nota 10 e), excepto en el caso de los pasivos financieros incluidos en los epígrafes de Cartera de negociación que se valoran a valor razonable, tal y como se define para los activos financieros en la Nota 10 e).

Las variaciones en el valor en libros de los pasivos financieros se registran, en general, con contrapartida en la cuenta de pérdidas y ganancias, diferenciándose entre las que tienen su origen en el devengo de intereses y conceptos asimilados, que se registran en el epígrafe de Intereses y cargas asimiladas, y las que corresponden a otras causas, que se registran, por su importe neto, en el epígrafe de Resultados de operaciones financieras de la cuenta de pérdidas y ganancias.

g) Deterioro del valor de los activos financieros

El valor en libros de los activos financieros se corrige, en general, con cargo a la cuenta de pérdidas y ganancias cuando existe una evidencia objetiva de que se ha producido una pérdida por deterioro, lo que se produce, en el caso de instrumentos de deuda, entendidos como los créditos concedidos, cuando después de su reconocimiento inicial ocurra un evento o se produzca el efecto combinado de varios eventos que suponga un impacto negativo en sus flujos de efectivo futuros.

Como norma general, la corrección del valor en libros de los instrumentos financieros por deterioro se efectúa con cargo a la cuenta de pérdidas y ganancias del período en el que tal deterioro se manifiesta y la recuperación de las pérdidas por deterioro previamente registradas, en caso de producirse, se reconoce en la cuenta de pérdidas y ganancias del período en el que el deterioro se elimina o se reduce. En el caso de que se considere remota la recuperación de cualquier importe por deterioro registrado, éste se elimina del balance de situación, aunque la Sociedad pueda llevar a cabo las actuaciones necesarias para intentar conseguir su cobro hasta tanto no se hayan extinguido definitivamente sus derechos por prescripción, condonación u otras causas.

En el caso de los instrumentos de deuda valorados por su coste amortizado el importe de las pérdidas por deterioro incurridas es igual a la diferencia negativa entre su valor en libros y el valor actual de sus flujos de efectivo futuros estimados.

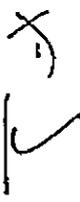
Los flujos de efectivo futuros estimados de un instrumento de deuda son todos los importes, principal e intereses, que la Sociedad estima que obtendrá durante la vida del instrumento. En dicha estimación se considera toda la información relevante que se encuentra disponible en la fecha de elaboración de los estados financieros, que proporcione datos sobre la posibilidad de cobro futuro de los flujos de efectivo contractuales. Asimismo, en la estimación de los flujos de efectivo futuros de instrumentos que cuenten con garantías reales, se tienen en cuenta los flujos que se obtendrían de su realización, menos el importe de los costes necesarios para su obtención y posterior venta, con independencia de la probabilidad de la ejecución de la garantía.

En el cálculo del valor actual de los flujos de efectivo futuros estimados se utiliza como tipo de actualización el tipo de interés efectivo original del instrumento, si su tipo contractual es fijo, o el tipo de interés efectivo a la fecha a que se refieran los estados financieros determinado de acuerdo con las condiciones del contrato, cuando sea variable.

Las carteras de instrumentos de deuda, riesgos contingentes y compromisos contingentes, cualquiera que sea su titular, instrumentación o garantía, se analizan para determinar el riesgo de crédito al que está expuesta la Sociedad y estimar las necesidades de cobertura por deterioro de su valor. Para la confección de los estados financieros, la Sociedad clasifica sus operaciones en función de su riesgo de crédito analizando, por separado, el riesgo de insolvencia imputable al cliente y el riesgo-país al que, en su caso, estén expuestas.

La evidencia objetiva de deterioro se determinará individualmente para todos los instrumentos de deuda que sean significativos e individual o colectivamente para los grupos de instrumentos de deuda que no sean individualmente significativos. Cuando un instrumento concreto no se pueda incluir en ningún grupo de activos con características de riesgo similares, se analizará exclusivamente de forma individual para determinar si está deteriorado y, en su caso, para estimar la pérdida por deterioro.

La evaluación colectiva de un grupo de activos financieros para estimar sus pérdidas por deterioro se realiza de la siguiente forma:

- 
- i) Los instrumentos de deuda se incluyen en grupos que tengan características de riesgo de crédito similares, indicativas de la capacidad de los deudores para pagar todos los importes, principal e intereses, de acuerdo con las condiciones contractuales. Las características de riesgo de crédito que se consideran para agrupar a los activos son, entre otras, el tipo de instrumento, el sector de actividad del deudor, el área geográfica de la actividad, el tipo de garantía, la antigüedad de los importes vencidos y cualquier otro factor que sea relevante para la estimación de los flujos de efectivo futuros.
 - ii) Los flujos de efectivo futuros de cada grupo de instrumentos de deuda se estima sobre la base de la experiencia de pérdidas históricas de la Sociedad para instrumentos con características de riesgo de crédito similares a las del respectivo grupo, una vez realizados los ajustes necesarios para adaptar los datos históricos a las condiciones actuales del mercado.
 - iii) La pérdida por deterioro de cada grupo es la diferencia entre el valor en libros de todos los instrumentos de deuda del grupo y el valor actual de sus flujos de efectivo futuros estimados.

Los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en la cuenta de pérdidas y ganancias, los riesgos contingentes y los compromisos contingentes se clasifican, en función del riesgo de insolvencia imputable al cliente o a la operación, en las siguientes categorías: riesgo normal, riesgo subestándar, riesgo dudoso por razón de la morosidad del cliente, riesgo dudoso por razones distintas de la morosidad del cliente y riesgo fallido. Para los instrumentos de deuda no clasificados como riesgo normal se estiman, sobre la base de la experiencia de la Sociedad y del sector, las coberturas específicas necesarias por deterioro, teniendo en cuenta la antigüedad de los importes impagados, las garantías aportadas y la situación económica del cliente y, en su caso, de los garantes. Dicha estimación se realiza, en general, sobre la base de calendarios de morosidad elaborados sobre la base de la experiencia de la Sociedad y de la información que tiene del sector.

La Sociedad no incurre en riesgo de crédito por razón de riesgo-país.



Adicionalmente a las coberturas específicas por deterioro indicadas anteriormente, la Sociedad cubre las pérdidas inherentes de los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en la cuenta de pérdidas y ganancias y de los riesgos contingentes clasificados como riesgo normal mediante una cobertura genérica. Dicha cobertura genérica, que se corresponde con la pérdida estadística, se realiza teniendo en cuenta la experiencia histórica de deterioro y las demás circunstancias conocidas en el momento de la evaluación y corresponden a las pérdidas inherentes incurridas a la fecha de los estados financieros, calculadas con procedimientos estadísticos, que están pendientes de asignar a operaciones concretas.

En este sentido, la Sociedad ha utilizado, dado que no dispone de suficiente experiencia histórica y estadística propia al respecto, los parámetros establecidos por Banco de España, sobre la base de su experiencia y de la información que tiene del sector, que determinan el método e importe a utilizar para la cobertura de las pérdidas por deterioro inherentes incurridas en los instrumentos de deuda y riesgos contingentes clasificados como riesgo normal, que se modifican periódicamente de acuerdo con la evolución de los datos mencionados. Dicho método de determinación de la cobertura de las pérdidas por deterioro inherentes incurridas en los instrumentos de deuda se realiza mediante la aplicación de unos porcentajes a los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en la cuenta de pérdidas y ganancias y de los riesgos contingentes clasificados como riesgo normal. Los mencionados porcentajes varían en función de la clasificación realizada de dichos instrumentos de deuda dentro del riesgo normal entre las siguientes subcategorías: Sin riesgo apreciable, Riesgo bajo, Riesgo medio - bajo, Riesgo medio, Riesgo medio - alto y Riesgo alto.

El reconocimiento en la cuenta de pérdidas y ganancias del devengo de intereses sobre la base de los términos contractuales se interrumpe para todos los instrumentos de deuda calificados individualmente como deteriorados y para aquéllos para los que se hubiesen calculado colectivamente pérdidas por deterioro por tener importes vencidos con una antigüedad superior a tres meses.

h) Valoración de las cuentas en moneda extranjera

La moneda funcional de la Sociedad es el Euro. En consecuencia, todos los saldos y transacciones denominados en monedas diferentes al Euro se consideran denominados en moneda extranjera.

Al 31 de diciembre de 2007 y 2006 no existen activos y pasivos en moneda extranjera mantenidos por la Sociedad.

En el reconocimiento inicial, los saldos deudores y acreedores denominados en moneda extranjera se convierten a la moneda funcional utilizando el tipo de cambio de contado de la fecha de reconocimiento, entendido como el tipo de cambio para entrega inmediata. Con posterioridad al reconocimiento inicial, se aplican las siguientes reglas para la conversión de saldos denominados en moneda extranjera a la moneda funcional:

- i) Los activos y pasivos de carácter monetario, se convierten al tipo de cambio de cierre, entendido como el tipo de cambio medio de contado de la fecha a que se refieren los estados financieros.
- ii) Las partidas no monetarias valoradas al coste histórico, se convierten al tipo de cambio de la fecha de adquisición.
- iii) Las partidas no monetarias valoradas al valor razonable, se convierten al tipo de cambio de la fecha en que se determina el valor razonable.
- iv) Los ingresos y gastos se convierten aplicando el tipo de cambio de la fecha de la operación. No obstante, se utiliza un tipo de cambio medio del periodo para todas las operaciones realizadas en el mismo, salvo que haya sufrido variaciones significativas. Las amortizaciones se convierten al tipo de cambio aplicado al correspondiente activo.

Las diferencias de cambio surgidas en la conversión de los saldos deudores y acreedores denominados en moneda extranjera se registran, en general, en la cuenta de pérdidas y ganancias.

- i) Reconocimiento de ingresos y gastos

Los ingresos y gastos por intereses y conceptos asimilables a ellos se registran contablemente, en general, en función de su período de devengo y por aplicación del método del tipo de interés efectivo.

Las comisiones pagadas o cobradas por servicios financieros, con independencia de la denominación que reciban contractualmente, se clasifican en las siguientes categorías, que determinan su imputación en la cuenta de pérdidas y ganancias:

- i) Comisiones financieras que son aquéllas que forman parte integral del rendimiento o coste efectivo de una operación financiera y se imputan a la cuenta de pérdidas y ganancias a lo largo de la vida esperada de la operación como un ajuste al coste o rendimiento efectivo de la misma.
- ii) Comisiones no financieras que son aquéllas derivadas de las prestaciones de servicios y pueden surgir en la ejecución de un servicio que se realiza durante un período de tiempo y en la prestación de un servicio que se ejecuta en un acto singular.

Los ingresos y gastos en concepto de comisiones y honorarios asimilados se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias, en general, de acuerdo a los siguientes criterios:

- i) Los que corresponden a transacciones o servicios que se realizan durante un período de tiempo se registran durante el período de tales transacciones o servicios.
- ii) Los que corresponden a una transacción o servicio que se ejecuta en un acto singular se registran cuando se produce el acto que los origina.

Los ingresos y gastos no financieros se registran contablemente en función de principio del devengo. Los cobros y pagos diferidos en el tiempo se registran contablemente por el importe resultante de actualizar financieramente los flujos de efectivo previstos a tasas de mercado.

j) Garantías financieras

Se consideran garantías financieras los contratos por los que la Sociedad se obliga a pagar unas cantidades específicas por un tercero en el supuesto de no hacerlo éste, con independencia de su forma jurídica que puede ser, entre otras, la de fianza, aval financiero o técnico y crédito documentario irrevocable emitido o confirmado por la Sociedad.

Las garantías financieras se clasifican, en función del riesgo de insolvencia imputable al cliente o a la operación y, en su caso, se estima la necesidad de constituir provisiones para ellas mediante la aplicación de criterios similares a los indicados en la Nota 10 g) para los instrumentos de deuda valorados a su coste amortizado.

En el caso de que sea necesario constituir una provisión por las garantías financieras, las comisiones pendientes de devengo, que se registran en el epígrafe Periodificaciones del pasivo del balance de situación, se reclasifican a la correspondiente provisión.

k) Arrendamientos

Los contratos de arrendamiento se presentan en función del fondo económico de la operación con independencia de su forma jurídica y se clasifican desde el inicio como arrendamientos financieros u operativos.

- i) Un arrendamiento se considera como arrendamiento financiero cuando se transfieren sustancialmente todos los riesgos y beneficios inherentes a la propiedad del activo objeto del contrato.

Cuando la Sociedad actúa como arrendadora de un bien, la suma de los valores actuales de los importes que recibirá del arrendatario más valor residual garantizado, habitualmente el precio de ejercicio de la opción de compra del arrendatario a la finalización del contrato, se registra como una financiación prestada a terceros, por lo que se incluye en el epígrafe de Inversiones crediticias del balance de situación, de acuerdo con la naturaleza del arrendatario.

Por otra parte, cuando la Sociedad actúa como arrendataria, se registra el coste de los activos arrendados en el balance de situación, según la naturaleza del bien objeto del contrato, y, simultáneamente, un pasivo por el mismo importe, que será el menor del valor razonable del bien arrendado o de la suma de los valores actuales de las cantidades a pagar al arrendador más, en su caso, el precio de ejercicio de la opción de compra. Estos activos se amortizan con criterios similares a los aplicados al conjunto de los activos materiales de uso propio.

Los ingresos y gastos financieros con origen en estos contratos se abonan y cargan, respectivamente, a la cuenta de pérdidas y ganancias de forma que el rendimiento se mantenga constante a lo largo de la vida de los contratos.

ii) Los contratos de arrendamiento que no se consideran arrendamientos financieros se clasifican como arrendamientos operativos.

Quando la Sociedad actúa como arrendadora, se registra el coste de adquisición de los bienes arrendados en el epígrafe de Activo material. Dichos activos se amortizan de acuerdo con las políticas adoptadas para los activos materiales similares de uso propio y los ingresos procedentes de los contratos de arrendamiento se reconocen en la cuenta de pérdidas y ganancias de forma lineal.

Por otra parte, cuando la Sociedad actúa como arrendataria, los gastos del arrendamiento incluyendo incentivos concedidos, en su caso, por el arrendador, se registran linealmente en la cuenta de pérdidas y ganancias.

1) Impuesto sobre beneficios

El Impuesto sobre Sociedades se considera como un gasto y se registra en el epígrafe de Impuesto sobre beneficios de la cuenta de pérdidas y ganancias excepto cuando es consecuencia de una transacción registrada directamente en el patrimonio neto, en cuyo supuesto se registra directamente en el patrimonio neto, y de una combinación de negocios, en la que el impuesto diferido se registra como un elemento patrimonial más de la misma.

El gasto del epígrafe de Impuesto sobre beneficios viene determinado por el impuesto a pagar calculado respecto a la base imponible del ejercicio, una vez consideradas las variaciones durante dicho ejercicio derivadas de las diferencias temporarias, de los créditos por deducciones y bonificaciones y de bases imponibles negativas. La base imponible del ejercicio puede diferir del resultado neto del ejercicio presentado en la cuenta de pérdidas y ganancias ya que excluye las partidas de ingresos o gastos que son gravables o deducibles en otros ejercicios y las partidas que nunca lo son.

Los activos y pasivos por impuestos diferidos corresponden a aquellos impuestos que se prevén pagaderos o recuperables en las diferencias entre los importes en libros de los activos y pasivos en los estados financieros y las bases imponibles correspondientes, se contabilizan utilizando el método del pasivo en el balance de situación y se cuantifican aplicando a la diferencia temporal o crédito que corresponda el tipo de gravamen al que se espera recuperar o liquidar.

Un activo por impuesto diferido, tal como un impuesto anticipado, un crédito por deducciones y bonificaciones y un crédito por bases imponibles negativas, se reconoce siempre que sea probable que la Sociedad obtenga en el futuro suficientes ganancias fiscales contra las que pueda hacerlo efectivo. Se considera probable que la Sociedad obtendrá en el futuro suficientes ganancias fiscales, entre otros supuestos, cuando:

- i) Existen pasivos por impuestos diferidos cancelables en el mismo ejercicio que el de la realización del activo por impuesto diferido o en otro posterior en el que pueda compensar la base imponible negativa existente o producida por el importe anticipado.
- ii) Las bases imponibles negativas han sido producidas por causas identificadas que es improbable que se repitan.

Los pasivos por impuestos diferidos se contabilizan siempre.

En cada cierre contable se revisan los impuestos diferidos registrados, tanto activos como pasivos, con el objeto de comprobar que se mantienen vigentes, efectuándose las oportunas correcciones en los mismos.

m) Activo material

El activo material de uso propio corresponde al inmovilizado material que se estima que se le dará un uso continuado por la Sociedad. Se valora a su coste de adquisición menos su correspondiente amortización acumulada y, en su caso, menos cualquier pérdida por deterioro que resulte de comparar el valor neto de cada elemento con su correspondiente importe recuperable.

Las amortizaciones se calculan sistemáticamente según el método lineal, aplicando los años de vida útil estimada de los diferentes elementos sobre el coste de adquisición de los activos menos su valor residual. Las dotaciones anuales en concepto de amortización del activo material se registran con cargo en la cuenta de pérdidas y ganancias y se calculan en función de los siguientes años de vida útil estimada, como promedio, de los diferentes grupos de elementos:

	<u>Años de vida útil estimada</u>
Otras instalaciones, utillaje y mobiliario	6 – 10 años
Equipos para procesos de información	4 años

En cada cierre contable, la Sociedad analiza si existen indicios, tanto internos como externos, de que el valor neto de los elementos de su activo material excede de su correspondiente importe recuperable. En dicho caso, la Sociedad reduce el valor en libros del correspondiente elemento hasta su importe recuperable y ajusta los cargos futuros en concepto de amortización en proporción a su valor en libros ajustado y a su nueva vida útil remanente, en el caso de ser necesaria una reestimación de la misma. Por otra parte, cuando existen indicios de que se ha recuperado el valor de un elemento, la Sociedad registra la reversión de la pérdida por deterioro contabilizada en periodos anteriores y ajusta los cargos futuros en concepto de su amortización. La reversión de la pérdida por deterioro de un elemento en ningún caso puede suponer el incremento de su valor en libros por encima de aquél que tendría si no se hubieran reconocido pérdidas por deterioro en ejercicios anteriores.

La Sociedad, al menos al final de cada ejercicio, procede a revisar la vida útil estimada de los elementos del activo material de uso propio con la finalidad de detectar cambios significativos en las mismas que, en el caso de producirse, se ajustan mediante la correspondiente corrección del registro en la cuenta de pérdidas y ganancias de ejercicios futuros de la dotación a su amortización en virtud de la nueva vida útil estimada.

Los gastos de conservación y mantenimiento de los activos materiales de uso propio se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio en que se incurren.

Los criterios aplicados por la Sociedad para el reconocimiento del coste de adquisición de los activos cedidos en arrendamiento operativo, para su amortización y para la estimación de sus respectivas vidas útiles y para el registro de sus pérdidas por deterioro coinciden con los descritos en relación con los activos materiales de uso propio.

n) Activo intangible

Los activos intangibles son activos no monetarios identificables pero sin apariencia física. Se considera que los activos intangibles son identificables cuando son separables de otros activos porque se pueden enajenar, arrendar o disponer de ellos de forma individual o surgen como consecuencia de un contrato o de otro tipo de negocio jurídico. Se reconoce un activo intangible cuando, además de satisfacer la definición anterior, la Sociedad estima probable la percepción de beneficios económicos derivados de dicho elemento y su coste puede estimarse de manera fiable.

El activo intangible corresponde a las aplicaciones informáticas que posee la Sociedad.

Los activos intangibles se reconocen inicialmente por su coste, ya sea éste el de adquisición o de producción, y, posteriormente, se valoran por su coste menos, cuando proceda, la amortización acumulada y cualquier pérdida por deterioro.

Los activos intangibles con vida definida se amortizan en función de la misma, aplicándose criterios similares a los del activo material. El promedio de vida útil estimada para el activo intangible es de 3 años.

En cualquier caso, la Sociedad registra contablemente cualquier pérdida que haya podido producirse en el valor registrado de estos activos con origen en su deterioro con contrapartida en la cuenta de pérdidas y ganancias. Los criterios para el reconocimiento de las pérdidas por deterioro de estos activos y, en su caso, de las recuperaciones de las pérdidas por deterioro registradas en ejercicios anteriores son similares a los del activo material.

ñ) Provisiones y pasivos contingentes

Se consideran provisiones las obligaciones actuales de la Sociedad, surgidas como consecuencia de sucesos pasados, que se encuentran claramente especificadas en cuanto a su naturaleza a la fecha de los estados financieros, pero resultan indeterminadas en cuanto a su importe o momento de cancelación, al vencimiento de las cuales y para cancelarlas, la Sociedad espera que deberá desprenderse de recursos que incorporan beneficios económicos. Dichas obligaciones pueden surgir por los aspectos siguientes:

- 
- i) Una disposición legal o contractual.
 - ii) Una obligación implícita o tácita, cuyo nacimiento se sitúa en una expectativa válida creada por la Sociedad frente a terceros respecto de la asunción de ciertos tipos de responsabilidades. Tales expectativas se crean cuando la Sociedad acepta públicamente responsabilidades, se derivan de comportamientos pasados o de políticas empresariales de dominio público.
 - iii) La evolución prácticamente segura de la regulación en determinados aspectos, en particular, proyectos normativos de los que la Sociedad no podrá sustraerse.

Son pasivos contingentes las obligaciones posibles de la Sociedad, surgidas como consecuencia de sucesos pasados, cuya existencia está condicionada a que ocurra o no, uno o más eventos futuros independientes de la voluntad de la Sociedad. Los pasivos contingentes incluyen las obligaciones actuales de la Sociedad cuya cancelación no sea probable que origine una disminución de recursos que incorporan beneficios económicos o cuyo importe, en casos extremadamente raros, no pueda ser cuantificado con la suficiente fiabilidad.

Las provisiones y los pasivos contingentes se califican como probables cuando existe mayor verosimilitud de que ocurran que de lo contrario, posibles cuando existe menor verosimilitud de que ocurran que de lo contrario y remotos cuando su aparición es extremadamente rara.

La Sociedad incluye en las cuentas anuales todas las provisiones significativas con respecto a las cuales se estima que la probabilidad de que se tenga que atender la obligación es mayor que de lo contrario. Los pasivos contingentes no se reconocen en las cuentas anuales sino que se informa sobre los mismos a no ser que se considere remota la posibilidad de que se produzca una salida de recursos que incorporen beneficios económicos.



Las provisiones se cuantifican teniendo en consideración la mejor información disponible sobre las consecuencias del suceso que las originan y son estimadas en cada cierre contable. Las mismas son utilizadas para afrontar las obligaciones específicas para las cuales fueron reconocidas, procediéndose a su reversión, total o parcial, cuando dichas obligaciones dejan de existir o disminuyen.

Al 31 de diciembre de 2007 y 2006 se encontraban en curso distintos procedimientos judiciales y reclamaciones entablados contra la Sociedad con origen en el desarrollo habitual de sus actividades. Tanto los asesores legales de la Sociedad como sus Administradores entienden que la conclusión de estos procedimientos y reclamaciones no producirá un efecto significativo, adicional al, en su caso, incluido como provisión, en las cuentas anuales de los ejercicios en los que finalicen.

Al 31 de diciembre de 2007 y 2006 las provisiones registradas por la Sociedad en relación a las actas fiscales elevadas por las autoridades tributarias a su Sucursal de Portugal en ejercicios anteriores ascienden a 1.056 miles de euros.

Adicionalmente, en mayo de 2007 se procedió a aumentar la provisión existente en 56 miles de euros correspondientes al importe pendiente de devolución por parte de la Hacienda Pública Portuguesa del reembolso del IVA del año 2005 de la Sucursal de Portugal.

Por tanto, al 31 de diciembre de 2007 la Sociedad tiene registrada una provisión por importe de 1.112 miles de euros (1.056 miles de euros al 31 de diciembre de 2006) en relación a las actas fiscales elevadas por las autoridades tributarias a su Sucursal de Portugal en ejercicios anteriores y las reclamaciones comentadas en los párrafos anteriores, si bien las mismas se encuentran recurridas (Nota 27).

o) Activos no corrientes en venta

El epígrafe de Activos no corrientes en venta del balance de situación incluye el valor en libros de las partidas individuales cuya venta es altamente probable que tenga lugar, en las condiciones en las que tales activos se encuentran actualmente, en el plazo de un año a contar desde la fecha a la que se refieren las cuentas anuales.

La recuperación del valor en libros de estas partidas, que pueden ser de naturaleza financiera y no financiera, previsiblemente tendrá lugar a través del precio que se obtenga en su enajenación, en lugar de mediante su uso continuado.

Los activos recibidos por la Sociedad para la satisfacción, total o parcial, de las obligaciones de pago frente a ella de sus deudores se consideran activos no corrientes en venta, salvo que la Sociedad haya decidido hacer un uso continuado de esos activos.

Los activos clasificados como Activos no corrientes en venta se valoran, en general, por el menor importe entre su valor en libros en el momento en el que son considerados como tales y su valor razonable neto de los costes de venta estimados de dichos activos. Mientras que permanecen clasificados como Activos no corrientes en venta, los activos materiales e inmateriales amortizables por su naturaleza no se amortizan.

En el caso de que el valor en libros exceda al valor razonable de los activos neto de sus costes de venta, la Sociedad ajusta el valor en libros de los activos por el importe de dicho exceso, con contrapartida en el epígrafe de Pérdidas por deterioro de activos (neto) - Activos no corrientes en venta de la cuenta de pérdidas y ganancias. En el caso de producirse posteriores incrementos del valor razonable de los activos, la Sociedad revierte las pérdidas anteriormente contabilizadas, incrementando el valor en libros de los activos con el límite del importe anterior a su posible deterioro, con contrapartida en el epígrafe de Pérdidas por deterioro de activos (neto) - Activos no corrientes en venta de la cuenta de pérdidas y ganancias.

p) Gastos de personal y retribuciones post-empleo

Se consideran retribuciones post-empleo las remuneraciones a los empleados que se liquidan tras la terminación de su periodo de empleo.

Con fecha 15 de junio de 1998 se formalizó un contrato de seguro colectivo de rentas diferidas con reembolso de primas con la compañía La Estrella Seguros que garantiza la cobertura futura de los compromisos que la Sociedad tiene contraídos por prestaciones de jubilación con el personal con derecho a dicha cobertura (compromiso de aportación definida).

Este contrato se instrumentalizó a través de una póliza que conlleva el pago periódico por la Sociedad de una aportación definida (prima mensual, actualizable anualmente), registrada como gasto en la rúbrica "Gastos de personal" de la Cuenta de pérdidas y ganancias adjunta, y que en el ejercicio 2007 ascendió a 165 miles de euros (151 miles de euros en 2006) (Nota 36).

Por otra parte, la Sociedad no mantiene acuerdos específicos con Administradores y/o personal de la Alta Dirección con la finalidad de indemnizarles en el momento en que se interrumpa su contrato.

q) Estado de flujos de efectivo

En el estado de flujos de efectivo se utilizan determinados conceptos que tienen las definiciones siguientes:

- i) Flujos de efectivo son las entradas y salidas de dinero en efectivo y de sus equivalentes, entendiendo por éstos las inversiones a corto plazo de gran liquidez y bajo riesgo de alteraciones en su valor.
- ii) Actividades de explotación son las actividades típicas de la Sociedad y otras actividades que no pueden ser calificadas como de inversión o de financiación.
- iii) Actividades de inversión son las correspondientes a la adquisición, enajenación o disposición por otros medios de activos a largo plazo y otras inversiones no incluidas en el efectivo y sus equivalentes.
- iv) Actividades de financiación son las actividades que producen cambios en el tamaño y composición del patrimonio neto y de los pasivos que no forman parte de las actividades de explotación.

11. Deberes de lealtad de los Administradores

En relación con los requerimientos del apartado 4 del artículo 127.ter de la Ley de Sociedades Anónimas, a continuación se indica la relación de los miembros del Consejo de Administración que mantienen participaciones en sociedades con el mismo o análogo género de actividad que constituye el objeto social de la Sociedad y/u ostenten cargos o funciones en dichas sociedades:

- José Coronel de Palma y Martínez Agulló:

<u>Sociedad</u>	<u>Función / Cargo</u>	<u>% Participación</u>
Caterpillar Financial Renting, S.A.	Consejero Delegado	-

- Kent Adams

<u>Sociedad</u>	<u>Función / Cargo</u>	<u>% Participación</u>
Caterpillar Financial Renting, S.A.	Consejero	-

- Joel Anquetil

<u>Sociedad</u>	<u>Función / Cargo</u>	<u>% Participación</u>
Caterpillar Financial Renting, S.A.	Consejero	-

12. Atención al cliente

El artículo 17.2 de la Orden ECO/734/2004, de 11 de marzo, sobre Departamentos y Servicios de Atención al Cliente y el Defensor del Cliente de las Entidades Financieras, indica que en la memoria de las cuentas anuales se debe resumir, brevemente, el contenido de la memoria del Servicio de Atención al Cliente de la Sociedad.

Durante los ejercicios 2007 y 2006 no se ha recibido ninguna reclamación ni queja en la que el Servicio de Atención al Cliente haya tenido que intervenir.

13. Riesgo de crédito

La regla general de Caterpillar Financial Services Corporation (en adelante, CFSC o la Casa Matriz) en materia de riesgo de crédito es que todas las operaciones (leasing financiero, leasing operativo, venta a plazos) deben tener un carácter finalista (no cabe la financiación pura), es decir, sólo cabe financiar o arrendar financieramente bienes, debiendo quedar vinculada la propiedad a la Sociedad en todos los casos, bien sea por ser propietario de los bienes bien por la reserva de dominio sobre los mismos.

Cualquier excepción a lo anterior (préstamos para financiación de inventarios u otros préstamos ocasionales) deberá ser sometida a la autorización previa, expresa y por escrito de la Dirección de Riesgos de la Casa Matriz.

Los bienes susceptibles de operaciones por parte de la Sociedad son bienes muebles. Cualquier excepción a lo anterior (por ejemplo un inmueble), deberá ser sometida, igualmente, a la autorización previa, expresa y por escrito del Comité de Riesgos de CFSC.

Pueden ser objeto de las operaciones de la Sociedad bienes muebles nuevos o usados, marca Caterpillar o del Grupo Caterpillar o marca no Caterpillar, siempre que su proveedor sea un distribuidor exclusivo o autorizado del Grupo Caterpillar.

Las facultades para autorizar riesgos de crédito son concedidas por CFSC y tienen carácter individual. Cualquier denegación de una operación requerirá la revisión por parte del nivel superior, que podrá reconsiderar la decisión del nivel inferior.

Las operaciones que excedan de los límites de facultades concedidas a la Sociedad, deberán ser sometidas a aprobación de la Dirección de Riesgos de la Casa Matriz.

El plazo máximo de las operaciones no podrá exceder de los 60 meses. Cualquier excepción a dichos plazos deberá ser sometida a la aprobación previa, expresa y por escrito de la Dirección de Riesgos de la Casa Matriz.

La práctica habitual es la periodicidad mensual de las cuotas a cobrar, sin perjuicio de que excepciones puntuales sean aprobadas por el Nivel de Autorización de Riesgos que corresponda.

La asunción de riesgos de valor residual deberá ajustarse a la política corporativa que exige una comprobación interna del valor atendiendo al modelo del bien, a su precio, al plazo de la operación y al número de horas de utilización previstas.

Los criterios de política expuestos son válidos para los países en los que opera la Sociedad (España, Portugal, Italia, Grecia y Bulgaria).

En cuanto a la gestión de cobro de impagados, las pautas seguidas, de acuerdo con el "Credit Policy Manual" son las siguientes:

- Impagados con más de 1 día y menos de 90 días de antigüedad: gestión amistosa.
- Impagados con más de 90 días de antigüedad: gestión pre-contenciosa o contenciosa

Las reposiciones de equipos supondrán el pase a la cuenta de inventario (o equipos recuperados), aplicándose el criterio de valoración establecido en la Circular 4/2004 de Banco de España. Para estimar el valor de mercado de los bienes se acudirá a los que resulten de los libros de valoración existentes en los diversos países en los que se opera o a la valoración que den los servicios internos del Grupo (el menor de ellos).

14. Riesgo de liquidez

La Sociedad no presenta un riesgo de liquidez significativo en cuanto que no está expuesta a demandas diarias de efectivo por parte de terceros. En consecuencia, la Sociedad no mantiene recursos en efectivo significativos ya que no son necesarios para su actividad fundamental.

Por lo demás, el grueso de la cartera de inversiones crediticias (cuyo vencimiento está descrito en la Nota 18) está financiado por líneas de crédito concedidas por Caterpillar International Finance, Plc., sociedad del Grupo domiciliada en Dublín.

Dichas líneas tienen en todos los casos un vencimiento indefinido, exigiéndose para su cancelación, en cualquier caso, un preaviso de dos años y un mes (Nota 26).

15. Riesgo de tipo de interés

La actividad de la Sociedad consiste fundamentalmente en la financiación de la compra de productos Caterpillar a través de contratos de arrendamiento financiero y contratos de préstamo. Tanto el éxito en la realización de esta actividad de financiación como el coste de los fondos necesarios son muy sensibles a los cambios en los tipos de interés.

Estas operaciones de arrendamiento financiero y préstamo pueden estar basadas tanto en tipos de interés fijos como variables. Una gestión prudente del riesgo de tipo de interés requiere que los activos a tipo de interés fijo estén financiados completamente con pasivo a tipo de interés fijo y que los activos a tipo de interés variable estén financiados completamente con pasivo a tipo de interés variable. Existe una exposición al riesgo de tipo de interés cuando lo anterior no se cumple. Los límites de exposición al riesgo de tipo de interés de la Sociedad son definidos en términos de porcentaje de cobertura.

La gestión del riesgo de tipo de interés está centralizada a nivel europeo en Caterpillar International Finance Plc., sociedad del Grupo con sede en Dublín, que es responsable del mantenimiento de un porcentaje de cobertura aceptable, definido éste en base a la experiencia, en un rango de entre un 75% y 90%. El límite superior está basado en la experiencia de la Sociedad de que aproximadamente un 10% de los activos en cartera son cancelados por el cliente antes de su vencimiento y, por tanto, no deben ser cubiertos. El límite del 75% está basado en la situación actual de los tipos de interés y en la estimación de su evolución futura. Excepciones a esta política deben ser autorizadas por el presidente de la División Financiera de la Casa Matriz. El porcentaje de cobertura al 31 de diciembre de 2007 fue del 85% (92% al 31 de diciembre de 2006).

El riesgo de tipo de interés es gestionado mediante la cuantificación por intervalos de tiempo de las posiciones abiertas de riesgo y su cobertura externa mediante derivados financieros que reduzcan el riesgo derivado de dichas posiciones abiertas. El valor nominal de los derivados financieros al 31 de diciembre de 2007 fue de 360 millones de euros (347 millones de Euros al 31 de diciembre de 2006) (Nota 20).

16. Concentración de riesgos

La Sociedad analiza la concentración de riesgos con sujetos o grupos, siguiendo las directrices de la normativa sobre recursos propios del Banco de España.

Con relación al cumplimiento por parte de la Sociedad del límite a los grandes riesgos y a la concentración, hay que señalar que la Sociedad obtiene garantías dinerarias de Caterpillar International Finance Plc. (entidad del Grupo) para aquellas contrapartes cuyo riesgo acumulado supera el límite de concentración del 25% exigido por la legislación del Banco de España.

Finalmente, la Sociedad, en aquellas operaciones en las que se obtienen avales de terceros, a efectos del análisis de la concentración, aplica el criterio de no incluirlos, al estar considerado como riesgo directo del primer obligado al pago.

17. Caja y depósitos en bancos centrales

El desglose de este epígrafe de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Caja	4	5
Depósitos en Banco de España – Obligatorios	-	1
	<u>4</u>	<u>6</u>

18. Inversiones crediticias

El desglose de este epígrafe de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Depósitos en entidades de crédito	4 069	4 756
Crédito a la clientela	703 298	606 209
Otros activos financieros	1 911	171
	<u>709 278</u>	<u>611 136</u>
Ajustes por valoración		
Crédito a la clientela	<u>(37 473)</u>	<u>(34 370)</u>
	<u>671 805</u>	<u>576 766</u>

El desglose, por modalidad y situación, del epígrafe de Depósitos en entidades de crédito al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Depósitos en entidades de crédito		
Cuentas a plazo	-	4 550
Otras cuentas	4 069	206
Ajustes por valoración – Intereses devengados	-	-
	<u>4 069</u>	<u>4 756</u>

Al 31 de diciembre de 2006 en el epígrafe de Depósitos en entidades de crédito se incluía un saldo por importe de 4.550 miles de euros, correspondiente a una imposición a plazo fijo, denominada en euros, que devengaba un interés de mercado, con vencimiento el 2 de enero de 2007.

El tipo de interés medio devengado por los Depósitos en entidades de crédito durante los ejercicios 2007 y 2006 ha sido del 2,02 y 1,17%, respectivamente.

Todos los Depósitos en entidades de Crédito están denominados en euros.

El desglose, por modalidad y situación, del epígrafe de Crédito a la clientela al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Crédito a las Administraciones Públicas Españolas	68	100
Crédito a otros sectores residentes	<u>314 637</u>	<u>243 594</u>
Crédito comercial operaciones sin recurso	9 615	6 109
Otros deudores a plazo	53 578	25 724
Arrendamientos financieros	235 524	199 381
Deudores a la vista y varios	1 534	2 129
Activos dudosos	14 386	10 251
Crédito a las Administraciones Públicas no residentes	-	22
Crédito a otros sectores no residentes	<u>388 594</u>	<u>362 493</u>
Crédito comercial	7 956	14 978
Otros deudores a plazo	60 604	52 764
Arrendamientos financieros	296 010	273 343
Deudores a la vista y varios	4 311	3 274
Activos dudosos	19 713	18 134
Ajustes por valoración sector residente	<u>(17 208)</u>	<u>(14 560)</u>
Correcciones de valor por deterioro de activos	(13 408)	(9 694)
Intereses devengados	623	263
Descuentos en la adquisición	(91)	(50)
Comisiones	(4 332)	(5 079)
Ajustes por valoración sector no residente	<u>(20 266)</u>	<u>(19 810)</u>
Correcciones de valor por deterioro de activos	(15 488)	(15 001)
Intereses devengados	1 848	3 705
Descuentos en la adquisición	(1 439)	(2 946)
Comisiones	(5 187)	(5 568)
	<u>665 825</u>	<u>571 839</u>

Toda la cartera de Inversiones crediticias al 31 de diciembre de 2007 y 2006 se halla denominada en euros.

Al 31 de diciembre de 2007 y 2006, el epígrafe "Otros activos financieros" dentro de la cartera de "Inversiones crediticias" recoge, principalmente, los saldos deudores mantenidos con otras empresas del Grupo derivados de la imputación de gastos soportados a dichas compañías del Grupo (Nota 42).

La concentración del riesgo, por tipo de instrumento, de la cartera de Inversiones crediticias al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es la siguiente:

	Miles de euros			
	2007		2006	
	Importe	%	Importe	%
Arrendamiento financiero	561 704	80,16%	494 200	82,17%
Financiación a plazo	113 394	16,18%	80 298	13,35%
Crédito comercial	17 504	2,50%	21 008	3,49%
Otros	8 099	1,16%	5 955	0,99%
	<u>700 701</u>	<u>100%</u>	<u>601 461</u>	<u>100,00%</u>
Correcciones valor deterioro	(28 896)		(24 695)	
	<u>671 805</u>		<u>576 766</u>	

La distribución geográfica del riesgo de la cartera de Inversiones crediticias, en función de la localización de la contraparte, al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es la siguiente:

	Miles de euros			
	2007		2006	
	Importe	%	Importe	%
España	303 477	45,17%	234 061	40,58%
Portugal	48 111	7,16%	34 804	6,04%
Italia	314 627	46,83%	302 705	52,48%
Grecia	5 061	0,76%	4 571	0,79%
Bulgaria	199	0,03%	101	0,02%
Otros	330	0,05%	524	0,09%
	<u>671 805</u>	<u>100%</u>	<u>576 766</u>	<u>100,00%</u>

La práctica totalidad de la clientela de la Sociedad está compuesta por empresas, empresarios individuales y, en menor medida, administraciones públicas. Dada la naturaleza de los activos financiados por la Sociedad (bienes de inversión) no existen riesgos significativos con hogares. La concentración del riesgo, por sector de actividad del acreditado, de la cartera de Inversiones crediticias al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es la siguiente:

	Miles de euros			
	2007		2006	
	Importe	%	Importe	%
Instituciones públicas residentes	68	0,01%	100	0,02%
Residentes				
Agricultura, ganadería caza y silvicultura	1 792	0,27%	967	0,17%
Industrias extractivas	9 681	1,44%	9 956	1,73%
Industrias manufactureras	5 406	0,80%	4 525	0,78%
Producción y distribución de energía eléctrica, gas y agua	25	-	9	-
Construcción	238 218	35,46%	167 754	29,08%
Comercio y reparaciones	22 483	3,35%	21 904	3,80%
Hostelería	126	0,02%	61	0,01%
Transporte, almacenamiento y comunicaciones	14 047	2,09%	15 956	2,77%
Intermediación financiera (excepto entidades de Crédito)	56	0,01%	431	0,07%
Actividades inmobiliarias y servicios empresariales	11 274	1,68%	11 975	2,08%
Otros servicios	369	0,05%	523	0,09%
No residentes	367 998	54,78%	342 181	59,33%
Otros/Sin clasificar	262	0,04%	424	0,07%
	671 805	100%	576 766	100,00%

El detalle, por plazos de vencimiento remanentes, de la cartera de Inversiones crediticias al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
A la vista	14 921	8 975
Hasta un mes	14 092	20 066
Más de un mes y hasta tres meses	12 113	9 981
Más de tres meses y hasta seis meses	13 001	11 278
Más de seis meses y hasta un año	48 886	52 369
Más de un año y hasta cinco años	584 034	484 331
Más de cinco años	20 321	23 965
Otros/Sin clasificar	1 911	171
Ajustes por valoración	(37 474)	(34 370)
	671 805	576 766

El detalle, por áreas geográficas, de los activos deteriorados al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros			
	2007		2006	
	Importe	%	Importe	%
España	14 386	42,19%	10 251	36,11%
Portugal	2 037	5,97%	2 138	7,53%
Italia	17 676	51,84%	15 996	56,36%
	<u>34 099</u>	<u>100%</u>	<u>28 385</u>	<u>100,00%</u>

El detalle al 31 de diciembre de 2007 y 2006 del saldo de Correcciones de valor por deterioro de activos del epígrafe de Inversiones crediticias es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Por el tipo de cobertura:		
Cobertura específica	15 040	14 194
Cobertura genérica	<u>13 856</u>	<u>10 501</u>
	<u>28 896</u>	<u>24 695</u>

El movimiento durante el ejercicio 2007 y 2006 del saldo de Correcciones de valor por deterioro de activos del epígrafe de Inversiones crediticias es el siguiente:

	Miles de euros		
	Cobertura específica	Cobertura genérica	Total
Saldo a 1 de enero de 2006	12 459	11 596	24 055
Dotaciones netas con cargo a resultados	4 464	(1 095)	3 369
Traspaso a fallidos contra fondos constituidos	(1 071)	-	(1 071)
Otros movimientos	<u>(1 658)</u>	<u>-</u>	<u>(1 658)</u>
Saldo al 31 de diciembre de 2006	<u>14 194</u>	<u>10 501</u>	<u>24 695</u>
Dotaciones netas con cargo a resultados	2 261	3 355	5 616
Traspaso a fallidos contra fondos constituidos	(366)	-	(366)
Otros movimientos	<u>(1 049)</u>	<u>-</u>	<u>(1 049)</u>
Saldo al 31 de diciembre de 2007	<u>15 040</u>	<u>13 856</u>	<u>28 896</u>

El desglose de las correcciones de valor constituidas para la cobertura del riesgo de crédito por área geográfica es el siguiente:

	Miles de euros			
	2007		2006	
	Importe	%	Importe	%
España	13 408	46,40%	9 694	39,25%
Portugal	2 167	7,50%	1 740	7,05%
Italia	13 275	45,94%	13 194	53,43%
Grecia	43	0,15%	66	0,27%
Bulgaria	3	0,01%	1	-
	<u>28 896</u>	<u>100%</u>	<u>24 695</u>	<u>100,00%</u>

El importe de los ingresos financieros acumulados y no reconocidos en la cuenta de pérdidas y ganancias de los activos financieros deteriorados asciende al 31 de diciembre de 2007 y 2006 a 968 miles de euros y 820 miles de euros, respectivamente.

El movimiento de los activos financieros deteriorados dados de baja del activo al considerarse remota su recuperación, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Saldo al inicio del período	10 660	9 736
Altas – con cargo a correcciones de valor por deterioro de activos	366	1 071
Bajas – por recuperación en efectivo de principal con cargo a resultados	<u>(12)</u>	<u>(147)</u>
Saldo al final del período	<u>11 014</u>	<u>10 660</u>

19. Activos no corrientes en venta

El importe registrado en el epígrafe Activos no corrientes en venta de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 corresponde, fundamentalmente, a maquinaria adjudicada como consecuencia de incumplimientos de contrato en operaciones de financiación y destinados a su venta.

El valor razonable de la maquinaria recuperada se ha determinado tomando como referencia los catálogos de precios publicados por fuentes externas y la valoración obtenida a través de Caterpillar Redistribution Services Inc., sociedad del Grupo dedicada exclusivamente a la compraventa de maquinaria usada, tomando en consideración diversas circunstancias del bien, como su modelo, el año de fabricación y el uso dado al bien.

20. Derivados de negociación

Este epígrafe incluye el valor razonable de los derivados que no forman parte de coberturas contables por no haberse realizado test de efectividad.

El valor razonable de los elementos incluidos en la Cartera de negociación de activo y pasivo al 31 de diciembre de 2007 y 2006 ha sido determinado directamente por la Casa Matriz utilizando la técnica de valoración de "Descuentos de flujos de efectivo", en base a curvas de tipos de interés de mercado.

El desglose del saldo de Derivados de negociación del activo y del pasivo de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros					
	2007			2006		
	Valor nacional	Valor razonable Activo	Pasivo	Valor Nacional	Valor razonable Activo	Pasivo
Permutas financieras	360 450	1 412	-	347 350	1 946	5

El importe nominal y/o contractual de los contratos de Derivados de negociación no supone una cuantificación del riesgo asumido por el Grupo ya que su posición neta se obtiene de la compensación y/o combinación de dichos instrumentos.

21. Activo material

El desglose de este epígrafe de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
De uso propio:	452	463
Equipos informáticos y sus instalaciones	89	102
Mobiliario, vehículos y resto de instalaciones	363	361
Otros activos cedidos en arrendamiento operativo	3 557	2 361
	4 009	2 824

El movimiento durante los ejercicios 2007 y 2006 del saldo del epígrafe de Activo material es el siguiente:

	Miles de euros		
	Importe bruto	Amortización acumulada	Neto
Saldo al 1 de enero de 2006	1 828	(699)	1 129
Adiciones / Dotaciones	2 123	(403)	1 720
Retiros	(147)	122	(25)
Saldo al 31 de diciembre de 2006	<u>3 804</u>	<u>(980)</u>	<u>2 824</u>
Adiciones / Dotaciones	2 116	(850)	1 266
Retiros	(306)	225	(81)
Saldo al 31 de diciembre de 2007	<u>5 614</u>	<u>(1 605)</u>	<u>4 009</u>

El saldo neto al 31 de diciembre de 2007 y 2006 del Activo material de uso propio incluye:

a) Un importe de 3.624 miles de euros y 2.449 miles de euros, aproximada y respectivamente, correspondientes a Activo material propiedad de sucursales de la Sociedad radicadas en países extranjeros.

b) El valor bruto de los elementos del Activo material de uso propio que se encontraban en uso y totalmente amortizados al 31 de diciembre de 2007 y 2006 asciende a un importe de 259 miles de euros y 369 miles de euros, aproximada y respectivamente.

Al 31 de diciembre de 2007 la Sociedad mantenía activos cedidos en arrendamiento operativo por importe neto de 3.557 miles de euros (2.361 miles de euros al 31 de diciembre de 2006).

Los ingresos derivados de rentas provenientes de los Activos cedidos en arrendamiento operativo de la Sociedad durante el ejercicio 2007 han ascendido a 809 miles de euros (328 miles de euros durante el ejercicio 2006).

22. Activo intangible

El desglose y el movimiento durante los ejercicios 2007 y 2006 del saldo del epígrafe de Activo inmaterial es el siguiente:

	Miles de euros		
	Importe bruto	Amortización acumulada	Neto
Saldo al 1 de enero de 2006	133	(124)	9
Adiciones / Dotaciones	2	(8)	(6)
Retiros	(2)	2	-
Saldo al 31 de diciembre de 2006	133	(130)	3
Adiciones / Dotaciones	142	(16)	126
Saldo al 31 de diciembre de 2007	275	(146)	129

El valor bruto de los elementos de Otro activo intangible que se encontraban en uso y totalmente amortizados al 31 de diciembre de 2007 y 2006 asciende a un importe de 113 miles de euros y 112 miles de euros, aproximada y respectivamente.

23. Activos y pasivos fiscales

El desglose de estos epígrafes de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros			
	Activo		Pasivo	
	2007	2006	2007	2006
Impuestos corrientes:	39 881	36 439	31 811	31 619
Impuesto sobre Sociedades	527	1 940	1 865	2 191
IVA e IGIC	38 906	34 284	29 693	29 104
IRPF y otras retenciones	-	-	93	174
Organismos de la Seguridad Social acreedores	-	-	160	138
Otros	448	215	-	12
Impuestos diferidos:	3 149	2 270	-	-
Pérdidas por deterioro de Inversiones crediticias	2 568	1 793	-	-
Dotaciones a Fondos de pensiones	429	360	-	-
Otras provisiones no deducibles	123	110	-	-
Por amortizaciones no deducibles	29	7	-	-
	43 030	38 709	31 811	31 619

El desglose por ámbito geográfico del epígrafe "Hacienda Pública saldos fiscales recuperables por IVA e IGIC soportados" se muestra a continuación:

	Miles de euros	
	2007	2006
Portugal	2 966	372
España	65	157
Italia	<u>35 875</u>	<u>33 755</u>
	<u>38 906</u>	<u>34 284</u>

De acuerdo con la legislación sobre IVA en vigor en Italia, la Sociedad ha registrado al 31 de diciembre de 2007 y 2006 intereses a cobrar por el IVA pendientes de recibir de los años anteriores por un importe de 55 miles de euros y 82 miles de euros, respectivamente. El importe devengado durante el ejercicio 2007 y 2006 se encuentra incluido dentro del epígrafe de Otras ganancias (Nota 41).

Durante el ejercicio 2006 la Sociedad recibió de las autoridades fiscales italianas el abono del IVA pendiente del ejercicio 2003 junto con los intereses devengados, por un total de 3.099 miles de euros. Durante el ejercicio 2007 la Sociedad no ha recibido ningún abono por este concepto por lo que al 31 de diciembre de 2007 y 2006 tan sólo queda pendiente de cobro el IVA del ejercicio 2004. En opinión de los Administradores de la Sociedad, la misma recuperará íntegramente dicho IVA pendiente de cobro junto con los intereses devengados.

Como consecuencia de la normativa fiscal vigente del Impuesto sobre Sociedades aplicable a la Sociedad, en los ejercicios 2007 y 2006 han surgido determinadas diferencias entre los criterios contables y fiscales que han sido registradas como Impuestos diferidos de activo y de pasivo al calcular y registrar el correspondiente Impuesto sobre Sociedades.

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2007 y 2006 en los saldos de Impuestos diferidos de activo se muestran a continuación:

	Miles de euros	
	2007	2006
Saldo al inicio del ejercicio	2 270	1 685
Pérdidas por deterioro de inversiones crediticias	796	897
Dotaciones a Fondos de pensiones	70	60
Otras provisiones no deducibles	13	-
Por amortizaciones no deducibles	22	6
Efecto revisión tipo impositivo (Nota 29)	<u>(22)</u>	<u>(378)</u>
Saldo al cierre del ejercicio	<u>3 149</u>	<u>2 270</u>

En la Nota 29 se incluyen los detalles correspondientes a la situación fiscal de la Sociedad.

24. Periodificaciones de activo y de pasivo

El importe que figura en estos epígrafes de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 corresponde al saldo de todas las cuentas de periodificación de activo y pasivo, excepto las correspondientes a intereses devengados, comisiones de apertura y descuentos en la adquisición.

25. Otros activos y otros pasivos

El importe que figura en estos epígrafes de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 corresponde a cuentas de carácter transitorio surgidas como consecuencia de la operativa de la Sociedad. Al 31 de diciembre de 2007 el epígrafe Otros activos del balance de situación está compuesto, fundamentalmente, por pagos anticipados realizados a los proveedores por compra de maquinaria. Al 31 de diciembre de 2007 el epígrafe Otros pasivos del balance de situación está compuesto, fundamentalmente, por cobros pendientes de aplicación que se regularizan en los primeros días del mes siguiente.

26. Pasivos financieros a coste amortizado

El desglose del saldo del epígrafe Depósitos en entidades de crédito de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Otras cuentas	1 010	2 673
Ajustes por valoración	34	22
	<u>1 044</u>	<u>2 695</u>

El tipo de interés medio anual durante los ejercicios 2007 y 2006 de los Depósitos en entidades de crédito ha ascendido al 4,5% y 3,3%, respectivamente.

El vencimiento de los Depósitos en entidades de crédito durante los ejercicios 2007 y 2006 es a la vista.

El desglose del saldo del epígrafe Depósitos de la clientela de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Otros sectores no residentes		
Depósitos con preaviso (Nota 14)	601 118	505 760
Ajustes por valoración	2 675	1 731
	<u>603 793</u>	<u>507 491</u>

El saldo de este epígrafe, al 31 de diciembre de 2007 y 2006, está compuesto en su totalidad por las financiaciones recibidas de Caterpillar International Finance, Plc., sociedad del grupo domiciliada en Dublín.

Dichos importes figuran denominados en euros, devengando intereses en los siguientes términos:

- Euribor a un mes incrementado en 45 puntos básicos para las líneas de crédito por importe de 555.463 miles de euros al 31 de diciembre de 2007 (479.760 miles de euros al 31 de diciembre de 2006).

En todos los casos su vencimiento es indefinido, y exigiéndose para su cancelación, en cualquier caso, un preaviso de dos años y un mes.

- El importe de 45.655 miles de euros restante (26.000 miles de euros en 2006) corresponde a garantías recibidas por la Sociedad de Caterpillar International Finance, Plc., para cubrir el riesgo contraído con algunos de sus clientes. Estas garantías devengan unos intereses medios de Euribor a un mes con un incremento de 45 puntos básicos, están sujetas al pago de una comisión única de 100 puntos básicos sobre el importe de la garantía al comienzo de las mismas, y tienen un período de vigencia indefinido.

El desglose del saldo de Otros pasivos financieros de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Obligaciones a pagar		
Acreedores comerciales (a)	3 212	1 258
Otras (b)	2 309	1 199
Fianzas recibidas	903	59
Otros conceptos	38	38
	9	-
	3 259	1 296

(a) Dentro del epígrafe de "Acreedores comerciales" se encuentra, fundamentalmente, la deuda pendiente con las compañías de seguros por los seguros financiados por la Sociedad en las operaciones de sus clientes, así como la deuda pendiente con los dealers por compra de maquinaria.

(b) Dentro del epígrafe de "Otras" se recoge, fundamentalmente, la deuda pendiente con otras sociedades del Grupo (Nota 42).

27. Provisiones

El desglose de este epígrafe de los balances de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	<u>Miles de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Provisiones para riesgos y compromisos contingentes	80	26
Otras provisiones	<u>1 112</u>	<u>1 056</u>
	<u>1 192</u>	<u>1 082</u>

El epígrafe "Otras provisiones" incluye el importe dotado por la Sociedad para cubrir posibles contingencias derivadas de las actas fiscales elevadas por las autoridades tributarias a su Sucursal de Portugal en ejercicios anteriores así como una provisión correspondiente al importe pendiente de devolución por parte de la Hacienda Pública Portuguesa del reembolso del IVA del año 2005 (Nota 10 ñ). Durante el ejercicio 2007, la dotación a dicha provisión ha sido de 56 miles de euros, habiendo sido contabilizada en el epígrafe "Dotaciones a provisiones" de la cuenta de pérdidas y ganancias (Nota 40).

Los movimientos experimentados en las Provisiones se muestran a continuación:

	<u>Miles de euros</u>
Saldo al 1 de enero de 2006	581
Dotaciones a provisiones	<u>501</u>
Saldo al 31 de diciembre de 2006	1 082
Dotaciones a provisiones	<u>110</u>
Saldo al 31 de diciembre de 2007	<u>1 192</u>

28. Fondos propios

El desglose y movimientos de este epígrafe es el siguiente:

	Miles de euros			
	2006	Distribución resultados	Resultado del ejercicio	2007
Capital	72 487	-	-	72 487
Reservas	5 261	3 416	-	8 677
Reserva legal	1 030	342	-	1 372
Reservas voluntarias	5 399	3 074	-	8 473
Otras reservas	(1 168)	-	-	(1 168)
Resultado del ejercicio	3 416	(3 416)	(378)	(378)
	<u>81 164</u>	<u>-</u>	<u>(378)</u>	<u>80 786</u>

El capital social, al 31 de diciembre de 2007 y 2006, está representado por 599.070 acciones nominativas con un valor nominal de 121 euros cada una de ellas, totalmente suscritas y desembolsadas por el único accionista, Caterpillar Financial Services Corporation.

De acuerdo con el Texto Refundido de la Ley de Sociedades Anónimas, las entidades que obtengan beneficios en un ejercicio económico deberán dotar el 10% del beneficio del ejercicio a la Reserva legal. Estas dotaciones deberán hacerse hasta que la Reserva legal alcance al menos el 20% del Capital social desembolsado. La Reserva legal podrá utilizarse para aumentar el Capital social en la parte de su saldo que excede del 10% del Capital social ya incrementado. Mientras no supere el 20% del Capital social, la Reserva legal sólo podrá destinarse a la compensación de pérdidas y siempre que no existan otras reservas disponibles suficientes para este fin.

Al 31 de diciembre de 2007 y 2006, la Sociedad cumple con el coeficiente de recursos propios de acuerdo con lo establecido en la Circular 5/93 del Banco de España.

29. Situación fiscal

La Sociedad presenta individualmente sus declaraciones del Impuesto sobre Sociedades de acuerdo con la normativa fiscal aplicable.

Al 31 de diciembre de 2007, la Sociedad tiene pendientes de Inspección por las Autoridades Fiscales todos los principales impuestos que le son de aplicación para los últimos cuatro ejercicios en España, para los últimos cinco ejercicios en Portugal y en Italia desde el ejercicio 2003 en el caso del Impuesto de Sociedades y desde los ejercicios 2002, 2003, 2004 y 2005 en el caso del IVA.

Teniendo en consideración las provisiones registradas por la Sociedad (descritas en la Nota 27 con relación a las actas elevadas por las autoridades fiscales portuguesas descritas en la Nota 10 ñ)), sus Administradores estiman que los pasivos que, en su caso, se puedan derivar como resultado de las actas incoadas no tendrán un efecto significativo en las cuentas anuales del ejercicio 2007.

Debido a las diferentes interpretaciones que puedan hacerse de las normas fiscales aplicables a las operaciones realizadas por la Sociedad, podrían existir, para los años pendientes de inspección, determinados pasivos fiscales de carácter contingente que no son susceptibles de cuantificación objetiva. Sin embargo, en opinión de los Administradores de la Sociedad, la posibilidad de que en futuras inspecciones se materialicen dichos pasivos contingentes es remota y, en cualquier caso, la deuda tributaria que de ellos pudiera derivarse no afectaría significativamente a las presentes cuentas anuales.

La conciliación del resultado contable de los ejercicios 2007 y 2006 con la base imponible del Impuesto sobre Sociedades es la siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Resultado contable antes de impuestos	851	5 905
Otros impuestos deducibles	(300)	(245)
Diferencias entre las bases contable y fiscal	<u>2 807</u>	<u>(27)</u>
Diferencias permanentes – otros gastos no deducibles	33	75
Diferencias temporales positivas	2 802	232
Diferencias temporales negativas	(28)	(334)
Base imponible fiscal	<u>3 358</u>	<u>5 633</u>
Cuota íntegra (32,5% / 35%)	1 091	1 971
Deducciones y bonificaciones	(4)	(4)
Retenciones y pagos a cuenta	<u>(478)</u>	<u>(1 822)</u>
Cuota a pagar	<u>609</u>	<u>145</u>

La composición del epígrafe de gasto por impuesto sobre beneficios de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2007 y 2006 es la siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Resultado contable antes de Impuestos	851	5 905
Otros impuestos deducibles	(300)	(245)
Diferencias permanentes	<u>33</u>	<u>75</u>
Resultado contable ajustado	<u>584</u>	<u>5 735</u>
Impuesto bruto (32,5% - 35%)	190	2 007
Deducciones	<u>(4)</u>	<u>(4)</u>
Gasto por Impuesto de Sociedades	186	2 003
Cambio de tipo impositivo	<u>22</u>	<u>378</u>
Gasto por Impuesto de Sociedades	<u>208</u>	<u>2 381</u>

Al 31 de diciembre de 2007, el epígrafe de Impuestos sobre beneficios de la cuenta de pérdidas y ganancias asciende a 1.229 miles de euros, del cual un gasto de 186 miles de euros corresponden a la provisión para el Impuesto de Sociedades del ejercicio 2007, 22 miles de euros corresponden al efecto de la revisión del tipo impositivo y 1.021 miles de euros corresponden a las sucursales de Italia y Portugal.

Al 31 de diciembre de 2006, el epígrafe de Impuestos sobre beneficios de la cuenta de pérdidas y ganancias asciende a 2.489 miles de euros, del cual 154 miles de euros corresponden al ajuste del Impuesto de Sociedades del ejercicio 2005, 2.003 miles de euros corresponden a la provisión para el Impuesto de Sociedades del ejercicio 2006, 378 miles de euros corresponden al efecto de la revisión del tipo impositivo, 365 miles de euros corresponden a las sucursales de Italia y Portugal y un importe acreedor de 411 miles de euros corresponde a ajustes efectuados a los saldos de impuestos diferidos.

La Ley 35/2006 de 28 de noviembre del impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas y de modificación parcial de los Impuestos sobre Sociedades, sobre la Renta de los No Residentes y sobre el Patrimonio, ha reformado el tipo fiscal de gravamen del Impuesto sobre Sociedades del 35% al 32,5% en 2007 y al 30% a partir del 2008. Como resultado, los activos y pasivos fiscales registrados en el balance de situación al 31 de diciembre de 2007 y 2006, han sido ajustados a dichos tipos por un importe de 22 miles de euros y 378 miles de euros, respectivamente (Nota 23), con contrapartida en el epígrafe Impuesto sobre Beneficios de la cuenta de resultados de dichos ejercicios.

30. Valor razonable de los activos y pasivos del balance de situación

Los activos y pasivos financieros de la Sociedad aparecen valorados en el balance de situación siguiendo las directrices de la normativa del Banco de España (valor razonable o coste amortizado, básicamente).

Los principales activos y pasivos no registrados a valor razonable corresponden a Inversiones crediticias y Pasivos financieros a coste amortizado, si bien, dado que, tal y como se describe en la Nota 15, el riesgo de tipo de interés de estos activos y pasivos se gestiona de forma conjunta, el efecto de valorarlos conjuntamente a valor razonable no sería significativo en las cuentas anuales al 31 de diciembre de 2007 y 2006.

En el caso del resto de los activos y pasivos financieros puede estimarse que su valor contable es similar al valor razonable.

31. Compromisos contingentes

El desglose de este epígrafe 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Disponibles por terceros – por otros sectores residentes		
Otros de disponibilidad inmediata (a)	510	10
Condicionales (b)	22 717	6 014
	<u>23 227</u>	<u>6 024</u>

(a) Corresponde al disponible por la financiación concedida por una operación con las siguientes condiciones:

	Miles de euros	
	2007	2006
Límite concedido	1 503	1 503
Importe utilizado	(993)	(1 493)
Disponible	<u>510</u>	<u>10</u>

(b) Corresponde a pedidos de compra en firme efectuados a proveedores respecto a maquinaria adquirida para ser cedida en arrendamiento financiero cuyos contratos ya han sido firmados por el arrendatario.

32. Intereses y rendimientos asimilados

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Depósitos en entidades de crédito	58	5
Crédito a la clientela	37 720	32 169
Intereses de demora	365	297
	<u>38 143</u>	<u>32 471</u>

33. Intereses y cargas asimiladas

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Depósitos en entidades de crédito	131	86
Depósitos de la clientela	24 292	17 235
	<u>24 423</u>	<u>17 321</u>

34. Comisiones percibidas y comisiones pagadas

El desglose del epígrafe de comisiones percibidas de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Por servicios de cobros y pagos - efectos	3	-
Otras comisiones	762	628
Por cancelación anticipada	162	277
Por gastos de recobro	157	183
Por seguro	157	-
Otros	286	168
	<u>765</u>	<u>628</u>

El desglose del epígrafe de comisiones pagadas de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Otras comisiones		
Por avales y garantías adicionales	29	47
Por giros y transferencias	12	11
Por inscripción en el Registro de bienes muebles	64	129
Por efectos remitidos al cliente	100	111
Otros	42	58
	<u>247</u>	<u>356</u>

35. Resultados de operaciones financieras (neto) - Cartera de negociación

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Cartera de negociación		
Beneficios	2 415	1 962
Pérdidas	(1 155)	(616)
	<u>1 260</u>	<u>1 346</u>

36. Gastos de personal

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Sueldos y gratificaciones al personal activo	3 129	2 915
Cuotas de la Seguridad Social	718	678
Dotaciones a planes de aportación definida (Nota 10 p)	165	151
Indemnizaciones por despidos	119	352
Gastos de formación	65	48
Otros gastos de personal	373	392
	<u>4 569</u>	<u>4 536</u>

El número medio de empleados de la Sociedad en los ejercicios 2007 y 2006 distribuido por categorías es el siguiente:

	2007		2006	
	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres
Dirección	3	1	4	1
Mandos técnicos y especializados	6	2	6	2
Técnicos y administrativos	33	27	30	23
	42	30	40	26

Las remuneraciones consideradas retribución en especie concedidas a los empleados de la Sociedad durante los ejercicios 2007 y 2006 han ascendido a 70 miles de euros y 65 miles de euros, respectivamente.

37. Otros gastos generales de administración

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
De inmuebles, instalaciones y material	522	542
Informática	718	182
Comunicaciones	274	297
Publicidad y propaganda	151	157
Gastos judiciales y de letrados	397	369
Informes técnicos	69	60
Primas de seguro y autoseguro	46	46
Gastos de representación y desplazamiento del personal	525	439
Cuotas de asociaciones	54	51
Imputación de gastos de la Central a sucursales extranjeras	1 736	926
Servicios de administración subcontratados	18	15
Contribuciones e impuestos	87	99
Otros gastos	2 244	2 536
	6 841	5 719

38. Amortización

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Activo material	850	403
De uso propio	138	123
Otros activos cedidos en arrendamiento financiero	712	280
Activo intangible	16	8
	<u>866</u>	<u>411</u>

39. Pérdidas por deterioro de activos (neto)

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Inversiones crediticias – Créditos	5 604	3 222
Activos no corrientes en venta	2	1
	<u>5 606</u>	<u>3 223</u>

40. Dotaciones a provisiones (neto)

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Provisiones para riesgos contingentes (Nota 27)	54	8
Otras provisiones (Nota 27 y 10 ñ)	56	493
	<u>110</u>	<u>501</u>

41. Otras ganancias y pérdidas

El desglose del epígrafe de Otras ganancias de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Ganancias por venta de activo material	1 165	2 050
Otros conceptos	1 165	1 181
Ingresos a cobrar por IVA (Nota 23)	55	82
Ingresos extraordinarios del Grupo (Nota 42)	770	705
Comisiones por seguros	300	229
Otros ingresos	40	165
	<u>2 330</u>	<u>3 231</u>

El desglose del epígrafe de Otras pérdidas de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2007 y 2006 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2007	2006
Pérdidas por venta de activo material	102	130
Otros conceptos	38	105
	<u>140</u>	<u>235</u>

42. Operaciones con empresas del grupo

El detalle de los saldos significativos mantenidos al 31 de diciembre de 2007 y 2006 por la Sociedad con las empresas del Grupo y el efecto de las transacciones realizadas por la Sociedad con las mismas durante los ejercicios anuales terminados en dichas fechas, es el siguiente:

	<u>Miles de euros</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Balance de situación		
Activo		
Crédito a la clientela		
Deudores a la vista y varios (a)	457	656
Ajustes por valoración - Comisiones (a)	(5 537)	(5 946)
Otros activos financieros (b)	1 597	-
Otros activos	23	6
Periodificaciones (c)	435	-
Pasivo		
Depósitos a clientela		
Depósito con preaviso (d)	601 118	505 760
Intereses devengados (d)	2 675	1 731
Otros pasivos financieros – obligaciones a pagar (e)	899	-
Cuenta de pérdidas y ganancias		
Debe		
Intereses y cargas asimiladas – Depósito de la clientela (f)	24 292	17 235
Otros gastos generales de administración (g)	2 491	1 759
Haber		
Intereses y rendimientos asimilados – Crédito a la clientela (h)	5 509	4 549
Otros ingresos diversos (i)	770	705

- (a) Corresponde a los saldos de activo surgidos de la operativa de subsidios concedidos por Caterpillar Overseas, S.A.R.L.
- (b) Corresponde a los saldos deudores por la facturación a otra de las sociedades del Grupo derivados de la imputación de costes de soporte y administración (apartado (i) de esta Nota) repercutidos por la Sociedad a dicha compañía (Nota 18).
- (c) Corresponde al pago anticipado de la comisión correspondiente a las garantías recibidas de Caterpillar International Finance, Plc. (Nota 26).
- (d) Corresponde a las financiaciones recibidas de Caterpillar International Finance, Plc. (Nota 26).
- (e) Corresponde a los saldos pendientes de pago por la facturación de una de las sociedades del Grupo que presta servicios de consultoría y asesoramiento a la Sociedad así como de otra sociedad del Grupo que presta soporte a la Sociedad por costes generales y de mantenimiento (apartado (g) de esta Nota). Adicionalmente, se recoge el importe pendiente de pago por la comisión a pagar anticipadamente (apartado c de esta Nota) por las garantías recibidas de Caterpillar International Finance, Plc. (apartado (d) de esta Nota).
- (f) Corresponde a los intereses devengados por la financiación recibida de Caterpillar International Finance, Plc. (apartado (d) de esta Nota).
- (g) Corresponde a los costes generales y de mantenimiento devengados durante el ejercicio en concepto de gestión y administración repercutidos por la Casa Matriz y otras sociedades del Grupo Caterpillar que prestan soporte a la Sociedad. Estos gastos se han imputado de acuerdo con una base económica, repercutiéndose proporcionalmente a todas las sociedades que integran el Grupo Caterpillar Financial en España.
- La Sociedad recibe servicios técnicos, creativos, de marketing, financieros y de gestión prestados por su Casa Matriz, con base en el contrato de servicios firmado entre ambas partes de fecha 31 de diciembre de 1993.
- (h) Corresponde a los ingresos por subsidios concedidos por Caterpillar Overseas, S.A.R.L.
- (i) Corresponde, fundamentalmente, a costes de soporte y administración repercutidos por la Sociedad a otras sociedades del Grupo, así como al reembolso de los salarios pagados por la Sociedad por la cuenta de Marine Division.

CATERPILLAR FINANCIAL CORPORACIÓN FINANCIERA, S.A., E.F.C.

INFORME DE GESTIÓN AL 31 DE DICIEMBRE DE 2007

De conformidad con lo dispuesto en los artículos 171 y 202 del vigente Texto refundido de la Ley de Sociedades Anónimas (Real Decreto 1564/1989 de 22 de diciembre, parcialmente modificado por la Ley 62/2003 de medidas fiscales, administrativas y de orden social), se emite el presente Informe de Gestión de esta Entidad referente a los preceptivos aspectos legales.

Evolución del negocio y situación de la Entidad

Durante el ejercicio 2007 ha continuado la evolución positiva de nuestro negocio de leasing y de financiación en la Región Mediterránea de Caterpillar Financial (España, Portugal, Italia, Grecia y Bulgaria).

Sin embargo, la subida del coste de financiación ha provocado una disminución del margen de intermediación, a lo que se ha sumado un cierto aumento de la morosidad y de la cifra de activos dudosos que han provocado un incremento de la cobertura por insolvencias y por lo tanto del gasto por deterioro de activos.

Nuestro principal riesgo de mercado viene determinado como consecuencia de las posibles variaciones del tipo de interés.

Dicho riesgo de tipo de interés es gestionado mediante la cuantificación por intervalos de tiempo de las posiciones abiertas de riesgo y su cobertura externa mediante derivados financieros que eliminen dichas posiciones abiertas, tal y como se explica de forma más extensa en la memoria.

Acontecimientos relevantes posteriores al cierre del ejercicio

No se han producido acontecimientos relevantes posteriores al cierre del ejercicio 2007.

Evolución previsible de la Entidad

Se espera que para el ejercicio 2008 se reduzca sensiblemente la línea de negocio tanto en leasing como en financiación siguiendo las previsiones de todos los Organismos Públicos.

Actividades en materia de investigación y desarrollo

Durante el ejercicio 2007 la empresa no ha desarrollado actividades en materia de investigación y desarrollo.

Adquisiciones de acciones propias

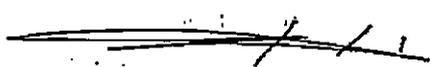
La empresa no ha adquirido acciones propias durante el ejercicio 2007.

Información medioambiental

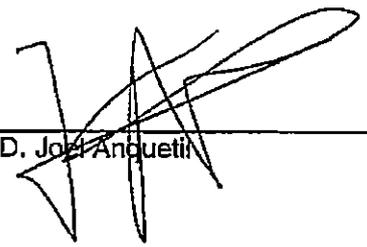
La empresa cumple con la legislación vigente en materia medioambiental. La empresa no desarrolla ninguna actividad que pudiera tener impacto en el medioambiente, por lo tanto no existe ninguna política corporativa en este sentido.

El Consejo de Administración de Caterpillar Financía, Corporación Financiera, S.A., E.F.C. (Sociedad Unipersonal), ha formulado, a efectos de lo determinado en el artículo 171 del texto refundido de la Ley de Sociedades Anónimas, las Cuentas Anuales y el Informe de Gestión correspondientes al ejercicio 2007 de la Sociedad.

Madrid, 31 de Marzo de 2008


D. José Coronel de Palma y Martínez Agulló

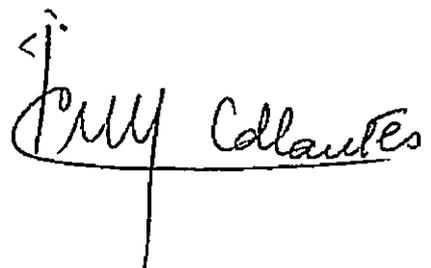

D. Kent Adams


D. Joel Anquetil

LEGITIMACION. Yo, JOSE MANUEL GARCIA COLLANTES, Notario de Madrid y de su Ilustre Colegio, LEGITIMO: las firmas y rubricas que anteceden de: DON JOSÉ CORONEL DE PALMA Y MARTÍNEZ AGULLÓ y DON KENT ADAMS, por su cotejo con otras indubitadas en mi protocolo, número 1.247/2006 y 1.364/2006, respectivamente; Y DON JOEL SIMON RAYMOND ANQUETIL, con pasaporte de nacionalidad francesa número 99LC04276, por ser igual a la que aparece en su documento de identidad reseñado. -----
DOY FE, en Madrid, a dieciseis de Octubre de dos mil ocho. -----
Anotado en el libro indicador con el n° 1.677.

SELO DE
LEGITIMACIONES Y
LEGALIZACIONES







José Luis Gómez Rodríguez
Intérprete Jurado de Portugués
certifica que la que antecede
es traducción fiel y completa
al Portugués de un
documento redactado en
lenguas *español*
En Madrid a 29 de OCTUBRE 2008



José Luis Gómez Rodríguez, Intérprete
Juramentado de Portugués, certifica
que a precedente é tradução fiel
e completa para Portugués
um instrumento redigido em
Espanhol.
Madrid, 29 OCTUBRE 2008

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACION
LEGALIZACIONES
Visto Bueno para legalizar la firma que antecede por ser, si
parecer, auténtica, sin perjudicar la veracidad del contenido
del documento ni el fin para el que se le da fe.

Madrid

29 OCT 2008

EL SUBSECRETARIO

Miguel Ángel Fernández Díaz
Jefe de Negociado